

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PPGADR

IDEGE AIMABLE

AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR NO HAITI:
OS DESAFIOS DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SOB O DOMÍNIO DO
NEOLIBERALISMO.

LARANJEIRAS DO SUL
2024

IDEGE AIMABLE

**AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR NO HAITI: Os desafios da
produção de alimentos sob domínio do Neoliberalismo.**

Dissertação de Mestrado, apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Betina Muelbert
Coorientador: Dr. Julian Perez Cassarino
Coorientadora: Dra. Renata Borges Kempf

**LARANJEIRAS DO SUL
2024**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Aimable, Idege

AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR NO HAITI:: Os desafios da produção de alimentos sob domínio do Neoliberalismo. / Idege Aimable. -- 2024. 110 f.:il.

Orientadora: Doutora Betina Muelbert
Coorientadores: Doutor Julian Perez Cassarino,
Doutora Renata Borges Kempf
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Laranjeiras do Sul, PR, 2024.

1. Regimes alimentares. 2. Movimentos sociais. 3. Resistências do campesinato haitiano. I. Muelbert, Betina, orient. II. Cassarino, Julian Perez, co-orient. III. Kempf, Renata Borges, co-orient. IV. Universidade Federal da Fronteira Sul. V. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

IDEGE AIMABLE

AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR NO HAITI: OS DESAFIOS DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SOB O DOMÍNIO DO NEOLIBERALISMO

LINHA DE PESQUISA: DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 05/12/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Betina Muelbert (UFFS) – presidente/orientadora

Documento assinado digitalmente



BETINA MUELBERT

Data: 05/12/2024 16:28:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Julian Perez Cassarino (UFFS) – coorientador

Dra. Renata Borges Kempf (UFFS) – coorientadora

Prof. Dr. Jorge Luiz Schirmer de Mattos (UFRPE) – 1º membro

Prof. Dr. Pierre Joseph Nelcide (UFFS) – 2º membro

Prof.^a Dra. Maria Eloa Gehlen (UFFS) – 3º membro

“Em virtude da realização de banca on-line, este documento foi assinado pelo Presidente como representantes dos demais membros”.

AGRADECIMENTO

A Deus que me dá força para realizar este trabalho acadêmico e superar todas as dificuldades encontradas; à Universidade Federal da Fronteira do Sul pela oportunidade de fazer o curso.

A minha Orientadora professora Betina Muelbert e Coorientadora Renata Kempf pelo apoio, pela paciência e sobretudo pelas suas contribuições acadêmicas para realizar este trabalho.

Agradeço o professor Julian Perez Cassarino pela grande ajuda e contribuição em todas as fases do trabalho.

Aos meus pais e irmãos, pelo apoio que me deram em todas as fases da minha vida e principalmente Wisly Joseph que me ajudou e me deu força para vencer essa etapa da vida no campo acadêmico.

Aos meus amigos e colegas que deram uma contribuição valiosa durante minha trajetória acadêmica.

Aos membros dos movimentos camponeses do Haiti “*Tèt kole Tipeyizan*”, “*Mouvman peyizan Acul du Nord (MPA)*”, “*Plateforme de développement et de la défense Agricole de l' Artibonite (PLADDAA)*”, “*Mouvman Peyizan Papaye (MPP)*”, e “*Agrikilti, Rebwazman e Lelvaj (ARL)*” (ARL)” que participaram das entrevistas.

Agradeço pela sua total disponibilidade, sem suas participações não seria possível realizar a parte empírica desta dissertação.

RESUMO

A década de 1990 foi caracterizada, na América Latina e no Caribe, pela ascensão das políticas neoliberais, marcadas pela liberalização do mercado, pela diminuição do papel do Estado na economia e pela privatização dos setores públicos, o que afetou os agricultores nas zonas rurais da região, em particular no Haiti. Partindo dessa perspectiva, este trabalho tem por objetivo analisar as resistências dos camponeses haitianos durante a formação social do Estado, discutindo seu papel nas lutas camponesas. Em termos teórico-conceituais, trabalhamos com os conceitos de “regimes alimentares”, “soberania alimentar” e “agroecologia”. Estudamos a história do campesinato haitiano e suas lutas para sobreviver frente ao Estado e ao neoliberalismo. Realizamos a pesquisa a partir de três procedimentos metodológicos: em primeiro momento, revisamos as referências bibliográficas; em segundo, estudamos documentos do Estado haitiano com foco nos dados mais recentes em relação à segurança alimentar e nutricional; e, em terceiro, realizamos entrevistas com os movimentos sociais mais conhecidos no Haiti para entender a situação atual do campesinato. Foi possível considerar que a questão da reforma agrária é o principal problema que os camponeses enfrentam desde 1806 até os dias de hoje (2024). Apesar de várias lutas de resistência dos camponeses, a questão da reforma agrária não foi resolvida e continua sendo considerada uma alternativa essencial para alcançar o desenvolvimento agrícola.

Palavras-chave: Regimes alimentares; Movimentos sociais; Reforma agrária; Resistências do campesinato haitiano.

ABSTRACT

The 1990s were characterized, in Latin America and the Caribbean, by the rise of neoliberal policies, marked by market liberalization, the diminishing role of the State in the economy, and the privatization of public sectors, which affected farmers in rural areas of the region, particularly in Haiti. From this perspective, this paper aims to analyze the resistance of Haitian peasants during the social formation of the State, discussing their role in peasant struggles. In theoretical and conceptual terms, we work with the concepts of "food regimes", "food sovereignty" and "agroecology". We study the history of the Haitian peasantry and their struggles to survive in the face of the State and neoliberalism. We conducted the research using three methodological procedures: first, we reviewed the bibliographical references; second, we studied documents of the Haitian State with a focus on the most recent data regarding food and nutritional security; and third, we conducted interviews with the most well-known social movements in Haiti to understand the current situation of the peasantry. It was possible to consider that the issue of agrarian reform is the main problem that peasants have faced from 1806 to the present day (2024). Despite several peasant resistance struggles, the issue of agrarian reform has not been resolved and continues to be considered an essential alternative to achieve agricultural development.

Keywords: Food regimes; Social movements; Agrarian reform; Resistance of the Haitian peasantry.

RESUMEN

La década de 1990 se caracterizó, en América Latina y el Caribe, por el auge de las políticas neoliberales, marcadas por la liberalización del mercado, la disminución del papel del Estado en la economía y la privatización de los sectores públicos, lo que afectó a los agricultores de las zonas rurales de la región, en particular en Haití. Desde esta perspectiva, este trabajo tiene como objetivo analizar las resistencias de los campesinos haitianos durante la formación social del Estado, discutiendo su papel en las luchas campesinas. En términos teórico-conceptuales, trabajamos con los conceptos de “regímenes alimentarios”, “soberanía alimentaria” y “agroecología”. Estudiamos la historia del campesinado haitiano y sus luchas para sobrevivir frente al Estado y al neoliberalismo. Realizamos la investigación a partir de tres procedimientos metodológicos: en primer lugar, revisamos las referencias bibliográficas; en segundo lugar, estudiamos documentos del Estado haitiano, centrándonos en los datos más recientes relacionados con la seguridad alimentaria y nutricional; y, en tercer lugar, realizamos entrevistas con los movimientos sociales más reconocidos en Haití para comprender la situación actual del campesinado. Se pudo constatar que la cuestión de la reforma agraria es el principal problema que los campesinos enfrentan desde 1806 hasta la actualidad (2024). A pesar de varias luchas de resistencia de los campesinos, la cuestión de la reforma agraria no ha sido resuelta y sigue considerándose una alternativa esencial para lograr el desarrollo agrícola.

Palabras clave: Regímenes alimentarios; Movimientos sociales; Reforma agraria; Resistencias del campesinado haitiano.

RÉSUMÉ

Les années 1990 ont été marquées, en Amérique latine et dans les Caraïbes, par l'essor des politiques néolibérales, caractérisées par la libéralisation du marché, la réduction du rôle de l'État dans l'économie et la privatisation des secteurs publics, ce qui a affecté les agriculteurs des zones rurales de la région, en particulier en Haïti. Dans cette perspective, ce travail vise à analyser les résistances des paysans haïtiens durant la formation sociale de l'État, en discutant leur rôle dans les luttes paysannes. Sur le plan théorique-conceptuel, nous travaillons avec les concepts de « régimes alimentaires », « souveraineté alimentaire » et « agroécologie ». Nous étudions l'histoire du paysannat haïtien et ses luttes pour survivre face à l'État et au néolibéralisme. Nous avons mené cette recherche à partir de trois démarches méthodologiques : dans un premier temps, nous avons passé en revue les références bibliographiques ; dans un deuxième temps, nous avons étudié des documents de l'État haïtien en nous concentrant sur les données les plus récentes relatives à la sécurité alimentaire et nutritionnelle ; et enfin, nous avons réalisé des entretiens avec les mouvements sociaux les plus connus en Haïti afin de comprendre la situation actuelle du paysannat. Il a été possible de constater que la question de la réforme agraire est le principal problème auquel les paysans sont confrontés depuis 1806 jusqu'à aujourd'hui (2024). Malgré plusieurs luttes de résistance des paysans, la question de la réforme agraire reste non résolue et est considérée comme une alternative essentielle pour atteindre un développement agricole.

Mots-clés: Régimes alimentaires ; Mouvements sociaux ; Réforme agraire ; Résistances du paysannat haïtien.

REZIME

Nan deseni 1990, politik neyoliberal la te ekzajere nan rejyon Amerik Latin ak Karayib la; sa ki ta pral fòse Leta yo ouvè mache yo epi diminye pouvwa l nan ekonomi an. Yo te fòse Leta yo privatize sektè piblik yo, sa ki pral afekte kiltivatè nan zòn rural yo, prensipalman an Ayiti. Nan kontèks sa a, travay sa a gen pou objektif analize rezistans kiltivatè ayisyen yo pandan fòmasyon sosyal Leta a. N'ap diskite wòl yo nan lit agrikiltè yo. Pou sa ki gen a wè ak apwòch teyorik akkonseptyèl la, nou travay ak konsèp sa yo, tankou: “rejim alimantè”, “souverènte alimantè” ak “agwoekoloji”. Nou etidye istwa “peyizánri ayisyen an” ak lit yo pou yo siviv anfas Leta ak neyoliberalis. Rechèch la fèt atravè twa metòd: premyèman, nou fè yon revizyon bibliografik; dezyèmman, nou analize dokiman gouvènman ayisyen an ki konsantre sou done ki pi resan yo sou sekirite alimantè ak nitrisyonèl; twazyèmman, nou fè entèvyou ak mouvman sosyal ki pi enpòtan an Ayiti pou n konprann sityasyon aktyèl kiltivatè yo. Li posib pou n konsidere kesyon refòm agrè a tankou yon pwoblèm prensipal peyizan yo fè fas depi 1806 jiska jodi a (2024). Malgre plizyè lit rezistans peyizan yo fè, pwoblèm refòm agrè a poko rezoud, e li konsidere kòm yon altènativ pou devlopman agrikòl dirab.

Mo-kle: Rejim alimantè; Mouvman sosyal; Refòm agrè; Rezistans peyizanri ayisyen an.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AGTC.....Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
- APN.....Autoridade Portuária Nacional
- ARL.....Movimento Agricultura-Reflorestamento e Criação de Animais
- BID.....Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BM.....Banco Mundial
- BNC.....Banco Nacional de Crédito
- BPH.....Banco do Povo Haitiano
- BRH.....Banco da República do Haiti
- CARICOM.....Comunidade Caribenha
- CIAT.....Comitê Interministerial Organização do Planejamento Regional
- CNSA.....Coordenação Nacional de Segurança Alimentar
- EDH.....Eletricidade do Haiti
- FAO.....Organização Mundial da Agricultura e Alimentação
- FARH.....Forças Armadas Revolucionárias do Haiti
- FAS.....Facilidades de Ajuste Estrutural
- FEWS NET.....Famine Early Warning Systems Network
- FMI.....Fundo Monetário Internacional
- HASCO.....Haytian American Sugar Company
- HADC.....Haytian Products Company
- IHSI.....Instituto Haitiano de Estatística e Informação
- INARA.....Instituto Nacional de Reforma Agrária
- IPC.....Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar
- MARNDR.....Ministério de Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural
- MPA.....Mouvement Paysan Acul du Nord
- MPP.....Movimento Camponês Papaye
- NAFTA.....Acordo de Livre Comércio da América do Norte
- OGM.....Organismos Geneticamente Modificados
- OFPRA.....Escritório Francês para a Proteção de Refugiados e Apátridas
- OMC.....Organização Mundial do Comércio
- ONACA.....Secretaria Nacional de Registro de Terras
- PAPDA.....Plataforma Haitiana de Advocacia para o Desenvolvimento Alternativo
- PLADAA.....Plataforma das Organizações de Desenvolvimento e da Defesa Agrícola Haitiana
- PNIA.....Plano Nacional de Investimento Agrícola
- PNUD.....Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- Pró-HAITI.....Programa que oferece vagas para estudantes haitianos
- PSNSSANH.....Política e Estratégia Nacional para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Haiti
- RCH.....Rice Corporation of Haiti
- SAN.....Segurança Alimentar e Nutricional
- SAP.....Programa de Ajuste Estrutural
- SHADA.....Sociedade Haitiana de Desenvolvimento Agrícola
- TELECO.....Empresa de telecomunicações
- USAID.....Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 CAPÍTULO I. A ABORDAGEM DOS REGIMES ALIMENTARES: O AVANÇO DO CAPITALISMO AO NEOLIBERALISMO PELAS GRANDES CORPORAÇÕES.....	16
2.1 ESTUDO DOS REGIMES ALIMENTARES.....	16
2.1.1 Primeiro regime alimentar (1870-1930).....	19
2.1.2 Segundo regime: a revolução verde como modelo de desenvolvimento.....	21
2.1.3 Terceiro regime: o neoliberalismo e a globalização na América Latina.....	25
2.2. QUESTÃO AGRÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR.....	28
2.2.1. Do capitalismo agrário à reforma agrária: Soberania alimentar e Agroecologia como alternativa para o desenvolvimento rural.....	28
2.2.2 Agroecologia: definição e importância.....	32
3 CAPÍTULO II - REFORMA AGRÁRIA NO HAITI E RESISTÊNCIAS DO CAMPESINATO.....	37
3.1 REFORMA AGRÁRIA NO HAITI E TRAJETÓRIA DAS RESISTÊNCIAS DO CAMPESINATO (1804–1986).....	37
3.1.1 O Governo de J.J. Dessalines (1804–1806).....	38
3.1.2 O governo de Alexandre Pétiou (1807-1818).....	39
3.1.3 O Reino Henry Christophe (1807-1820).....	41
3.1.4 O governo de Jean-Pierre Boyer (1820-1843).....	42
3.1.5 Lutas de resistências de Acaau e os piquets em 1843-1848.....	44
3.2. DA INTERVENÇÃO ESTADUNIDENSE AO NEOLIBERALISMO NO HAITI: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E RESISTÊNCIAS DO CAMPESINATO.....	46
3.2.1 Lutas do campesinato haitiano durante a invasão estadunidense.....	46
3.2.2 Lutas do campesinato haitiano sob o regime ditatorial do duvalierismo.....	50
3.2.3 O neoliberalismo no Haiti e seus impactos.....	54
3.2.4 O neoliberalismo no Haiti e seus impactos.....	55
4 CAPÍTULO. CRISE ALIMENTAR NO CONTEXTO ATUAL DA SOCIEDADE HAITIANA: RESISTÊNCIAS DO CAMPESINATO AOS PROJETOS NEOLIBERAIS.....	59
4.1 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	76
4.1.2 Coleta de dados.....	76
4.2. LEVANTAMENTO E DESCRIÇÃO DOS MOVIMENTOS CAMPONESES DE ESTUDO.....	79
4.2.1 Movimento Camponês Papaye (MPP).....	79
4.2.2 Plataforma das Organizações de Desenvolvimento e da Defesa Agrícola Haitiana (PLADAA).....	79
4.2.3 Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen (Chefes Juntos, Pequenos Produtores do Haiti).....	80
4.2.4 Mouvement Paysan Acul du Nord (MPA).....	80
4.2.5 Movimento Agricultura-Reflorestamento e Criação de Animais (ARL).....	80
4.3 Geografia da agricultura do Haiti e volume de importação de alimentos.....	59
4.4 Principais áreas de produção no Haiti.....	69
4.4.1 Milho.....	70
4.4.2 Sorgo.....	70
4.4.3 Arroz.....	71
4.4.5 Leguminosas.....	71
4.4.6 Banana-da-terra.....	71
4.4.7 Tubérculos.....	72
4.5 Contexto da crise alimentar no Haiti.....	72

4.6 Resultados e Discussões dos Movimentos Camponeses no Haiti.....	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	96

1. INTRODUÇÃO

O Haiti é um país do Caribe que ocupa uma porção ocidental da ilha que Cristóvão Colombo batizou Hispaniola no Golfo do México (Manigat, 1967, p. 321-322). A República do Haiti é, em superfície, o terceiro maior país do Caribe (depois de Cuba e da República Dominicana) com 27.750 quilômetros quadrados. Sua capital é Porto Príncipe e o crioulo haitiano e o francês são os dois idiomas oficiais do país.

Ao final do século XVIII e início do século XIX, o Haiti se tornou o primeiro Estado independente da América Latina e Caribe a escapar da dominação colonial por seus próprios meios. A independência do país foi proclamada na cidade de Gonaives em primeiro janeiro de 1804 pelo General Jean-Jacques Dessalines, tornando o Haiti o único Estado livre e independente onde a escravidão foi oficialmente abolida, o único estado negro no hemisfério ocidental onde os negros assumiram o controle do poder político e o único estado do mundo nascido de uma revolução escrava bem-sucedida (Rose-mie, 2003, p. 209).

Segundo o Instituto Haitiano de Estatística e Informação (IHSI), a população haitiana é estimada de 11.905.897 de habitantes (IHSI, 2021). A taxa de crescimento anual da população é estimada em 1,5%, e a cada ano cerca de 150.000 jovens ingressam no mercado de trabalho (MARNDR, 2016, p. 13).

A agricultura é considerada como matriz de desenvolvimento no Haiti, um território essencialmente agrícola com capacidade de produzir diversos itens, principalmente o arroz para alimentar o povo. De acordo com o Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA, 2016 – 2021), o setor agropecuário representa 22% do PIB nacional e contribui com 68% do emprego total nacional. Devido à sua diversidade agroecológica, existem 14 tipos de ambientes produtivos, o que torna possível ter colheitas quase todo o ano. O setor tem um enorme potencial de desenvolvimento para a produção vegetal, animal e pesqueira, bem como para o agroturismo (MARNDR, 2016, p.13).

Segundo o Ministério de Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR) a agricultura é praticada por pouco mais de um milhão de unidades produtivas em todo o país, sendo a principal fonte de renda nas áreas rurais, ocupando cerca de 60% da população ativa (MARNDR, 2012, p. 15-16).

Entretanto, nas últimas décadas, conforme afirma Cohen (2014, p. 3):

Os rendimentos das culturas nas regiões tropicais tendem a diminuir devido a estações de crescimento mais curtas, aumento da temperatura, padrões aleatórios de chuva e outros fatores dependentes do clima. O ciclo de secas, tempestades e inundações tem um impacto negativo na

agricultura do Haiti, e as mudanças nas chuvas impedem qualquer planejamento por parte dos agricultores. Até muito recentemente, o governo e os investidores negligenciaram o setor agrícola’.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as resistências dos camponeses na formação social do Estado Haitiano e suas estratégias para enfrentar os projetos neoliberais.

Por isso, buscamos responder os objetivos específicos seguintes:

1) Compreender os conceitos de regimes alimentares mundiais, soberania alimentar e a agroecologia como estratégias para superar a insegurança alimentar no Haiti;

2) Estudar os movimentos sociais de resistências do campesinato com foco naqueles que foram liderados por Jean-Baptiste Perrier¹ (Goman), os Cacos² e os Piquets³;

3) Compreender quais foram as estratégias desenvolvidas pelos movimentos sociais para resistir e enfrentar o avanço do neoliberalismo no campo do Haiti;

4) Analisar estas resistências do ponto de vista da soberania alimentar e como estas podem contribuir para a construção de políticas públicas para o desenvolvimento do Haiti.

O trabalho pretende, do ponto de vista acadêmico, contribuir com as referências bibliográficas sobre as temáticas da agroecologia frente ao capitalismo agrário, a soberania alimentar que pauta as lutas pelo acesso a alimentos de qualidade e em quantidade necessária, assim como da produção de alimentos relacionados às suas próprias tradições.

Em termos práticos, o trabalho pretende reforçar as lutas contra a desigualdade social, a fome e o capitalismo agrário, apresentando o camponês como sujeito produtivo e soberano. A pesquisa defende a luta para melhorar a vida dos pequenos agricultores, por meio do acesso a créditos, políticas públicas, programas sociais e instrumentos tecnológicos para facilitar os seus trabalhos.

O referencial teórico utilizado na pesquisa implica diferentes autores como Harriet Friedmann e Philip McMichael (1989) pelas contribuições aportadas no campo dos regimes alimentares; Karl Kautsky (1968) é utilizado quando tratamos do conceito do capitalismo agrário para entender os impactos do sistema capitalista sobre os agricultores/camponeses; Jean Jacques Chonchol (2005), Renato Maluf (2007), são

1 François Duvalier, pai; Jean-Claude Duvalier, filho.

2 Foi um ex-líder de escravizados que liderou uma revolta camponesa no sul de Grand’Anse entre 1807 e 1820.

3 Os Cacos são camponeses haitianos revolucionários do Norte.

utilizados nas reflexões sobre o conceito soberania alimentar.

A dissertação de mestrado é uma produção textual que reúne diversos recursos acadêmicos descritos com base na minha trajetória intelectual e minha experiência vivida. Nasci no departamento de Artibonite, de uma família camponesa e comerciante (Pierre Aimable, pai; Olette Dacius, mãe), foi uma das regiões mais importantes no país por ter sido um dos centros da Revolução Haitiana e também das lutas dos camponeses para terem acesso à terra e às boas políticas públicas.

Eu fiz meu ensino médio na instituição *La Ronde des Gonaïves* e no colégio *Pratique du Nord au Cap-haïtien*. Depois, comecei uma formação em Enfermagem na *Université Lumière*, infelizmente, não terminei. Deixei o país para entrar no Brasil em 2013. Desde o Haiti, desenvolvi um grande amor para ler e aprender com os outros. Tinha uma boa conexão com a agricultura; na minha juventude, visitei vários campos com meu pai e meu avô. Foi uma boa experiência! Em 2015, consegui entrar no curso de graduação em *Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar* na *Universidade Federal da Integração Latino-Americana* (UNILA), por meio do Pró-HAITI, um programa que oferece vagas para estudantes haitianos.

Desde lá, aprendi sobre a importância do desenvolvimento do mundo rural para melhorar a qualidade de vida das populações rurais em termos econômico, social, cultural e ambiental. Meu desejo não parou por aqui! Em 2019, fui muito feliz quando fui aprovada no Programa de Pós-graduação em *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável* da Universidade Federal da Fronteira do Sul. Com isso, tive o privilégio não só de reforçar minha opinião sobre o mundo camponês, também o acadêmico. Realizei vários estudos de campo juntamente com os professores e colegas. Minha experiência acerca dos camponeses brasileiros e indígenas no Brasil me ajudam a entender a realidade haitiana.

Preciso trazer minhas contribuições na busca de soluções sustentáveis para resolver o problema da fome no mundo, em particular, no Haiti. Por isso, agricultura sustentável relacionada à soberania alimentar e agroecologia são entre as melhores alternativas para superar esses problemas. Escolhi o Haiti por vários motivos: a) por ser um dos países mais pobres na América; b) buscar entender, ao longo do estudo, a questão agrária como uma das causas da fome no país; c) e a ausência dos governos do Estado para institucionalizar as políticas públicas para fortalecer a produção agrícola.

Além da introdução, o trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, estudamos a teoria dos regimes alimentares e outros conceitos básicos relacionados com este paradigma, a sua historicidade e definição, além das consequências sobre os

camponeses, principalmente os do Haiti. Em seguida, estudamos o conceito Soberania Alimentar para defender o acesso aos alimentos para todos, em quantidade e qualidade, para garantir uma vida saudável e ativa. Para compreender as experiências e práticas agroecológicas dos movimentos sociais do Haiti, estudamos a teoria da Agroecologia que é considerada como um paradigma contra-hegemônico na luta pelo desenvolvimento da agricultura familiar e defende a intervenção do Estado nas políticas públicas, a fim de ter um desenvolvimento rural sustentável e soberania alimentar.

No segundo capítulo, estudamos a história de resistência dos movimentos sociais no Haiti, principalmente o movimento camponês de Goman em Grand'Anse em 1807-1820, as lutas dos movimentos dos Cacos e os "*piquets*" durante a invasão estadunidense.

No terceiro capítulo, destacamos as estratégias das lutas dos movimentos atuais para enfrentar o neoliberalismo no Haiti. Apresentamos diferentes dificuldades encontradas nos movimentos camponeses principalmente no setor agrícola e quais formas de resistência praticada pelos movimentos para superar com os projetos neoliberalismos.

2. A ABORDAGEM DOS REGIMES ALIMENTARES: O AVANÇO DO CAPITALISMO AO NEOLIBERALISMO PELAS GRANDES CORPORAÇÕES

O capítulo tem como objetivo mostrar como o controle do sistema alimentar global pelas grandes corporações não só contribuiu para a concentração das terras, mas também para a produção de determinados tipos de grãos. Dentro da lógica do capitalismo neoliberal, o alimento se transforma em mercadoria, e não em um direito acessível a todos. Em consequência, a fome, portanto, deve ser compreendida não como um fenômeno natural, mas como um problema político-econômico ligado às desigualdades sociais. O capítulo também explora as contribuições da agroecologia promovidas pelos camponeses, destacando seu papel na promoção da soberania alimentar.

2.1. ESTUDO DOS REGIMES ALIMENTARES

Na atualidade, os problemas relacionados ao mercado de alimentos devem ser entendidos como de origem estrutural, ou seja, são consequência do capitalismo e do seu contínuo processo de acumulação. Uma das principais perversidades da economia capitalista é fazer com que a produção e a distribuição dos alimentos ocorram com base na obtenção dos lucros ampliados (Coca, 2015, p. 34). Portanto, no sistema capitalista, o alimento não é reconhecido como um direito de toda pessoa independentemente de sua classe social, mas convertido em mercadoria e um mecanismo de poder para pressionar os países e os grupos sociais mais vulneráveis.

O historiador social estadunidense Immanuel Wallerstein (2010), um dos intelectuais da Teoria do Sistema Mundo Moderno, ao refletir sobre o capitalismo como sistema, afirmou que o desenvolvimento do sistema capitalista é marcado pela divisão internacional desigual do trabalho entre a produção dos Estados centrais e a dos Estados periféricos. Conforme Harvey (2001), a economia capitalista busca integrar todas as partes do mundo ao processo de acumulação, que é capitaneado pelas grandes empresas e legitimado pelos governos dos Estados.

No primeiro momento, o sistema capitalista do alimento foi dominado pelos países considerados hegemônicos (Holanda, Grã-Bretanha, Estados Unidos)

(McMichael, 2015); e depois, pelas empresas multinacionais (Bunge, Cargill, BASF, etc.) (Ziegler, 2012, p. 118).

Deve-se lembrar que, desde meados do século XVIII, quando ocorreu a II Revolução Industrial, o controle da produção de alimentos tem sido um importante instrumento para a consolidação da economia capitalista em escala mundial (McMichael, 2009). De fato, os países que ocupam o centro da economia capitalista utilizam o alimento como instrumento de poder para pressionar os países periféricos por meio do controle da produção agrícola.

Este controle alimentar global no sistema capitalista ficou conhecido como “regime alimentar”, sendo estudado e criticado por vários intelectuais, destacando-se entre os mais reconhecidos Friedmann (ano) e McMichael (1987). A partir dessas discussões, buscamos entender a dificuldade do campesinato haitiano para ter acesso à terra e aos grãos mais necessários.

Segundo McMichael (2015, p. 16), o conceito de “regime alimentar” surgiu em uma formulação inicial de Harriet Friedmann (1987) e derivou de pesquisas anteriores sobre a ordem alimentar mundial no período pós-Segunda Guerra Mundial. Neste trabalho, a autora mostra as relações fundamentais entre as dietas alimentares nos aspectos econômicos e políticos ao nível global. Philip McMichael (2015) aprofunda este conceito na obra intitulada “Regimes alimentares e questão agrária na perspectiva de analisar o desenvolvimento alimentar e a questão agrária”.

O conceito de regime alimentar também foi apresentado por Harriet Friedmann e Philip McMichael em um artigo intitulado: “Agriculture and the State System: The Rise and Decline of National Agricultures, 1870 to the Present”. Neste trabalho, os autores pretendem mostrar “o papel da agricultura no desenvolvimento da economia mundial capitalista e os rumos do sistema estatal” (Friedmann; McMichael, 1989, p. 93).

Nos argumentos de McMichael (2015), o projeto de regime alimentar surgiu no final dos anos 1980 em um contexto de “desnacionalização”, em que os Estados enfrentam perspectivas de transformação por dentro com reestruturação agroalimentar em escala global e de fora como novos princípios multilaterais que eram debatidos na Rodada Uruguai (1986-1994) do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (AGTC) (McMichael, 2015, p. 14). McMichael (2015) define o regime alimentar da seguinte maneira:

Como uma nova ordem mundial capitalista, que passa a ser regida

por regras que estruturam a produção e o consumo de alimentos em proporção mundial, fazendo referência a como estas são utilizadas em escala global para o processo de acumulação (McMichael, 2015, p. 13-14).

Nesse sentido, o regime alimentar representa um acordo regulatório estável das relações internacionais de alimentação que sustenta uma forma particular de acumulação (McMichael, 2015, p. 27). Segundo McMichael (2009, p. 140), o conceito de regime alimentar busca historicizar o sistema global de alimentos, questionando de forma linear as representações da modernização agrícola. Ele destaca o papel central do alimento na economia política mundial e aborda as principais contradições históricas nos regimes alimentares, que geram crises, transformações e transições. Assim, a análise dos regimes alimentares oferece uma perspectiva estrutural para compreender a agricultura e as regras alimentares no processo de acumulação de capital em escala global.

Em outras palavras, os regimes alimentares “suportaram o exercício do poder estatal dominante na expansão e sustentação das áreas do mercado e da dominação ideológica” (McMichael, 2009, p. 144). Além disso, “o conceito de regime alimentar oferece uma interpretação não somente das bases agrárias da hegemonia mundial, mas também da evolução histórica dos modelos de desenvolvimento que expressam e legitimam aquelas relações de poder” (McMichael, 2009, p. 145). Segundo Friedmann (2009, p. 335), a definição clássica de regimes alimentares envolve constelações de relações de classe, geográficas, especialização e poder interestatal. Após um período de intensas mudanças, observa-se a emergência de uma nova fase de acumulação no setor agroalimentar, que incorpora seletivamente demandas de movimentos ambientais, bem como questões levantadas por ativistas de comércio justo, saúde do consumidor e bem-estar animal.

O regime alimentar, como tal, contribui para uma conjuntura histórica global de “modernização” da agricultura, onde essa conjuntura não é linear nem isenta de contradições (McMichael, 2015, p. 39). Isso evidencia que a agricultura era considerada um instrumento de poder para o sistema capitalista. Observa-se que, durante a época colonial, certos artigos eram luxuosos para a aristocracia europeia:

“Estimulantes, tabaco, café, chá e açúcar [...] o açúcar, que originalmente era um luxo para as aristocracias europeias, tornou-se objeto de intensa rivalidade imperial, bem como uma mercadoria nos lares da Grã-Bretanha do século XIX [...] Dessa forma, alimentos do mundo, como o açúcar, tornaram-se parte integrante do valor do capitalismo, enquanto uma força de

trabalho desproporcional, mas combinada, foi construída e fornecida por uma relação imperial”. (McMichael, 2015, p. 41-42).

Esse sistema alimentar mundial serve como base fundamental para acumular recursos econômicos a partir das forças de trabalho escravizadas. Como consequência, conforme afirma Friedmann (2005), o regime alimentar criou uma nova classe de agricultores dependentes da exportação para mercados externos. De fato, a inovação central do regime alimentar colonial-diaspórico foi a fazenda totalmente comercial baseada no trabalho familiar. Em contraste com os camponeses sob o colonialismo e o capitalismo verde, os colonos europeus da diáspora precisavam comprar bens de consumo e ferramentas e eram compelidos a vender seus produtos, especializando-se no que era exigido pelos mercados internacionais (Friedmann, 2005, p. 236).

2.1.1 Primeiro regime alimentar (1870-1930)

O primeiro regime alimentar foi centrado no Reino Unido (1870-1930), com a importação combinada de produtos tropicais coloniais para a Europa e de grãos básicos e gado de suas colônias, abastecendo as classes industriais emergentes. Esse processo reforçou o Reino Unido como uma “oficina do mundo”. Assim, o estabelecimento de setores agrícolas nacionais nos estados colonizadores emergentes — principalmente nos Estados Unidos, Canadá e Austrália — modelou o “desenvolvimento” do século XX como uma dinâmica articulada entre os setores agrícolas e industriais nacionais (McMichael, 2015, p. 19).

Segundo McMichael, o fio condutor desse regime é traçado pelo surgimento de um mercado mundial de trigo (McMichael, 2015, p. 26). Esse período de hegemonia britânica na economia mundial também testemunhou a culminação do colonialismo europeu na Ásia e na África — colônias de ocupação — e a ascensão do sistema de Estado-nação, no qual as ex-colônias de assentamento se tornaram independentes (Bernstein, 2016, p. 615).

Segundo Bernstein (2016), esse contexto forneceu a base política para uma divisão internacional do trabalho, estruturada em três zonas principais. A primeira corresponde à produção especializada de grãos e carne nas "neo-Europas" (Crosby, 1986), ou seja, nas colônias temperadas de assentamento. A segunda refere-se à crise agrária na Europa, especialmente na produção de grãos em grande escala, causada pela

importação de trigo mais barato, o que resultou em medidas protecionistas em alguns países e intensificou a emigração rural, incluindo o deslocamento para as diásporas nas colônias de assentamento. Por fim, a terceira zona é caracterizada pela especialização em culturas tropicais de exportação na Ásia colonial e na África (Bernstein, 2016, p. 615-616).

Com este regime, as exportações agrícolas dos colonos, produzidas pelo trabalho familiar, sustentavam o desenvolvimento da relação salarial e o crescimento concomitante dos mercados de alimentos. Assim, a agricultura dos colonos foi uma peça central político-econômica na formação dos Estados-Nação metropolitanos” (Friedmann; McMichael, 1989, p. 96). Na visão de Friedmann (2005):

O primeiro regime alimentar foi estruturado dentro de uma retórica geral de livre comércio e do funcionamento real do padrão-ouro. O mercado mundial de trigo que surgiu nas décadas após 1870 não era realmente o objetivo de ninguém. No entanto, vastos embarques internacionais de trigo tornaram possível o que os atores realmente queriam fazer: os capitalistas queriam construir ferrovias, os estados da diáspora europeia queriam recuar fileiras contra os povos indígenas e construir Estados que rivalizassem (e complementassem) os da Europa, e os pobres e politicamente reprimidos da Europa queriam encontrar uma vida melhor nas colônias europeias. O trigo era a substância que proporcionava às ferrovias receitas com o frete, os estados em expansão uma forma de manter o território contra os despossuídos e os europeus diaspóricos uma forma de obter renda” (Friedmann, 2005, p. 231-232).

Neste contexto, Friedmann e McMichael (1989) afirmam que o regime alimentar alcançou dois movimentos simultâneos e contraditórios:

O primeiro é o culminar do colonialismo, que estava totalmente implicado nas rivalidades nacionais do segundo e mais recente movimento para um sistema de Estado internacional, sendo que, de forma contraditória, o ápice do princípio colonial foi a primeira expressão dos conflitos do sistema internacional. O segundo movimento é a ascensão do sistema de Estado-Nação, onde os estados colonizadores anteciparam uma organização alternativa da economia mundial, tanto na política quanto nos termos econômicos (Friedmann e McMichael, 1989, p. 96).

A formulação original do primeiro regime alimentar era fortemente centrada no Estado e, talvez, também centrada no capital, com o capital financeiro, comercial e industrial, bem como os Estados, ocupando o centro do palco, enquanto o capital agrário (e outras classes agrárias) permaneciam, em grande parte, ausentes. Elaboraões posteriores das análises do regime alimentar, observadas na seção anterior, pouco

acrescentaram à consideração adicional do primeiro regime e sua crise/falência (Bernstein, 2016, p. 617).

McMichael (2015, p. 19) conclui que os Estados em desenvolvimento internalizaram o modelo estadunidense de agroindustrialização nacional, adotando a tecnologia da revolução verde, instituindo a reforma agrária para reduzir o desconforto dos camponeses e ampliando as relações de mercado na área rural. Neste contexto, o primeiro regime alimentar internacional entrou em colapso em 1914, quando as políticas de guerra, em conjunto com a depressão, levaram a um protecionismo generalizado da agricultura nos países capitalistas industriais (Bernstein, 2011, p. 59).

2.1.2 Segundo regime: a revolução verde como modelo de desenvolvimento

O segundo regime alimentar está centrado nos Estados Unidos entre 1950 e 1970, no contexto da Guerra Fria (McMichael, 2015, p. 1). Foi denominado por Friedmann de “regime alimentar mercantil-industrial”. Seus aspectos mercantis e industriais contrastavam fortemente com o livre comércio e o trabalho familiar do regime anterior (Friedmann, 2005, p. 240). Friedmann (2005) afirma o seguinte:

O regime mercantil também era, paradoxalmente, industrial. O regime alimentar da diáspora colonial havia sido liderado por capitais mercantis, pelo menos na agricultura; até as ferrovias lucravam com o transporte de trigo e carne. No regime alimentar mercantil-industrial, as grandes empresas industriais finalmente se tornam dominantes dentro de um setor agroalimentar cada vez mais especializado e integrado. Algumas organizações capitalistas cresceram para fornecer à agricultura máquinas, produtos químicos, ração animal, medicamentos veterinários e uma variedade de outros insumos relacionados à industrialização da agricultura (Friedmann, 2005, p. 243).

Durante este período, os Estados Unidos utilizaram a ajuda alimentar como arma geopolítica (Friedmann, 1982 apud McMichael, 2015, p. 16). Segundo Friedmann e McMichael (1989), o segundo regime alimentar é um conjunto bastante mais complexo e contraditório de relações de produção e consumo enraizado na proteção estatal extraordinariamente forte e na organização da economia mundial sob a hegemonia dos EUA. À medida que a hegemonia dos EUA declinou, a tensão básica entre as economias organizadas nacionalmente e o capital transnacional foi ampliada.

Como no regime anterior (primeiro regime), houve dois movimentos opostos do sistema estatal e da divisão internacional do trabalho. Friedmann e MacMichael (1989) afirmam que o primeiro foi a extensão do sistema estatal às ex-colônias

(Descolonização de África e a Ásia), assim como a independência anterior das nações latino-americanas, destruíram efetivamente a base política para as especializações coloniais dentro de blocos comerciais protegidos centrados na metrópole. O sistema estatal expandido, que se originou na agricultura/indústria, tentativa de divisão do final do século 19, não aprofundou as especialidades coloniais (como é frequentemente sugerido pelos termos “neocolonialismo”, “perifericidade”). Em vez disso, a integração no segundo regime alimentar prosseguiu em duas frentes completamente novas: a) importação de trigo das antigas colônias de colonos, especialmente os EUA, às custas de alimentos domésticos produzidos; e b) declínio dos mercados para exportações tropicais, notadamente açúcar e óleos vegetais, por meio da substituição de importações por países capitalistas. O segundo movimento, foi a reestruturação transnacional dos setores agrícolas por capitais agroalimentares. Em contraste com as frequentes distinções entre economias articuladas (desenvolvidas ou centrais) e desarticuladas (dependentes ou periféricas), a intensificação da agricultura nos países capitalistas avançados foi acompanhada pela integração intrassetorial através das fronteiras internacionais. A agricultura tornou-se um setor industrial à medida que os alimentos passaram cada vez mais do uso final para produtos manufaturados (Friedmann e MacMichael, 1989, p. 104).

As características mais marcantes do período pós-Segunda Guerra foram: a emergência dos EUA e da URSS como ‘superpotências’ rivais; a sua disputa por aliados entre os países da Ásia e da África, que haviam conquistado a independência do domínio colonial; e a recuperação e extraordinária expansão da economia capitalista mundial, que se estendeu da década de 1950 até o início dos anos 1970 (Bernstein, 2011, p. 60).

Neste contexto, no início da década de 1970, o regime alimentar alcançou o "Terceiro Mundo" como uma "tesoura de duas lâminas": 1) a dependência da importação de alimentos; 2) a diminuição das receitas das exportações tradicionais de safras tropicais (Friedmann, 1993, p. 38). A partir desse momento, os Estados Unidos começaram a implantar sua política agrícola nacional protecionista, voltada para a produção para exportação. Por isso, "o principal instrumento de ajuda alimentar dos Estados Unidos, a Lei Pública 480, adaptou mecanismos específicos inventados para a ajuda de Marshall", cujo objetivo era a reconstrução dos países europeus. Com isso, estabeleceu simultaneamente as bases para as relações agroalimentares atlânticas e

inventou os mecanismos específicos de ajuda externa, que foram posteriormente adaptados ao Terceiro Mundo (Friedmann, 1993, p. 35-36).

O programa PL-480 subsidiou os industriais capitalistas nacionais do Terceiro Mundo com alimentos baratos e, por meio de um programa de fundos de contrapartida, ampliou seu foco na produção agroindustrial por meio da exportação de tecnologias da Revolução Verde para os capitalistas agrários de países-chave do Terceiro Mundo, incluindo México, Brasil, Argentina, Venezuela, Filipinas, Indonésia e Índia (McMichael, 2015, p. 59).

A chamada Revolução Verde representa as dimensões nacional e transnacional do regime alimentar centrado nos EUA (McMichael, 2015, p. 61). Nesse sentido, os Estados Unidos tornaram-se um exportador dominante, e o Terceiro Mundo emergiu, mais tarde, de maneira similar ao Japão. Na Europa e no Terceiro Mundo, novos vínculos com os EUA giraram em torno do comércio de trigo, rações animais e matérias-primas para alimentos processados (Friedmann, 1993, p. 35).

De acordo com a autora, "a persistência do regime alimentar mundial foi a inovadora política norte-americana de ajuda, que permitiu aos EUA transformar o problema dos estoques excedentes em uma oportunidade para implementar políticas estratégicas, de bem-estar e econômicas" (Friedmann, 1993, p. 35). Para McMichael (2015, p. 15), os estados em desenvolvimento internalizaram o modelo estadunidense de agroindustrialização nacional, adotando a tecnologia da Revolução Verde, instituindo reformas agrárias para reduzir o desconforto dos camponeses e ampliando as relações de mercado na área rural.

Destacamos que o termo "Revolução Verde" foi cunhado em 1968 por William Gaud (administrador da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID) para se referir ao surpreendente e repentino aumento da produção de grãos que ocorreu em vários países em desenvolvimento, na década de 1960. Esse aumento foi produto, entre outras coisas, da difusão de variedades de trigo e arroz de alto potencial produtivo, desenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de resolver o problema da fome no mundo (Sarandon; Cecilia, 2014, p. 14).

Conforme afirma Chonchol (2005, p. 34), os resultados da Revolução Verde foram espetaculares em termos produtivos, mas suas consequências sociais foram muito menos favoráveis. Segundo o autor, antes da Revolução Verde, na Índia, 18% do

campesinato não possuía terras. Em 1970, essa porcentagem havia aumentado para 33%.

As consequências da Revolução Verde nas áreas rurais foram tais que serviram para marginalizar grande parte da população rural. Primeiro, concentrou seus benefícios em grupos ricos em recursos, acelerando assim a diferença entre eles e outros habitantes rurais, de modo que a desigualdade rural muitas vezes aumentava. Em segundo lugar, prejudicou muitas formas de acesso à terra e aos recursos, como parceria, aluguel de mão de obra e acesso à irrigação e pastagens. Isso reduziu a diversidade de estratégias de subsistência disponíveis para as famílias rurais e, assim, aumentou a dependência das fazendas (Hecht, 1999, p. 28).

Com tudo isso, a questão da fome aumentava cada vez mais no mundo, principalmente nos países do Sul. Desde a década de 1990, ocorreram transformações importantes na agricultura mundial, com novos padrões de acumulação e exploração sob a égide do capitalismo monopolista mundializado. Esse avanço intensificou-se a partir da crise alimentar de 2006-2008, devido à volatilidade dos mercados de grãos, sementes oleaginosas e óleo de cozinha (Weis, 2013), com o objetivo de aumentar a produção de alimentos para erradicar a fome no mundo. Contudo, ao longo dos anos, esse modelo de agricultura não atingiu sua promessa. Isso demonstra que o objetivo da Revolução Verde não era melhorar as condições das pessoas vulneráveis, principalmente nos países em desenvolvimento, mas sim aumentar a cadeia produtiva através das trocas de mercadorias nos sistemas de mercados globais.

O avanço do sistema capitalista afeta os pequenos agricultores na concentração das terras, sementes e outros recursos. Isso mostra que o sistema capitalista contribui para a destruição da natureza, o que, atualmente, tem grandes consequências sobre o ser humano, especialmente em termos de mudanças climáticas.

Neste sentido, podemos destacar que o surgimento da política agrícola nacional protecionista voltada para a produção para exportação engendrou graves problemas no mundo. A Revolução Verde é responsável pela expansão da monocultura, pelo uso intensivo de agrotóxicos, pela mecanização agrícola e pela expulsão dos camponeses de suas terras, além de causar doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes, entre outras.

O fim do segundo regime alimentar teve início quando “os preços da energia se recuperaram e a vulnerabilidade do dólar nos mercados de comércio internacional forçou os Estados Unidos a sair da paridade do ouro e, portanto, a desistir da ordem monetária de Bretton Woods” (McMichael, 2015, p. 64). Segundo o autor, nesse período, a hegemonia monetária dos Estados Unidos chegou ao fim, em razão dos novos interesses corporativos dentro do sistema internacional, na perspectiva da busca e cooperação com novos investimentos e oportunidades de mercado oferecidas pela liberalização do comércio e pela crescente demanda nos países emergentes.

Esse segundo regime alimentar entrou em colapso quando ocorreu a leve reaproximação dos Estados Unidos com a União Soviética entre 1972 e 1973, o que desobstruiu as reservas de grãos pela primeira vez no pós-guerra. Assim, o preço dos grãos e oleaginosas triplicou, gerando uma crise mundial em 1974 (McMichael, 2015, p. 63). Desde então, iniciou-se um terceiro regime alimentar, controlado por parte das empresas multinacionais.

2.1.3 Terceiro regime: o neoliberalismo e a globalização na América Latina

O terceiro regime alimentar estaria vigente no momento atual e teria iniciado em 2000, sendo caracterizado como o "regime alimentar corporativo" por McMichael (2013; 2016). Esse processo incorpora novas regiões nas cadeias de proteína animal (por exemplo, Brasil-China) e consolida as cadeias produtivas diferenciadas na “revolução dos supermercados” (McMichael, 2015, p. 20).

O neoliberalismo diminui o papel do Estado na economia, onde a alimentação do mundo é controlada pelas grandes empresas multinacionais como a Bunge (Holanda), a Cargill (Estados Unidos), a BASF (Alemanha), a Bayer (Alemanha), a Syngenta (Suíça/Holanda) e outras, que atuam nas etapas de produção e beneficiamento dos gêneros agrícolas. A internacionalização do mercado de alimentos também tem ocorrido por meio do crescente aumento da influência das grandes corporações do setor varejista (NESTLÉ, 2002; SAGE, 2012 apud Coca, 2015, p. 45). Neste contexto, surge uma nova dieta emergente, impulsionada pelas grandes corporações.

Segundo McMichael, o "regime alimentar corporativo" define um conjunto de regras que institucionalizam o poder corporativo no sistema alimentar mundial. Embora a Organização Mundial do Comércio (OMC) seja a instituição-chave, existem acordos

comerciais associados, como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que replicam a assimetria dos protocolos da OMC, os quais preservam os subsídios agrícolas do Norte por trás de uma fachada de liberalização econômica, direcionada aos Estados da região Sul Global (McMichael, 2009, p. 153). Friedmann (2005, p. 229) afirma que:

Desde que os mercados internacionais de grãos e produtos pecuários começaram no século XIX, os regimes alimentares foram moldados por relações (desiguais) entre Estados, empresas capitalistas e pessoas, que migraram, compraram, venderam e remodelaram culturas de agricultura e alimentação dentro de grandes, de fato, constelações globais de poder e propriedade. Conjuntos relativamente estáveis de relacionamentos caem em períodos distintos, com períodos instáveis entre eles moldados por disputas políticas sobre um novo caminho a seguir (Friedmann, 2005, p. 229).

Com o crescimento e alcance transnacional das corporações agroalimentares, os agricultores tornaram-se cada vez mais especializados. As operações mistas de cultivo e pecuária, indiscutivelmente importantes em muitas regiões para a sustentabilidade ecológica, deram lugar a campos de monocultivo e fábricas de pecuária. As corporações agroalimentares aumentaram os lucros e o controle, alargando as cadeias de fornecimento de commodities (Friedmann, 2005, p. 244).

O regime alimentar corporativo combina elementos de cada um dos regimes anteriores, restaurando o princípio do mercado mundial por meio de um nexo contraditório entre o protecionismo da agricultura do Norte e a liberalização dos produtores e dos mercados de alimentos no Sul. O novo princípio organizacional neoliberal implica a subordinação da expressão dos Estados aos mercados e um regime baseado na comercialização da provisão de alimentos (McMichael, 2015, p. 21).

A partir da metade dos anos 1970, ocorre a proliferação de formas neoliberais de Estado em todo o mundo, fenômeno que é conhecido nos anos 1990 como o Consenso de Washington (Harvey, 2004). Em 1947, surgia a doutrina neoliberal, contra ameaças à ordem capitalista, onde a liberdade e a negação da propriedade e do livre comércio compartilhavam a ideia da "mão invisível" de Adam Smith, ou seja, oposição à visão de John Maynard Keynes, que defendia o Estado intervencionista, presente nos Estados Unidos com o New Deal e nas democracias sociais da Europa, conhecidas como Estado de bem-estar social (Harvey, 2004, p. 21).

A teoria neoliberal obteve respeitabilidade acadêmica quando Friedrich Hayek, em 1974, e Milton Friedman, em 1976, ganharam o Prêmio Nobel de Economia. A

partir daí, a teoria neoliberal, especialmente em sua versão monetarista, passou a ter influência prática em diversos campos políticos (Harvey, 2011, p. 22). A década de 1980 foi marcada pelo "surto da ideologia neoliberal", diante da crise do capitalismo, que se iniciou na Inglaterra com M. Thatcher (1979-1990), passando por R. Reagan nos EUA (1982-1990) e, depois, H. Kohl na Alemanha (1982-1998), após a reunificação, entre outros. Pode-se dizer que o neoliberalismo é um sistema com um plano político e econômico internacional para concentrar o controle sobre os alimentos no mundo e, assim, dominar os países pobres. Por isso, o neoliberalismo é responsável pelas consequências da fome, desigualdade e mudanças climáticas na sociedade.

Na visão de Borras (2004, p. 4):

A orientação neoliberal do comércio no mercado mundial e suas correspondentes políticas fiscais e tecnológicas exercem uma influência transcendental e, quase sempre negativa — não só em ato, mas também em potência — sobre as vidas e os sustentos dos camponeses pobres e pequenos agricultores.

No caso da América Latina, a primeira experiência de neoliberalização ocorreu no Chile após o golpe de Augusto Pinochet em 1973. O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi patrocinado pelas elites chilenas, ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Além disso, foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela Agência Central de Inteligência (CIA) e pelo secretário de Estado Henry Kissinger (Harvey, 2004, p. 8). Nesse sentido, a referência histórica mais relevante para a aplicação do receituário neoliberal é a crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, "quando todo o mundo capitalista avançou numa longa e profunda recessão" (Anderson, 2000, p. 10).

No neoliberalismo, a divisão do trabalho e os sistemas de produção não seriam construídos apenas pelas vantagens geográficas ou comparativas, mas sim pela interação de forças econômicas e políticas. "Suas criações, inevitavelmente, envolvem uma coevolução regional de formas tecnológicas e organizacionais, relações sociais, relações com a natureza, sistemas de produção, modos de vida e concepções mentais do mundo" (Harvey, 2011, p. 160).

Ao contrário dos regimes alimentares anteriores, construídos por estados hegemônicos britânicos e norte-americanos, o regime alimentar sob o neoliberalismo institucionaliza uma relação hegemônica pela qual os Estados servem ao capital. Este, para Harvey, é o princípio organizador distinto pelo qual os direitos corporativos foram

elevados sobre os direitos soberanos dos Estados e seus cidadãos — as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) (entre outros acordos comerciais em andamento) tornaram isso claro. Nesse sentido, trata-se de um regime alimentar "corporativo" — mas essa designação histórica e comparativa não significa que todas as corporações sejam iguais, nem que elas não mudem à medida que as cadeias de valor evoluem, a financeirização avança e o varejo se transforma (McMichael, 2016, p. 649).

No caso do Haiti, o projeto neoliberal foi introduzido em 1980, com grande impacto sobre a economia do país, principalmente o setor agrícola. A entrada do sistema neoliberal no país causou grandes consequências sobre os agricultores familiares, pois a produção local foi destruída, tornando grande parte dos produtos consumidos no país provenientes de importações, o que provocou um grande êxodo rural e aumento da fome. Nesse contexto, as noções de soberania alimentar e agroecologia são consideradas alternativas para lutar e garantir o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade no país. Além disso, essas alternativas contribuem para preservar o meio ambiente e valorizar os conhecimentos tradicionais no desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

2.2. QUESTÃO AGRÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR

2.2.1. Do capitalismo agrário à reforma agrária: Soberania alimentar e Agroecologia como alternativa para o desenvolvimento rural

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o termo *segurança alimentar* passou a ser utilizado na Europa. Nessa época, o seu conceito tinha estreita ligação com o modelo de segurança nacional e com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável aos possíveis embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas ou militares (Leão, 2013, p. 11).

Segundo Maluf (2011, p. 30), “a ação estatal foi [...] o nascedouro da noção de segurança alimentar significados e possibilidades de aplicação conforme as circunstâncias que condicionam a atuação dos governos”. O autor também comenta que além das contribuições dos governos, as organizações internacionais têm uma importância relevante na organização dos eventos tanto nacionais quanto internacionais de combate à fome. A Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação estabelecem as bases para diversas trajetórias, de maneira a atingir um objetivo comum – segurança

alimentar a nível individual, familiar, nacional, regional e mundial. Desde então, a Segurança Alimentar ocorre quando “as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico à alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã” (FAO, 1996).

Neste sentido, a Organização Mundial da Agricultura e Alimentação (FAO), das Nações Unidas, é considerada um dos organismos internacionais que desempenha um papel importante na defesa da segurança alimentar no mundo. Na XII Conferência Mundial, em 1989, a FAO afirma que existem três propósitos específicos da segurança alimentar: “assegurar a produção alimentar adequada; conseguir a máxima estabilidade no fluxo de tais alimentos e garantir o acesso aos alimentos disponíveis por parte dos que os necessitam” (Menezes, 2001, p. 55).

Essa definição da segurança alimentar nos permite compreender que este conceito tem por objetivo combater a fome no mundo. Contudo, não contempla demandas da sociedade civil, que, no início dos anos de 2000, elabora o conceito da soberania alimentar, como explicamos na sequência.

O termo soberania alimentar é um conceito que tem origem na La Via Campesina em 1993, como um movimento que luta contra a hegemonia da política neoliberal. O conceito “colocou a questão das relações de poder entre países e da autonomia das populações no sentido de poderem escolher a sua dieta, de acordo com seus hábitos sociais e a sua cultura” (Belik, 2010, p. 179).

A Via Campesina reúne mais de uma centena de organizações nacionais e locais da América Latina, América do Norte, Ásia, Caribe, Oriente Médio e Europa que se opõem ao neoliberalismo e defendem o desenvolvimento rural pró-pobre, sustentável e humanizado, e maior democratização. Nesse contexto:

“[...] Via Campesina se revelou como um ator principal nas lutas populares internacionais contra o neoliberalismo que, entre outras coisas, exigem responsabilidades das agências intergovernamentais, enfrentam e se opõem ao controle corporativo sobre os recursos naturais e a tecnologia, e defendem a soberania alimentar. Além disso, desempenhou um papel destacado em campanhas de grande polêmica política como, por exemplo, as dirigidas contra a OMC, contra os gigantes corporativos mundiais como o McDonald’s, e contra os organismos geneticamente modificados (OGM) e as multinacionais que os fomentam, como a Monsanto” (Borras, 2004, p. 3).

A Via Campesina deve ser entendida como um movimento que atua tanto local quanto globalmente na luta pelo bem-estar da população. Nesse sentido, suas agendas e objetivos estão diretamente ligados à resistência ao neoliberalismo, propondo uma alternativa baseada na soberania alimentar. Essa alternativa inclui elementos como a reforma agrária, o comércio justo, o respeito aos direitos dos camponeses, a plena participação e representação das mulheres, além da justiça social, conforme descrito por La Vía Campesina (2000, p. 46-47, apud Borrás, 2004, p. 10).

A Via Campesina defende a autonomia dos povos, a mudança do sistema capitalista para acabar com a questão da fome, e a importância da soberania alimentar para promover a alimentação própria e com qualidade. De acordo com Stedile e Carvalho (2011), “a soberania alimentar tem sido defendida como algo que transcende os aspectos conceituais, tornando-se um princípio e uma ética de vida”. Na visão de Maluf (2011), a soberania alimentar é a via de erradicar a fome e a desnutrição e garantir segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. O Foro Mundial de Soberania Alimentaria, realizado em 2001 na cidade de Havana, definiu que:

Soberania Alimentar é o ‘direito dos países definirem suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam a alimentação para toda a população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos’ (Conti, 2009, p. 29).

A Soberania Alimentar é o direito de um povo e de uma nação de decidir sobre suas políticas estratégicas, bem como suas formas e condições de produzir, comercializar e consumir seus alimentos. Ela implica que o Estado, em todos os seus níveis de governo, empreenda esforços no sentido de respeitar, proteger e garantir a autonomia dos povos em toda cadeia alimentar. Igualmente, requer que as políticas internas de SAN sejam planejadas e executadas de modo a garantirem a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e que cada povo tenha seu direito de preservar seus modos tradicionais de produção alimentar e seus hábitos e práticas alimentares (Conti, 2009, p. 29-30).

Acesso de pequenos produtores, pastores, pescadores artesanais e sem-terra à terra, água, sementes, raças de animais e crédito. Daí a necessidade da reforma agrária; da luta contra os OGM e patentes de sementes, raças animais e pessoas; de acesso a sementes e raças animais para pequenos produtores e pastores, e salvaguardar a água

como um bem público a ser distribuído de forma equitativa e utilizada de forma sustentável; e acesso seguro às áreas de pesca para os pescadores artesanais.

- 1) Prioridade da produção agrícola local para alimentar as aldeias localmente.
- 2) Acesso de pequenos produtores, pastores, pescadores artesanais e sem-terra à terra, água, sementes, raças de animais e crédito. Daí a necessidade da reforma agrária; da luta contra os OGM⁴ e patentes de sementes, raças animais e pessoas; de acesso a sementes e raças animais para pequenos produtores e pastores, e salvaguardar a água como um bem público a ser distribuído de forma equitativa e utilizada de forma sustentável; e acesso seguro às áreas de pesca para os pescadores artesanais.
- 3) O direito à alimentação.
- 4) O direito dos pequenos produtores de produzir alimentos e o reconhecimento dos Direitos dos Produtores. O direito dos consumidores de decidir o que consomem e como e por quem é produzido.
- 5) O direito dos países de se protegerem das importações agrícolas e alimentares avaliadas pelo seu valor.
- 6) A necessidade de vincular os preços agrícolas aos custos de produção e de acabar com todas as formas de dumping. Os países ou sindicatos de estados têm o direito de impor impostos sobre importações excessivamente baratas, se se comprometerem a usar métodos de produção sustentáveis e se controlarem a produção em seus mercados internos para evitar excedentes estruturais (gestão da oferta).
- 7) A participação da população na tomada de decisões na política agrícola.
- 8) Reconhecimento dos direitos das mulheres produtoras que desempenham um papel de liderança na produção agrícola em geral e na produção de alimentos em particular.
- 9) A agroecologia não é apenas uma maneira de produzir alimentos, mas também de alcançar meios de subsistência sustentáveis, paisagens vivas e integridade ambiental (Windfuhr *et al*, 2015, p. 15).

Essas definições nos permitem entender melhor o conceito da soberania alimentar em termos políticos e socioeconômicos. Com isso, a Soberania Alimentar supõe novas relações sociais, libertas das determinações do capital, portanto da opressão e das desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais, sendo que o direito de acesso à terra, à água, aos recursos públicos para produzir, as sementes e à

⁴Organismos geneticamente modificados (OGM), como o próprio nome sugere, são organismos que sofreram algum tipo de alteração em seu material genético de maneira não natural (cruzamentos e/ou recombinação natural), ou seja, por meio de técnicas de engenharia genética moderna (Petro dos Reis Filho, 2017).

biodiversidade seja garantido para aqueles que nela produzem os alimentos, social e culturalmente definidos pelos trabalhadores, ou seja, produtores e consumidores (Thomaz Júnior, 2007).

De acordo com Rosset (2003):

A soberania alimentar sustenta que alimentar um povo é uma questão de segurança nacional, de soberania nacional. Se, para alimentar sua população, uma nação deve depender dos caprichos do mercado internacional, da vontade de uma superpotência usar os alimentos como instrumento de pressão internacional, ou da imprevisibilidade e dos altos custos do transporte de longa distância, aquele país não está seguro, seja no que diz respeito à segurança nacional ou à segurança alimentar. A soberania alimentar vai além do conceito de segurança alimentar, que foi despojado de seu verdadeiro significado pelas diversas formas como o conceito foi manipulado por interesses diversos (Rosset, 2003, p. 1).

Nesta perspectiva, a soberania alimentar é uma alternativa para se alcançar a segurança alimentar. Por tudo isso, entendemos que a soberania alimentar é um conceito mais avançado que a segurança alimentar, mostrando a necessidade de um povo de ter acesso às terras e produzir os alimentos relacionados com seus próprios saberes ancestrais. Não há segurança alimentar e nutricional sem soberania alimentar e boas políticas públicas.

Na Conferência Mundial de soberania alimentar, realizada em Mali (2007), na Declaração de Nyéléni, se afirmou que:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir o seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas (Declaração de Nyéléni, 2007, p. 1).

De fato, a soberania alimentar desempenha um papel importante na luta contra a pobreza e é considerada como uma arma contra-hegemônica para enfrentar a política agrária neoliberalista. Neste sentido, percebemos a importância de se fazer debates sobre soberania alimentar a partir das práticas agroecológicas, que têm um papel importante na agricultura sustentável. Como prática, a agroecologia propõe o desenho e a gestão de agroecossistemas com critérios ecológicos (Altieri, 1999; Gliessman, 2002).

2.2.2 Agroecologia: definição e importância

O termo da Agroecologia surgiu na década de 1970. É uma ciência que muitas vezes incorpora ideias sobre uma abordagem mais ligada ao meio ambiente e socialmente sensível à agricultura; focada não só na produção, mas também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção (Hecht, 1999, p. 15-18). A agroecologia surgiu no final dos anos 70 como resposta às primeiras manifestações da crise ecológica no campo (Casado et al, 2000, p. 81).

Casado et al (2000, p. 85) ressaltam que:

“[...] a agroecologia reivindica a necessária unidade entre as diferentes ciências naturais entre si e com as ciências sociais para compreender as interações existentes entre os processos agronômicos, econômicos e sociais; reivindica, em suma, o vínculo essencial que existe entre o solo, a planta, o animal e o ser humano” (Casado et al, 2000, p. 85).

Segundo Caporal et al. (2009, p. 12), o aumento no número de publicações e de cursos sobre Agroecologia no Brasil surgiu a partir do início dos anos 90. Desde então, o paradigma agroecológico vem ganhando corpo e se fortalecendo através das redes de relações que se formam e cujos membros compartilham alguns dos elementos epistemológicos que são chave na ciência agroecológica.

De acordo com Carlos (2011), a base epistemológica da Agroecologia não deve se fundamentar no simples rechaço à ciência nem em sua adoração ingênua. Trata-se, antes, de rejeitar o cientificismo e utilizar a ciência como instrumento comprometido com a sociedade e suas necessidades, construindo essa base a partir de um pluralismo metodológico e epistemológico (Carlos, 2011, p. 40).

Neste sentido, Norgaard (1989) apresentou as bases epistemológicas da Agroecologia da seguinte forma:

a) os sistemas biológicos e sociais têm potencial agrícola; b) este potencial foi captado pelos agricultores tradicionais através de um processo de tentativa, erro, aprendizado seletivo e cultural; c) os sistemas sociais e biológicos coevoluíram de tal maneira que a sustentação de cada um depende estruturalmente do outro; d) a natureza do potencial dos sistemas social e biológico pode ser melhor compreendida dado o nosso presente estado do conhecimento formal, social e biológico, estudando-se como as culturas tradicionais captaram este potencial; e) o conhecimento formal, social e biológico, o conhecimento obtido do estudo dos sistemas agrários convencionais, o conhecimento de alguns insumos desenvolvidos pelas ciências agrárias convencionais e a experiência com instituições e tecnologias agrícolas ocidentais podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais como os modernos; f) o desenvolvimento agrícola, através da Agroecologia, manterá mais opções culturais e

biológicas para o futuro e produzirá menor deterioração cultural, biológica e ambiental que os enfoques das ciências convencionais por si sós (Norgaard (1989) apud Caporal *et al*, 2009, p. 22).

Por isso, o objetivo da Agroecologia consistia não apenas em uma abordagem diferente para estudar os sistemas agrários, mas também pretendia constituir uma estratégia alternativa e eficaz para resolver os enormes problemas sociais e ambientais que o atual modelo de agricultura de capital intensivo estava gerando, problemas que constituíam uma parte substancial da atual crise ecológica (Casado; Molina; Guzmán, 2000, p. 97).

Neste contexto, a agroecologia pode ser definida como a gestão ecológica dos recursos naturais por meio de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise da civilização. Para o autor, a abordagem agroecológica surge como uma resposta à lógica do neoliberalismo e da globalização econômica, bem como aos cânones da ciência convencional, cuja crise epistemológica está dando origem a uma nova epistemologia participativa e política (Guzmán, 2021, p. 1).

A Agroecologia é entendida como um enfoque científico que visa apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e agricultura convencionais para práticas agrícolas e de desenvolvimento rural sustentáveis (Caporal; Costabeber, 2000a; 2000b; 2001, 2002, [2004, p. 11]). Nesse contexto, a Agroecologia surge como um mecanismo para entender os princípios fundamentais que orientam a busca por soluções adequadas para os diversos problemas enfrentados pela sociedade.

A crise agrícola tornou-se um problema grave em todo o mundo com o surgimento do capitalismo agrário, que destruiu a natureza na degradação do meio ambiente, além do uso indiscriminado dos agrotóxicos e demais insumos na produção agrícola. Estas crises têm relação direta com o impacto do modelo de desenvolvimento adotado para o meio rural e para a produção e distribuição de alimentos. Neste contexto, a globalização agroalimentar tende a marginalizar e destruir os sistemas agrícolas camponeses e familiares locais (Sevilla; Guzmán; Montiel, 2010).

Na visão de Altieri (2004):

O modelo de agricultura fortalecido a partir da revolução verde foi proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial. A meta era aumentar a produção e a produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização (Altieri, 2004, não paginada).

Os impactos desse modelo agroalimentar afetam vários aspectos, seja econômico, social ou ambiental, nos países de capitalismo periférico. Neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos nasceu a Agroecologia, “como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável (Caporal; Costabeber, 2004, p. 08).

Segundo Meirelles (2004), a Agroecologia apresenta-se como uma resposta socioambiental aos problemas ocasionados pela revolução verde. Para Leff (2002), a Agroecologia é “um paradigma produtivo, com uma constelação de ciências técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável” (Leff, 2002, p. 36).

A Agroecologia é entendida como um “paradigma alternativo ao capitalismo agrário” que busca valorizar os saberes tradicionais através das experiências e conhecimentos dos agricultores, promovendo não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural mais humanizados (Caporal, 2009, p. 27). Sevilla-Guzmán (2001) define a Agroecologia como:

“[...] o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representam alternativa ao atual modelo de manejo industrial dos recursos, mediante propostas sugeridas de seu potencial endógeno. Tais propostas pretendem um desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica e social” (Guzmán, 2001, p. 11).

Podemos destacar que a crise ecológica aumenta cada vez mais nos dias atuais devido ao “manejo industrializado dos recursos naturais, que rompe as taxas de reacomodação e reposição dos resíduos, produzindo um crescente incremento da entropia” (Casado et al., 2000, p. 38). Conforme a visão de Caporal e Costabeber (2004, p. 10–11), a prática agrícola deve ser entendida como um processo social que está inserido em sistemas econômicos. Dessa forma, enfoques que se concentram apenas na tecnologia ou na mudança da base técnica da agricultura podem gerar transformações nas relações sociais, na interação dos indivíduos com o meio ambiente e, além disso, influenciar diferentes níveis de autonomia e exercício da cidadania.

A Agroecologia é uma ciência que tem um papel importante na perspectiva de lutar contra o sistema hegemônico capitalista, visando construir uma vida mais justa. De acordo com Hecht (1999):

A agroecologia pode ser melhor descrita como uma abordagem que integra ideias e métodos de vários subcampos, e não como uma disciplina específica. A agroecologia pode ser um desafio normativo para as maneiras pelas quais várias disciplinas abordam os problemas agrícolas. Tem suas raízes nas ciências agrárias, no movimento ambientalista, na ecologia (particularmente na explosão da pesquisa sobre ecossistemas tropicais), na análise de agroecossistemas indígenas e nos estudos de desenvolvimento rural. Cada uma dessas áreas de pesquisa tem objetivos e metodologias muito diferentes, mas, em conjunto, todas têm sido influências legítimas e importantes no pensamento agroecológico” (Hecht, 1999, p. 20).

Entendemos que a Agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas, tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (Altieri, 1987; 2008, p. 21). Para este autor, são contribuições da Agroecologia:

1) O agroecossistema é a principal unidade ecológica. Ele contém componentes abióticos e bióticos que são interdependentes e interativos, e através dos quais os nutrientes e o fluxo de energia são processados. 2) A função dos agroecossistemas está relacionada ao fluxo de energia e à ciclagem de materiais através dos componentes estruturais do ecossistema, que é modificado pelo gerenciamento do nível de insumos. 3) A quantidade total de energia que flui através de um agroecossistema depende da quantidade estabelecida pelas plantas ou produtores e dos insumos fornecidos por meio de seu manejo. À medida que a energia é transferida de um nível trófico para outro, uma quantidade considerável é perdida para transferência futura. Isso limita o número e a quantidade de organismos que podem ser mantidos em cada nível trófico. 4) O volume total de matéria viva pode ser expresso em termos de sua biomassa. A quantidade, distribuição e composição da biomassa variam com o tipo de organismo, o ambiente físico, o estágio de desenvolvimento do ecossistema e as atividades humanas. Uma grande proporção do componente orgânico no ecossistema é composta de matéria orgânica morta (DOM), da qual a maior proporção é composta de material vegetal. 5) Os agroecossistemas tendem à maturação. Estes podem ir de formas menos complexas a estados mais complexos. Essa mudança direcional é, no entanto, inibida na agricultura moderna, mantendo monoculturas caracterizadas por baixa diversidade e baixa maturação. 6) A principal unidade funcional do agroecossistema é a população cultivada. Ocupa um nicho no sistema, que desempenha um papel particular no fluxo de energia e na ciclagem de nutrientes, embora a biodiversidade associada também desempenhe um papel funcional fundamental no agroecossistema (Altieri, 1999, p. 48).

Neste sentido, a Agroecologia pretende contribuir para o restabelecimento de processos de coevolução homem-natureza, promovendo maior equilíbrio ecológico, mas também ampliando a solidariedade entre as atuais gerações e destas para com as futuras. Ou seja, estabelecer uma ética da sustentabilidade (Caporal, 2013, p. 4). Neste caso, em razão do avanço do capitalismo agrário no mundo, que causa diferentes problemas

ambientais, a Agroecologia é considerada uma alternativa para melhorar as condições dos camponeses na luta por uma agricultura sustentável.

3. REFORMA AGRÁRIA NO HAITI E RESISTÊNCIAS DO CAMPESINATO

Este capítulo tem como objetivo explorar a história de resistência dos movimentos sociais no Haiti, com ênfase nas lutas camponesas que marcaram diferentes períodos da história do país. Destaca-se o movimento camponês de Goman, em Grand'Anse, entre 1807 e 1820, que simboliza a luta pela terra e pela justiça social após a independência. Além disso, analisa-se a atuação dos movimentos dos Cacos e dos "piquets"⁵, que emergiram como formas de resistência durante a ocupação estadunidense, ressaltando sua importância na defesa dos direitos do campesinato e na contestação das políticas imperialistas. O capítulo também aborda os principais impactos da invasão estadunidense no Haiti, como a exploração econômica, a concentração fundiária e a repressão aos movimentos sociais, destacando como esses fatores agravaram os problemas estruturais do país e intensificaram a luta pela reforma agrária e soberania nacional.

3.1. REFORMA AGRÁRIA NO HAITI E TRAJETÓRIA DAS RESISTÊNCIAS DO CAMPESINATO (1804–1986)

A independência foi proclamada em 1º de janeiro de 1804 pelo general Jean-Jacques Dessalines. Após seu assassinato, o Haiti teve sua administração fragmentada, com o norte ficando sob o domínio de Henri Christophe e o sul sendo governado por Alexandre Pétion. Esse cenário levou a uma grande concentração de terras nas mãos das elites nacionais e à intensificação da exportação de produtos agrícolas. Os chamados "bossales" foram excluídos das terras e marginalizados pela cultura eurocêntrica e pela monocultura. A partir de então, a terra tornou-se um problema central no Haiti, e a reforma agrária se transformou em uma questão complexa e um direito ainda mal resolvido, provocando um dos problemas mais endêmicos enfrentados pelo país.

⁵ Os movimentos dos Cacos e dos "piquets" foram expressões de resistência popular no Haiti, principalmente durante o período de ocupação e turbulência política. Cacos: Eram grupos de camponeses e insurgentes que se opunham às elites e ao controle colonial. Durante o período pós-independência, os Cacos se destacaram como movimentos de resistência armada contra o governo central e contra a presença de tropas estrangeiras no Haiti, buscando a defesa de seus direitos e territórios. Piquets: Eram movimentos organizados por trabalhadores e camponeses, muitas vezes ligados a questões sociais e econômicas, como os direitos agrários. Os piquets se tornaram símbolos de protesto e resistência durante a ocupação estadunidense (1915-1934), em especial nas lutas contra a exploração de terras e recursos pelos interesses estrangeiros.

De acordo com Michael Lévy (2001, p. 24), uma reforma agrária, e a política agrária em geral, torna-se pela pesquisa da segurança alimentar das populações urbanas e rurais, a diminuição da parte dos produtos importados e da produção de exportação para o mercado mundial. No Haiti, a questão da terra é mal definida desde o período pós-independência até os dias atuais. Por isso, para compreender as lutas dos camponeses no país, é necessário fazer uma breve análise das resistências camponesas, desde o governo imperial de Jean-Jacques Dessalines, em 1804, até o período dos ditadores Papa Doc e Baby Doc⁶, em 1986.

3.1.1 O Governo de J.J. Dessalines (1804–1806)

As resistências dos camponeses haitianos, no período de 1804 a 1806, manifestaram-se nos âmbitos social, político e econômico. Esses movimentos buscavam justiça social, lutando contra as elites desde o período colonial e continuando durante e após a independência do país.

Diversos movimentos de resistência foram registrados durante o governo de Jean-Jacques Dessalines: a) a emergência dos pequenos agricultores e a vinculação à pequena propriedade ocorreram simultaneamente à deserção massiva dos camponeses das oficinas criadas ou restauradas pelo novo regime; b) a revolta armada: Desde os primeiros dias de janeiro de 1805, tensões e crises se intensificaram. Um exemplo significativo foi o movimento liderado por Germain Picot, em 1805, no sul do país, que reuniu camponeses que haviam sido vítimas de desapropriações e espoliações (Sainsine, 2007, p. 94, apud Wolf, 1974).

A questão agrária permaneceu como a principal preocupação do governo e das populações. Jean-Jacques Dessalines decretou uma grande revolução agrária ao expropriar legalmente as terras dos antigos colonos e incorporá-las ao domínio do Estado. Essa medida foi considerada por Alix Mathon como a criação do “primeiro Estado socialista no mundo”, ou, mais modestamente, como um retorno às tradições comunitárias indígenas (Fouchard, 2017, p. 38).

⁶ François Duvalier, conhecido como "Papa Doc", foi presidente do Haiti de 1957 até sua morte em 1971. Ele implementou um regime autoritário e governou com o apoio de uma força militar conhecida como "Tonton Macoutes", que utilizava métodos violentos para manter o controle. Após sua morte, seu filho Jean-Claude Duvalier, conhecido como "Baby Doc", assumiu a presidência e governou o Haiti de 1971 até ser deposto em 1986, continuando com práticas autoritárias, mas enfrentando crescente oposição popular.

A Constituição Imperial de 20 de maio de 1805, sob o governo de Dessalines, declarou no artigo 12: “Nenhum branco, seja qual for sua nação, pisará neste território como senhor ou proprietário, e não poderá adquirir nenhuma propriedade no futuro.”

De acordo com Moral (2007):

“Já se disse que o desejo do governo de Dessalines seria integrar todas as terras dos antigos colonos ao Domínio Nacional para fazer novas e massivas concessões em benefício do maior número de cidadãos. [...] Contudo, os decretos de 1804 a 1806 relacionados à validação de títulos de propriedade demonstram uma política agressiva de desapropriação dos antigos aliados do sul.”

Dessalines expressou indignação diante das fraudes e ocupações irregulares de terras, afirmando: 'Negros e mulatos, todos lutamos contra os brancos; os bens que conquistamos derramando nosso sangue são de todos nós, e devem ser compartilhados com equidade' (Fouchard, 2017, p. 38-39). Essa política visava melhorar a vida dos ex-escravos, mas também gerou tensões internas, culminando no assassinato do imperador em outubro de 1806 (Moral, 2002). Após sua morte, o Haiti foi dividido em dois estados: o Reino do Norte, sob o comando de Henri Christophe, e a República Ocidental, liderada por Alexandre Pétion (Casimir, 2008, p. 8). Em suma, Dessalines tentou combater a concentração de terras e promover uma distribuição mais equitativa, mas sua breve administração não conseguiu consolidar essas reformas.

3.1.2 O governo de Alexandre Pétion (1807-1818)

Pétion foi eleito presidente em janeiro de 1807, sendo reeleito em março de 1811 e em março de 1815. Uma nova constituição, votada em 2 de junho de 1816, concedeu-lhe a presidência vitalícia. Sua administração foi marcada por três atos de grande importância: a) a distribuição das terras do domínio nacional, constituídas pelas antigas propriedades dos colonos, aos oficiais e soldados da independência, além da criação de média e pequena propriedade rural; b) a fundação de um colégio para meninos e um internato para meninas em Porto Príncipe, além do estímulo ao ensino público para a formação de uma elite intelectual na juventude haitiana; c) a assistência concedida a Simão Bolívar para a emancipação das colônias espanholas na América e para a abolição da escravatura nesses países (Dantes, 1937, p. 21).

Neste contexto, podemos destacar que a política fundiária de Pétion era diferente da de Dessalines. Enquanto Dessalines defendia a distribuição das terras para o povo e buscava garantir o acesso à terra para os ex-escravos, Pétion favoreceu a apropriação de

terras públicas por proprietários privados. Esse processo de distribuição de terras ocorreu em várias etapas. Primeiramente, houve uma ruptura com a tendência de expandir a propriedade pública de terras. As terras que haviam sido ilegalmente adquiridas e confiscadas por Dessalines foram devolvidas aos seus legítimos proprietários (Jocelyn, 1994, p. 39).

Durante esse período, ocorreu um movimento de resistência camponesa com o objetivo de defender o direito ao acesso à terra. Em janeiro de 1807, logo após Alexandre Pétion assumir o poder, um levante teve início na região de Jérémie. Sob a liderança de Jean-Baptiste Perrier, conhecido como Goman, cerca de 3.000 agricultores armados conseguiram manter, por treze anos, um modo de vida organizado de forma independente em uma vasta área montanhosa que ficava completamente fora do controle da nova República. Esse movimento ficou conhecido como o “Estado de Goman” (Sainsine, 2007, p. 95-96 apud Wolf, 1974). Esse movimento pode ser visto como uma continuidade das comunidades quilombolas. Pétion explicou a persistência da rebelião devido ao tratamento injusto dos agricultores e denunciou o “espírito de egoísmo” entre os latifundiários. Em 1813, após a derrota das tropas governamentais, ele ofereceu títulos de terra a camponeses que depusessem as armas (Arduin, 1865, p.108).

Após isso, diversos modos de resistência surgiram no início do século. Podemos citar, como exemplo, as “sociedades de meio”. Os camponeses se juntavam em pequenos grupos para trabalhar nas grandes plantações de propriedade particular dos “latifundiários”, depois de abandonarem as oficinas criadas pelas autoridades governamentais. Por volta da década de 1810, surgiu outra modalidade associativa: a “meação coletiva”. De fato, para encontrar terra para trabalhar, apesar das novas disposições agrárias implementadas pelas autoridades governamentais, cada vez mais discriminatórias contra eles, os camponeses se reuniam para arrendar as vastas moradias das quais não havia necessidade (Sainsine, 2007, p. 96-97).

O governo de Alexandre Pétion lançou uma reforma agrária e foi o primeiro chefe de Estado do país a implementar uma política agrária, cujo aspecto essencial seria a distribuição gratuita da terra aos camponeses. No entanto, essa política agrária não favoreceu os camponeses, pois, na perspectiva de Pétion, o objetivo era preservar os direitos da agricultura em grande escala. Isso certamente encontrou resistência das massas camponesas.

Os altos funcionários públicos receberam, cada um, uma plantação de açúcar ou café como um “presente nacional”. A fórmula floresceria mais tarde. O general Borgella tomou posse, em 1812, da propriedade Custine (2.000 hectares), na planície de Cavaillon; ele recebeu Bolívar em 1816. O presidente Pétion possuía três grandes propriedades açucareiras ao redor de Porto Príncipe (Volant-le-Thor, Roche Blanche e Momance). Suas instruções aos comandantes distritais insistiam na preservação das grandes propriedades que ainda faziam parte das terras do Estado (Sainsine, 2007, p. 97).

Para Casimir (2008, p. 15), o modelo de Pétion carece de força política para criar uma oferta de trabalho servil, não consegue reativar o plantio e favorece a formação de latifúndios improdutivos. De acordo com Altineus (2017, p. 57), a reforma agrária de Pétion não gerou os resultados esperados e, até hoje, a população haitiana enfrenta as consequências das decisões políticas tomadas por ele naquela época.

3.1.3 O Reino Henry Christophe (1807-1820)

De 1807 a 1820, além da continuação dos vários fenômenos de resistência que observamos no governo de Dessalines, incluindo a invasão das terras deixadas pelos ex-colonizadores e a deserção em massa das oficinas dos lavradores, outros vão se tornando cada vez mais visíveis, e isto, quer se encontre no reino do Norte, liderado por Henry Christophe (1807-1820), quer na República de Alexandre Pétion (1807-1818), que se estende a Oeste e a Sul (Sainsine, 2007, p. 95).

No Norte, em 1807, sob a liderança de Mayer, um ex-soldado, os lavradores se levantaram para reivindicar o regime da pequena propriedade. As propriedades do rei Christophe foram completamente destruídas pelos camponeses e pelos próprios fazendeiros que a elas se apegavam (Sainsine, 2007, p. 95). Basicamente, durante todo o regime de Henry Christophe, que durou 13 anos (1807-1820), e mesmo durante a década seguinte, a parte norte do país foi abalada por uma onda de movimentos de rebelião política e social, particularmente das camadas mais baixas da população.

O principal motivo da reivindicação dos camponeses é “que Christophe, consolidando o feudalismo no Norte, deu o gozo da propriedade da terra à sua nobreza” (Blaise, 1976 apud Jocelyn, 1994, p. 43). Para Moral (1978, p. 33), o governo de Christophe se assemelha ao de Pétion, onde “Henry I também teve que adotar soluções mais liberais. O decreto real de 14 de julho de 1819 concede propriedades rurais aos soldados na proporção de suas patentes: ao coronel, 20 quadrados, ao soldado, 1

quadrado, etc. Parece que esta medida de relaxamento foi aplicada às pressas”. De acordo com Casimir (2008, p. 15), o “modelo de Estado de Christophe, assentado em uma economia proprietária de plantações, permanece em vigor por 18 anos e depois é desmantelado e substituído pela agricultura da aldeia.”

Segundo Moral (1978), as razões dessa multiplicação da resistência camponesa no Reino liderado por Henry Christophe são explicadas nas frases seguintes:

No Norte, Christophe, então presidente-rei sob o nome de Henrique I, deu continuidade à tradição louverturiana e organizou, com o apoio de um poderoso exército e forte convivência inglesa, um regime feudal cujos feitos monstruosos evocam, ainda hoje, as antigas monarquias. As massas rurais que construíram a Citadelle Laferrière e o Palácio de Sans-souci estão praticamente escravizadas. As principais moradias coloniais foram reconstituídas sob a direção de alguns grandes feudatários, dignitários do reino. A Lei da Cultura (133 artigos) do Código Henry regulamentava minuciosamente as relações entre os *domaniers*⁷, os agricultores e os cultivadores; leva à letra a fórmula do portionário de 1793 (Moral, 1978, p. 30-33).

Neste sentido, durante o reinado de Christophe, ele defende a soberania do Estado, por isso, ele inaugura um conjunto de relações políticas que devem potencialmente resultar em uma significativa aproximação entre Estado e sociedade. Para assegurar o apoio dos súditos do reino em caso de conflito armado com países estrangeiros, o Estado deve garantir-lhes certos direitos. Dessa forma, o Estado do Norte construiria uma supremacia legítima. Trata-se, potencialmente, de um estado de direito que acabaria por transcrever em lei a satisfação das necessidades da população (Casimir, 2008, p. 8).

A reconstrução da economia de plantação de Christophe, após 20 anos de reinado, não aproximou o Estado da sociedade, pois a promessa de soberania falhou. O cultivo de commodities de exportação, além das ideias de Polvérèl, manteve os trabalhadores agrícolas em uma posição de inferioridade, impedindo qualquer diálogo entre o Estado e a sociedade (Casimir, 2008, p. 8).

3.1.4 O governo de Jean-Pierre Boyer (1820-1843)

⁷ No contexto haitiano, o termo *domaniers* refere-se aos trabalhadores rurais ou camponeses que viviam sob um sistema de plantação, especialmente durante os períodos pós-independência. Eles eram, muitas vezes, responsáveis pelo cultivo das terras, mas não possuíam a propriedade delas. Em muitos casos, eram trabalhadores que, em troca de sua mão de obra, recebiam pequenas porções de terra ou outra compensação. O termo é frequentemente associado ao sistema de cultivo e à organização social feudal em algumas partes do Haiti, particularmente durante o governo de Henry Christophe.

Jean-Pierre Boyer foi presidente do Haiti de 1820 a 1843. Sob seu governo, procedeu-se à atribuição de terras a oficiais civis e militares; soldados e agricultores também se beneficiaram. A aplicação de um código rural em 1826 acentuou o movimento de extensão da pequena propriedade, pois reforçava as prescrições contra a vadiagem e a disciplina nas plantações. Isso, de certa forma, obrigou os produtores a adquirir direitos de propriedade, enquanto os proprietários ficavam excluídos das exigências da lei (Altineus, 2007).

Neste período, surgiram diferentes tipos de resistência dos camponeses com o objetivo de lutar pela “separação coletiva de produtos e arrendamento coletivo”. Por isso, o presidente Jean-Pierre Boyer, no artigo 30 do Código Rural de 1826, afirma que “os agricultores que vivem em uma habitação não têm o direito de arrendar inteiramente para administrá-la na forma de uma sociedade de meeiros” (Sainsine, 2007, p. 99).

Após a publicação do Código Rural de 1826, nasceu outro tipo de associação. Nessas associações, os camponeses se reuniam, quando necessário, para ajudar uns aos outros no trabalho dos campos. Nesse sentido, a longa presidência de Boyer, seus conflitos com o corpo legislativo, as prescrições do Código Rural de 1826 consideradas duras demais para os camponeses e sua resistência aos legítimos desejos de reforma social de uma juventude liberal – todas essas circunstâncias provocaram uma forte oposição contra ele. Essa oposição se manifestou violentamente em 1843, com a chamada revolução de Praslin⁸ (Dantes, 1937, p. 22).

A reforma agrária no Haiti, desde a independência, é marcada por tensões entre Estado e sociedade. À exceção de Dessalines, os líderes como Pétion, Christophe e Boyer adotaram políticas que refletiam suas visões de governança e prioridades econômicas, muitas vezes em detrimento dos interesses das massas populares. Durante a discussão, conseguimos demonstrar que Dessalines reconheceu a terra como a base da soberania e justiça social, mas sua morte prematura interrompeu sua política agrária. Portanto, Petion, por sua vez, distribuiu terras para estabilizar o país, beneficiando camponeses com pequenos lotes. Christophe manteve a economia de plantação para exportação, distribuiu as terras aos militares para o fortalecimento estatal. Por fim, Boyer, com o Código Rural de 1826, favoreceu a pequena propriedade, mas restringiu a

8A Revolução de Praslin no Haiti refere-se a um movimento insurrecional ocorrido em 1843, que resultou na derrubada do governo do presidente Jean-Pierre Boyer, encerrando seu longo mandato (1820-1843). Essa revolução foi impulsionada por uma combinação de fatores políticos, econômicos e sociais que refletiam o descontentamento crescente entre diferentes setores da sociedade haitiana.

autonomia do campesinato com medidas autoritárias. Ao longo desse período, vários movimentos sociais camponeses surgiram como resposta às políticas governamentais, buscando mais autonomia e direito à terra.

3.1.5 Lutas de resistências de Acaau e os piquets em 1843-1848

A partir da década de 1840, a resistência camponesa ganhou novas dimensões. Duas décadas após o esmagamento da insurreição de Goman, outra grande onda de rebelião surgiu no mundo rural. Esta nova fúria camponesa nasceu como parte do movimento de oposição que pôs fim ao governo de Jean-Pierre Boyer (1818-1843). Em quatro ocasiões (1843, 1844, 1846 e 1848), os fazendeiros do Sul, chamados “*Piquets*” por causa das lanças de madeira com que estavam armados, se levantaram e se opuseram ferozmente às tropas governamentais mobilizadas para combatê-los (Sainsine, 2007, p. 99).

Durante o mesmo momento, em 1843, surgiu um movimento popular chamado “*Caco*” sob a liderança de Jean-Jacques Acaau. Com este movimento, em 1844, mais de 2.000 camponeses partiram e ocuparam *Les Cayes* (departamento do Sul) após uma breve resistência. Além da metrópole departamental, várias outras cidades vizinhas caíram sob o controle dos fazendeiros revoltados (Sainsine, 2007, p. 102). Sobre a revolução de 1843, Moral (1978) argumenta que:

No entanto, no Maciço de la Hotte, interior de Jérémie, os camponeses também se levantaram, mas por motivos muito diferentes. São os “*Piquets*” (o termo “*Piquets*” [camponeses armados de lanças] teria surgido em 1807 para designar os insurgentes da região da Grande-Anse agrupados em torno de Goman e lutando contra Pétion). Movimento popular, dissemos. Com efeito, trata-se de uma verdadeira jacquerie, determinada pela pobreza, pela degradação dos preços dos alimentos, pelos lucros exorbitantes dos comerciantes da cidade — o Código Rural de 1826 proibia o comércio a varejo no campo —, pela tirania dos “especuladores” e pelas maquinações de “oficiais de justiça” apoiados pela autoridade. Todo o Sul estava em crise. Os agricultores necessitados reuniram-se no “Exército Sofredor” de Jean-Jacques Acaau, “general, líder das queixas dos seus concidadãos” (Moral, 1978, p.42-43).

Com essas reivindicações, Accau e seus homens clamavam por um negro na presidência para acabar com a supremacia do mulato, mas não exibiram nenhum fanatismo colorista odioso. Muito pelo contrário: Accau sempre se defendeu de ser o

que hoje chamaríamos de “noiriste”⁹ vingativo. Em sua proclamação de 6 de maio de 1844, ele declarou: “Foi muito longe de minha mente conceber o infame projeto de reivindicar uma guerra de castas”. A tradição relatada por Madiou dá-lhe ainda um notável crédito de lucidez, atribuindo-lhe a palavra, se for genuína: “Negro rico é mulato; mulato pobre é negro”. Além disso, Accau criticou Boyer por sua política obscurantista no campo da educação popular, denunciando, em uma palavra contundente e expressiva, “a possibilidade da educação nacional” e não deixou de censurar confusamente os males pelos quais sua gestão era responsável: “o esgotamento dos nossos campos, o país esmagado pelo peso de uma enorme dívida, o seu futuro abandonado ao acaso, etc” (Manigat, 2001, p. 63).

Aceita-se agora que, na crise de 1843-1848, uma vez que a rebelião dos camponeses do Sul estava em ação com demandas muito específicas, todas as frações das classes abastadas, antes em conflito umas com as outras, se uniram para defender seus interesses comuns ameaçados (Hector, 1998, p. 81). Após a independência nacional, os líderes do novo Estado obviamente não redistribuíram a terra arável. Os agricultores deviam trabalhar em terras que pertenciam a grandes latifundiários. Estes últimos estavam nas mãos de generais do exército ou altos funcionários da nova administração que monopolizavam o Estado. Os problemas internos continuaram a piorar. Em 1844, sob a liderança de Jean-Jacques Acaau no Sul do país, a luta camponesa ganhou uma dimensão muito mais estruturada ao integrar outras categorias de pessoas de cor.

Apesar disso, consideramos que a questão agrária teve um papel fundamental nessas lutas de resistência dos camponeses. De fato, a questão agrária sempre foi um problema particularmente crucial na história econômica e social do Haiti desde sua independência em 1804. As diversas leis sobre política agrária nunca realmente mudaram a paisagem agrícola e a estrutura fundiária do Haiti (Altineus, 2005, p. 29). Neste sentido, o problema da reforma agrária nunca foi resolvido. Por isso, os camponeses continuam a lutar para reivindicar seus direitos de acesso à terra na perspectiva de preservar a agricultura familiar que se liga às suas tradições ancestrais.

Em suma, os movimentos dos Cacos e dos Piquets constituem, em certo sentido, a continuação dos diversos movimentos locais ou regionais de fugidos ou revoltas que

⁹No contexto do Haiti, o termo "noiriste" refere-se a uma ideologia política e cultural que valoriza a identidade negra e enfatiza a promoção dos interesses da população negra em oposição à elite mulata, historicamente dominante no país.

ocorreram em todo o país desde a chegada dos europeus, a partir de 1492, e que culminaram na luta de independência (1791-1803). Essas mobilizações tiveram reflexos em todos os governos estabelecidos a partir de 1804, marcando profundamente tanto a segunda metade do século XIX quanto a primeira metade do século XX (Sainsine, 2007, p. 108). Neste contexto, os camponeses denunciaram o modelo de políticas agrárias imposto pelo Estado, que privilegiava as elites urbanas e os grandes proprietários, consolidando-se como uma política anti-camponesa. Em resposta, os camponeses sofreram repressões violentas, incluindo massacres e prisões em massa, mas continuaram a resistir contra a injustiça social e a exigir acesso à terra. Essa luta culminou novamente em 1915, quando, sob a liderança de Charlemagne Peralte, os camponeses se levantaram contra a ocupação estadunidense, reafirmando o caráter contínuo de sua resistência.

3.2. DA INTERVENÇÃO ESTADUNIDENSE AO NEOLIBERALISMO NO HAITI: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E RESISTÊNCIAS DO CAMPESINATO

3.2.1 Lutas do campesinato haitiano durante a invasão estadunidense

As tropas estadunidenses desembarcaram no Haiti em 28 de julho de 1915, permanecendo no país até 1934. Essa intervenção — a mais longa da história do Haiti — constituiu um exemplo concreto de imperialismo. Os monopólios engajados em sua esfera de autoridade exerceram poder hegemônico (Castor, 1988, p. 23). Essa ocupação coincidiu com o fenômeno imperialista descrito por Lênin, que apontou como característica intrínseca a política de nova divisão do mundo realizada pelo capitalismo monopolista em detrimento dos países coloniais ou formalmente dependentes (*idem*, p. 23). Durante o período, os Estados Unidos assumiram o controle de todas as instituições soberanas do país.

Além do Haiti, os Estados Unidos invadiram vários países na América Latina e no Caribe. Em 1901, soldados estadunidenses invadiram pela primeira vez a Nicarágua; em 1903, a intervenção estadunidense na Colômbia culminou com a separação do Panamá; a intervenção ativa dos Estados Unidos na política mexicana culminou, em abril de 1914, com o desembarque de fuzileiros navais em Veracruz (Castor, 1988, p. 46). Assim, os Estados Unidos justificaram o principal motivo das intervenções na América Latina e, em particular, na zona caribenha: 1) terras tropicais, ricas e férteis; 2) sua proximidade geográfica e posição estratégica frente ao Canal do Panamá, o “Mediterrâneo americano” (aderência à Doutrina Monroe) (Castor, 1988, p. 45).

No período da ocupação, os investimentos estadunidenses no Haiti somavam mais de 15 milhões de dólares. Os americanos administravam o porto, a companhia ferroviária nacional, e o National City Bank assumiu o controle do Banco Nacional. Eles também tomaram o controle da Gendarmaria, alfândega e finanças haitianas (Castor, 1988, p. 52-67). Nesse sentido, a ocupação estadunidense alterou a estrutura do Estado haitiano em termos políticos, sociais e econômicos.

Do ponto de vista político, o secretário da Marinha dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, elaborou uma nova constituição para o Haiti, eliminando o artigo da antiga constituição que proibia o direito de propriedade a estrangeiros. A Constituição de 1918 anulou essa disposição ao estipular: “O direito à propriedade imobiliária é conferido ao estrangeiro de acordo com sua necessidade de residência, empreendimento agrícola, comercial, industrial ou educacional” (artigo V) (Castor, 1988, p. 71-72).

Nesse contexto, pela lei de 22 de dezembro de 1922, o governo autorizou o arrendamento de terras do Estado por um período de 9 a 30 anos, renovável a pessoas ou empresas que tivessem demonstrado capacidade financeira. A lei de 20 de fevereiro de 1924 autorizou o arrendamento de terras devolutas e a venda de propriedades estatais. A lei de 16 de fevereiro de 1924, que regulou o direito de propriedade de estrangeiros e empresas imobiliárias, “garantiu virtualmente direitos ilimitados às empresas estrangeiras constituídas sob a lei haitiana”. Ficou claro que os únicos beneficiários dessas leis eram as grandes empresas estadunidenses, em detrimento do pequeno proprietário ou do agricultor haitiano (Castor, 1988, p. 96-97).

Seguy (2014, p. 175) observou que:

A partir deste momento, as sociedades norte-americanas podiam se apoderar de tudo que queriam. A recolonização doravante tinha estrada livre. Assim, a Haytian American Sugar Company (HASCO) não demorou em apoderar-se de 7.532 hectares de terras; a Haytian Products Company, 3.166 hectares; HADC, 4.410 hectares, etc. Em 1943, a Sociedade Haitiana de Desenvolvimento Agrícola (SHADA) se apoderou de 12.403 hectares de terras plantadas em sisal. Por isso, a SHADA teve que expropriar 40.000 famílias camponesas.

De acordo com Castor (1988), a concentração de terras no Haiti por empresas americanas foi significativa. Em dezembro de 1929, T. Scott, em um memorando para Dana Munro, estimou que 165 empresas americanas ocupavam 38.450 acres (cerca de 15.000 hectares) de terra. Na mesma época, o Alto Comissário relatou ao Departamento de Estado que as empresas americanas controlavam 4.120 acres (1.648 hectares). No

entanto, o Financiador do Receptor declarou, em 1927, que apenas uma pequena parcela das terras cultiváveis haitianas estava sob o controle dessas empresas¹⁰ (Castor, 1988, p. 99).

A concentração das terras pelos americanos provocou grandes consequências sobre o país, como o massacre de camponeses no campo, além de uma grande onda de imigração haitiana, principalmente para a República Dominicana e para a República de Cuba. Isso mostra que os Estados Unidos praticaram uma forma de repressão violenta sobre os camponeses. Segundo Dorvilier (2007, p. 147), essa onda progressiva de fuga extraterritorial desestruturou fortemente o mundo camponês, na medida em que a emigração de jovens reduziu consideravelmente todas as possibilidades de melhoria da produção nacional e mobilização política para a mudança estrutural.

Conforme Casimir (2008), a repressão violenta foi a principal estratégia dos Estados Unidos para conter as lutas dos camponeses haitianos. Isso resultou na intensificação da exploração do trabalho e na migração forçada de camponeses para regiões onde enfrentavam condições precárias, sem direitos ou proteção, sendo tratados como estrangeiros descartáveis. Muitos, sem alternativas, emigravam para as Bahamas, Miami ou cruzavam a fronteira com a República Dominicana, pagando os custos da própria viagem (Casimir, 2008, p. 19). Em relação aos impactos da invasão estadunidense, Brisson (1968) argumentou da seguinte maneira:

"2.308 chefes controlam uma superfície de 66,62% das terras adequadas para o cultivo, usando apenas 6,73%. [...] O escândalo mais grave ocorreu quando, em agosto de 1942, a Rubber Reserve Corporation decidiu dedicar à produção de borracha 20% das terras em cultivo no Haiti na época. Essa decisão atendia unicamente às necessidades da economia de guerra dos EUA. Nosso país foi escolhido para pagar a perda das plantações [norte]-americanas de borracha da Malásia e Indonésia, apreendidas pelos imperialistas japoneses" (Brisson, 1968, p. 24).

Segundo Castor (1988), além do roubo de terras dos camponeses, os Estados Unidos implementaram o regime econômico conhecido como "La Corvée",

¹⁰Segundo Castor (1988), diversas concessionárias atuavam no Haiti sem que as extensões de terra recebidas fossem detalhadas. Entre elas, destacam-se: Haytian Fruit Co., Companhia de Plantações de Saint-Marc, Corporação Haytian Filer, Companhia de Plantação de Hayti, Corporação de Plantações de Verrettes, Sociedade de Terra Nova, a concessão da ilha de Gonâve, Haytian American Development Co., American Dywood Co. e Companhia do Atalaye. A maior parte dessas terras concedidas situava-se nas férteis planícies do Norte e no Vale do Artibonite. Conforme apontado por Georges Séjourné, cerca de 50.000 haitianos foram expulsos dessas regiões, e muitos, ao emigrarem para a República Dominicana, tornaram-se vítimas do massacre trujillista de outubro de 1937. Além disso, M. Séjourné, Inspetor-Geral da Alfândega, observou que mais de 300.000 haitianos deixaram o país durante os 19 anos de ocupação americana, sem que nenhum retornasse à sua terra natal (Castor, 1988, pp. 100, 105).

caracterizado pelo trabalho forçado na construção de estradas entre as principais cidades. Apesar da resistência formal dos camponeses, as autoridades, incluindo fuzileiros navais, chefes locais e gendarmes, usavam brutalidade para obrigá-los a cumprir essas tarefas. O Major Williams, Comandante da Gendarmaria, relatou a uma Junta de Inquérito que havia indícios de maus-tratos, incluindo espancamentos de trabalhadores pelos gendarmes (Castor, 1988, p. 113).

Durante a resistência camponesa, a repressão dos Estados Unidos foi intensa. Segundo Castor (1988), a resistência à corvéia, somada a outras causas, como o controle da zona fronteira, gerou uma revolta generalizada no norte do Haiti em 1919. A revolta contou com a participação de um quinto da população rural e foi liderada por figuras como Charlemagne Péralte e Benoît Battraville, que formaram um governo dissidente e mobilizaram mais de 15.000 apoiadores. Em resposta, as tropas de ocupação mataram mais de 5.500 pessoas, com grande parte dos mortos em campos de prisioneiros. A repressão dos Estados Unidos incluiu assassinatos, prisões, destruição de colheitas e incêndio das cabanas camponesas, tratando-os como inimigos, ou "bandidos", enquanto para os camponeses eram apenas pessoas lutando por sua sobrevivência (Castor, 1988, p. 122; Schmidt, 1956, p. 5).

Segundo Dantès (1937), a revolta dos Cacos foi brutalmente reprimida até o verão de 1920, resultando na morte de cerca de 3.500 camponeses. Além disso, estima-se que 4.000 prisioneiros morreram em Cap-Haitien e 5.475 no campo de concentração de Chabert. A comissão de inquérito de 1921-1922 estimou as vítimas haitianas em 1.500 e os fuzileiros navais mortos entre 12 e 15 (Dantès, 1937, p. 56-57). A ocupação estadunidense impactou os camponeses haitianos de várias formas. Casimir (2008) aponta que os Estados Unidos usaram uma ideologia racista para afastar os camponeses de fontes de poder, como a cor da pele, o uso da língua francesa e a prática da religião ocidental, enquanto apoiavam leis repressivas dos governantes anteriores (Casimir, 2008, p. 19).

Embora a resistência camponesa à ocupação não fosse esperada, ela ocorreu, com duas principais dimensões: local e nacionalista. Apesar da repressão e das novas instituições que visavam garantir a paz e a ordem, o modo de vida dos camponeses não mudou significativamente, e muitos continuaram a enfrentar exploração e repressão. As classes dominantes receberam os norte-americanos de braços abertos, colaborando com a ocupação (Sainsine, 2007, p. 120).

A ocupação estadunidense no Haiti afetou profundamente os camponeses, como destaca Casimir (2008), que explica como os Estados Unidos usaram uma ideologia racista para afastar os camponeses de qualquer fonte de poder, como a cor da pele, o uso da língua francesa, a residência urbana e a prática da religião ocidental. Além disso, o governo local, com o apoio dos ocupantes, implementou leis repressivas dos líderes anteriores, que nunca haviam sido efetivamente aplicadas (Casimir, 2008, p. 19).

A resistência camponesa, embora não esperada, teve duas dimensões: local e nacionalista, como afirma Sainsine (2007, p. 120). O modo de vida dos camponeses não mudou com a ocupação, e eles continuaram enfrentando exploração e repressão. As classes dominantes, que inicialmente colaboraram com os Estados Unidos, logo se desiludiram com o tratamento que receberam. No entanto, essa frustração não impediu que continuassem a apoiar a ideologia racista, retirando o poder dos camponeses e fortalecendo sua posição usando indicadores como a cor da pele e a classe social (Casimir, 2008, p. 19).

Além disso, comerciantes árabes e italianos, frequentemente naturalizados norte-americanos, se beneficiaram da ocupação, apoiando ativamente o regime e contribuindo para o fortalecimento da classe média elitista. Esses novos servidores públicos passaram a ser aliados do regime e a manifestar ambições políticas (Sainsine, 2007, p. 118-119). A resistência também se manifestou entre os intelectuais, especialmente no movimento indigenista e entre as elites negras, que se opuseram à ocupação. Segundo Labelle (1987), a resistência nacionalista, após o fim da luta armada em 1920, passou a se concentrar na luta política e ideológica, especialmente entre setores da burguesia e da pequena burguesia (Labelle, 1987, p. 131-154). Esse movimento culminou na vitória política de 1946, que levou à supremacia do homem negro e à predominância da ideologia da cor, com a ascensão de Dumarsais Estimé (Paulcéna, 2007, p. 34-35).

3.2.2 Lutas do campesinato haitiano sob o regime ditatorial do duvalierismo

As revoltas camponesas, embora não muito frequentes, ocorreram durante o regime de Duvalier, com destaque para algumas delas. O movimento mais significativo ocorreu no Sudeste, lançado em 1964 por Fred Baptiste, ativista político e líder das Forças Armadas Revolucionárias do Haiti (FARH). Esse movimento guerrilheiro

recebeu apoio de camponeses de Mapou, Belle-Anse, Bodary e Thiotte. Algumas semanas depois, centenas de camponeses foram presos e executados.

Voltaire (2015) relata que em

1964, julho-setembro: Após uma infiltração, em 24 de junho de 1964, na região sudeste, de um guerrilheiro anti-duvalierista baseado na República Dominicana, os Macoutes e o exército lançaram uma vasta operação de repressão e executaram cerca de 600 pessoas nas localidades de Mapou, Thiotte, Grand-Gosier e Belle-Anse. Um desses assassinatos passou para a memória popular como o "massacre dos camponeses de Thiotte". Os macutes executam homens, mulheres, crianças, recém-nascidos e idosos suspeitos de terem ajudado os rebeldes ou de não lhes terem resistido. Várias famílias com várias dezenas de membros são completamente exterminadas. Filho de um deles, de nove anos, consegue escapar, mas depois é preso e levado para o Palácio Nacional, onde teria sido morto pelo próprio François Duvalier (Voltaire, 2015, p. 49-50).

Outras ações de resistência ocorreram esporadicamente em áreas como Cazale, Arcahaie e Plaine du Cul-de-Sac, mas todas foram severamente reprimidas. As rebeliões camponesas nessas regiões resultaram em prisões, e muitas pessoas morreram na prisão de formas misteriosas (Sainsine, 2007, p. 127).

Para compreender a situação do povo sob a ditadura de François Duvalier, Voltaire (2015) explica que os massacres cometidos pelos duvalieristas não foram acidentes, mas sim parte de uma política de terror deliberadamente planejada e imposta por Duvalier. Essa política permeou a sociedade de tal forma que qualquer crítica ao regime ou aos seus membros resultava na condenação à morte, independentemente da idade ou classe social do indivíduo. O terror gerado foi tão intenso que gerou um clima de desconfiança, onde as pessoas eram forçadas a se comunicar de maneira indireta, como se "falassem por signos", pois o regime proibia qualquer proximidade ou intimidade entre os indivíduos. As paredes literalmente "tinham ouvidos". François Duvalier, ou "Papa Doc", havia se tornado a nação, e a população se via obrigada a se submeter, fugir para o exílio ou resistir, com o risco de ver suas famílias desaparecerem (Voltaire, 2015, p. 29-30).

De acordo com o autor, de 1957 até a partida do ditador herdeiro, Jean-Claude Duvalier, a resistência assumiu várias formas: criação de partidos políticos de oposição, rádios, revistas acadêmicas, jornais, guerrilhas, manifestações no exterior, entre outras. A liberdade de expressão foi suprimida

durante o reinado dos Duvaliers, o ato de falar se tornou em si um ato de resistência (Voltaire, 2015). Neste contexto, as violências aplicadas contra o campesinato era uma forma de reprimir aquele que violou a ordem estabelecida pelo duvalierismo:

A segunda metade do século passado, por sua vez, foi um período difícil não só para o campesinato haitiano, mas também para os da classe média que se opunham à política do regime do ditador “Dr François Duvalier”, conhecido como “ Papa Doc”¹¹. Assim, o duvalierismo, caracterizado pelo controle político total da vida social, econômica e cultural dos indivíduos, incitou ao seu paroxismo a paramilitarização e a personalização do poder político, criando tensões de classe e caçando brutalmente seus oponentes, iniciando por causa de seu método inaceitável, o primeiro grupo de haitianos tentando migrar para países vizinhos, registrando oficialmente nesta data cerca de 50.000 emigraram para o nordeste dos Estados Unidos e 3.600 para o Canadá (Cary, 1991); (Carlos, M. 1986); (Mervil, 2014, p. 9).

O regime de François Duvalier (Papa Doc) causou repressão política e social extrema no Haiti, gerando tensões de classe e forçando milhares de haitianos a emigrar, indo para os EUA e para o Canadá, devido à violência e controle total sobre a sociedade. Segundo Sainsine (2007, p. 129), além de países como Cuba e República Dominicana, outros países foram afetados pela migração haitiana, tanto na região do Caribe quanto na América do Norte e Europa. Na década de 1970, cerca de 30.000 haitianos emigraram para as Bahamas, 300.000 para a República Dominicana, 30.000 para as Antilhas Francesas, 9.000 para os subúrbios de Paris e 200.000 para os Estados Unidos, dos quais 70.000 se estabeleceram na Flórida.

Na visão do autor, uma das formas que a resistência camponesa assumiu foi a emigração. Com essa grande migração, o país foi impactado de diversas maneiras, incluindo os âmbitos político, social e econômico. Apesar das lutas de resistência dos camponeses para obter acesso à terra desde a independência, a situação deles não melhorou. Nesse contexto, a reforma agrária seria essencial para os camponeses.

Portanto, o problema fundiário se apresenta como uma questão sistêmica no país. Para Lévy (2001, p. 14), ao analisar a questão da terra, é notável a recorrência de algumas datas importantes: 1957, 1971-1975, 1986, 1991 e 1994. Esses anos correspondem a eventos marcantes na vida política do Haiti, como a chegada de François Duvalier à presidência, a morte de François Duvalier, a queda de Jean-Claude Duvalier, o golpe de Estado militar e o retorno do presidente Aristide. Nesse cenário de

¹¹ François Duvalier, mais conhecido como Papa Doc, foi um político haitiano que serviu como Presidente do Haiti de 1957 a 1971.

tensões sobre a terra, o Comitê Interministerial de Planejamento Regional (CIAT) observa que:

Conflitos proprietários de terras vêm essencialmente da contradição entre as tentativas dos agricultores de restringir a partilha da igualdade e a necessidade legal de compartilhar entre todos os herdeiros. Tribunais da paz têm jurisdição em primeira instância para analisar disputas de terra em sua petição e dimensões possessórias (Monique, et al, 2017, p. 41).

Na questão da reforma agrária, cada país tem um método diferente. No caso do Haiti, a maioria dos haitianos possuía, ao menos, alguma terra, e formas complexas de arrendamento distinguiam a posse da terra, onde as terras pertencentes aos camponeses variavam frequentemente em tamanho, número de parcelas, localização, topografia e outros fatores. O presidente Aristide, em 1991, emitiu um decreto para criar o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INARA) com o objetivo de permitir que os camponeses pudessem obter uma renda superior ao salário-mínimo.

Nesse contexto, o governo haitiano começou a redistribuir terras em áreas de conflito, realizando esforços para transferir terras de grandes proprietários para camponeses. Os grandes proprietários de terra, chamados "*grandon*"¹², muitas vezes alugavam terras em condições de exploração. A área escolhida para testar a reforma agrária foi o Vale do Artibonite (Levy, 2001, p. 21).

A Primeira Reforma Agrária foi realizada no Vale de Artibonite, onde o governo de René Préval decidiu, em 1996, iniciar a implementação da reforma agrária prevista na Constituição de 1987. A região tornou-se a principal produtora de arroz do país, sendo uma das principais obras de irrigação realizadas nos anos 50 por uma empresa americana, "Knappen Tippets Abbett McCarthy Engineers", que irrigou 281.500 hectares de terras cultiváveis. A República do Haiti possui 70.000 hectares de terras irrigadas, dos quais 32.000 hectares estão localizados no departamento do Artibonite (Levy, 2001, p. 4).

Segundo Amber Bethell (2002), o Artibonite era uma área onde os camponeses só conseguiam satisfazer suas necessidades básicas trabalhando solos de baixo rendimento. Além disso, o estabelecimento do sistema de irrigação na região gerou conflitos (Bethell, 2002, p. 9). Entre 1999 e 2001, ocorreram ações significativas voltadas para a reforma agrária no Vale do Artibonite. Contudo, a primeira iniciativa

¹² No Haiti, *grandon* refere-se aos grandes proprietários de terras, geralmente da elite, que controlam vastas áreas e exploram os camponeses através de arrendamentos desfavoráveis.

nesse sentido foi tomada em 1996 pelo presidente René Prével, com o objetivo de regularizar a posse da terra, estabelecer um sistema cadastral, emitir registros de propriedade e, por fim, modernizar o setor agrícola.

Essa experiência foi um sucesso modesto, com cerca de 6.000 famílias no Artibonite recebendo um total de 5.000 carreaux (15.938 acres) de terra redistribuída. O Artibonite possui entre 30.000 e 40.000 carreaux (95.629 a 127.506 acres) no total. Cada camponês recebeu metade de um carreaux (1,6 acres), que saiu da área de grandes proprietários de terras e do estado. A terra que cada família recebeu era insuficiente, mas representava uma solução de compromisso diante das pressões sobre a terra e o número de pessoas que exigiam terras na época (Beverly, 2011).

Segundo as Nações Unidas, com base em dados fornecidos pela Secretaria Nacional de Registro de Terras (ONACA), menos de 5% das terras estavam registradas oficialmente em registros públicos de terra em 2011, o que dificulta a identificação dos donos das terras (OFPPA, 2014, p. 3). Assim, a segunda reforma agrária foi oficialmente lançada em setembro de 2012 pelo ex-presidente Michel Martelly. No Haiti, a questão da reforma agrária sempre é iniciada, mas raramente chega a um resultado concreto. Por isso, os camponeses do Haiti continuam a lutar pela reforma agrária, soberania alimentar e políticas públicas. Nesse contexto, para evitar a exploração da terra e os conflitos, o governo teve que intervir com um programa de reforma agrária para garantir o desenvolvimento rural agrícola e sustentável e combater o projeto neoliberal no país.

3.2.3 O neoliberalismo no Haiti e seus impactos

A liberalização da economia haitiana ocorreu em meados da década de 1980 e foi reforçada entre 1995 e 1996. As políticas liberais adotadas foram fundamentadas em pressupostos específicos transmitidos pelas instituições de Bretton Woods, configurando um projeto econômico que visava integrar a economia haitiana ao mercado internacional e submetê-la à lógica da globalização capitalista (PAPDA, 2010, p. 6-7).

O projeto neoliberal no Haiti considerava o comércio internacional como estratégico. Mais de vinte anos após a implementação de programas neoliberais, o país perdeu indústrias, que foram substituídas por importações, como as indústrias de

cimento, farinha, açúcar e têxteis, que estavam em desenvolvimento na década de 1980 (PAPDA, 2010, p. 8). Nesse sentido, a liberalização do comércio e as privatizações das empresas públicas afetaram significativamente a população haitiana, especialmente os camponeses. Essa política foi impulsionada pelos interesses dos credores internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de agências governamentais dos EUA e dos próprios governos haitianos.

O projeto neoliberal impactou fortemente o setor agrícola do país, especialmente a produção de arroz, principalmente no Departamento Artibonite. Esta vasta planície é a maior área irrigada do Haiti. Dos 281.500 hectares de terras aráveis, a República do Haiti possui 70.000 hectares de terras irrigadas, dos quais 32.000 hectares estão localizados no Artibonite. Esses grandes projetos de irrigação foram realizados no início da década de 1950 por uma empresa americana, Knappen Tippetts Abbett Mac Carthy Engineers. O Artibonite responde por 66% da produção total de arroz do país (Levy, 2001, p. 4).

Segundo o mesmo autor, entre 1957 e 1986, durante todo o período Duvalier, o mercado de arroz foi protegido. A política econômica dos Duvaliers, especialmente a de François Duvalier, focava no nacionalismo e na proteção do mercado interno. Todos os portos provinciais foram fechados por François Duvalier e as importações foram rigorosamente limitadas. Com essas medidas de proteção, visava-se também reduzir o poder da burguesia mulata provinciana, tradicionalmente agroexportadora. Naquela época, havia poucas importações de arroz e os fenômenos de contrabando eram quase inexistentes (Levy, 2001, p. 2). No entanto, em 1986, a destruição da produção de arroz haitiano começou, como Levy (2001) explicou da seguinte forma:

3.2.4 O neoliberalismo no Haiti e seus impactos

O ano de 1986 constituiu uma dupla ruptura no Haiti: uma ruptura política com o duvalierismo e uma ruptura econômica, marcada pela abertura ao mercado mundial e pela adoção de políticas de liberalização. O objetivo dessa política econômica, recomendada por instituições financeiras internacionais, era inserir o Haiti no mercado global por meio de suas vantagens comparativas (culturas de exportação e indústrias de montagem), além de garantir preços mais baixos no mercado interno. Sabemos da importância do tema do alto custo de vida (“lavichè” em crioulo) nas mobilizações urbanas e nas agitações populares nas cidades. Em 1986, os portos provinciais foram

reabertos e as medidas nacionais de proteção à produção foram abolidas, com as tarifas alfandegárias caindo de 30% para 10%. A partir dessas novas tarifas, o jogo da livre concorrência inaugurado no Haiti resultou na entrada de grandes volumes de arroz americano, produzido com subsídios e alta produtividade (Levy, 2001, p. 6-7).

O ano de 1986 constituiu uma dupla ruptura no Haiti: uma ruptura política com o duvalierismo e uma ruptura econômica, pela abertura ao mercado mundial e pela política de liberalização. O objetivo dessa política econômica, recomendada por instituições financeiras internacionais, era a inserção do Haiti no mercado mundial por meio de suas vantagens comparativas (culturas de exportação e indústrias de montagem) e preços mais baixos no mercado interno. Sabemos da importância do tema do alto custo de vida (“lavichè” em crioulo) nas mobilizações urbanas e nas agitações populares nas cidades. Em 1986, os portos provinciais foram reabertos e as medidas nacionais de proteção à produção foram abolidas, com as tarifas alfandegárias caindo de 30% para 10%. A partir dessas novas tarifas, o jogo da livre concorrência inaugurado no Haiti resultou na entrada de grandes volumes de arroz americano, produzido em condições de subsídio e alta produtividade (Levy, 2001, p. 6-7).

O arroz está entre as cinco culturas mais fortemente subsidiadas nos EUA, com os produtores de arroz recebendo US\$ 12,5 bilhões em subsídios entre 1995 e 2009. A produção subsidiada e a escala industrial, além da redução das tarifas de importação no Haiti, combinaram-se para criar um gerador de dinheiro: a partir do início dos anos 1980, o arroz cultivado em lugares como Arkansas e Califórnia e enviado de barco para o Haiti podia ser vendido mais barato do que o arroz cultivado em um campo vizinho no Vale Artibonite (Schacht, 2010). Com isso, o arroz importado para o Haiti e contrabandeado aumentou consideravelmente, por isso:

O desenvolvimento do contrabando levou a uma queda significativa nos preços de venda, o que penalizou os produtores. Estes viram os preços do arroz caírem 30% em termos reais no período de 1991 a 1996. Confrontos ocorreram entre cidades e campos, entre produtores nacionais de arroz e comerciantes de arroz importado. No Artibonite, no outono de 1986, foram erguidas barricadas nas estradas, principalmente em “L'Estère”, caminhões de arroz contrabandeado foram incendiados e houve confrontos entre produtores e a população de Gonaïves, que veio defender os caminhões dos contrabandistas. O exército interveio e algumas medidas de liberalização foram retiradas. Esses eventos ficaram conhecidos como a “Guerra do Arroz” (Levy, 2001, p. 8).

Outro fator que afeta a produção haitiana é a “ajuda alimentar” ao mercado local, que é vendida a preços baixos, competindo com os produtos locais. Segundo Thomas (2014, p. 4), a ajuda cobe, em média, cerca de 5% da disponibilidade alimentar do país (aumentou para 8% em 2010, após o terremoto). Em 2007, seja em volume ou valor, mais de 60% da ajuda alimentar veio dos Estados Unidos. De maneira mais geral,

o Haiti é frequentemente chamado de "República das ONGs"¹³. A demanda por arroz na década de 1970 era em grande parte coberta pelos agricultores haitianos, que produziam mais de 60% do arroz consumido.

Portanto, segundo a Oxfam, algo em torno de 80% a 90% do arroz consumido no Haiti é importado, um comércio controlado por apenas seis corporações. Uma das maiores é a Tchako S.A., afiliada à Riceland Foods, cooperativa baseada no Arkansas que recebeu sozinha mais de US\$ 500 milhões do governo dos EUA entre 1995 e 2010 pelo programa de apoio à agricultura (Frenat; Wesz Junior 2024). Além disso, as importações comerciais de alimentos e a ajuda alimentar representam, respectivamente, 44% e 8% da cesta alimentar local. É importante observar que o Haiti sofre de um déficit crônico na balança comercial, e isso continua se deteriorando com a liberalização do comércio (Vil, 2017, p. 8).

De acordo com dados da BRH, as exportações totais do Haiti em valor totalizaram US\$ 1.619,4 milhões em 2017, dos quais 62,4% foram em bens (US\$ 1.010,9 milhões) e 37,6% em serviços (US\$ 608,5 milhões). As importações totais de bens e serviços do país subiram para US\$ 5,015 bilhões em 2017, dos quais mais de 3/4 (ou 77,8%) foram importações de bens (US\$ 3,901 bilhões) e o restante em importações de serviços (22,2%, ou US\$ 1,114 bilhão) (MCI, 2020, p. 18-24). Dufumier (1988) afirmou: “a burguesia nunca investiu muito na agricultura, mas, por outro lado, conseguiu controlar a maior parte do comércio de importação-exportação” (Dufumier, 1988, p. 27).

Segundo Schacht (2010), a ERLY Industries é uma corporação norte-americana que se beneficia amplamente das oportunidades de ajuda e comércio no Haiti. A ERLY é a empresa controladora da *American Rice*, que vende arroz no Haiti desde 1986 por meio de sua subsidiária haitiana, a *Rice Corporation of Haiti* (RCH). Em meados dos anos 90, a American Rice importava entre 40% e 50% de todo o arroz consumido no Haiti. O acordo com a RCH foi facilitado por várias agências de Washington e Porto Príncipe. Neste contexto, esses tipos de acordos têm sempre o objetivo de "desenvolver" o país para melhorar a situação da população. Segundo Beaucejour Pierre Jameson (2016):

13 Haiti é denominado como República das ONGs por ter várias Organizações Não Governamentais no país. Estima-se que existiam cerca de 10 000 no país desde o terremoto. Esse termo refere-se à dependência significativa do Haiti em relação à ajuda internacional.

Após o golpe de estado do ex-presidente Aristide em 1991, os doadores internacionais (FMI e Banco Mundial) lhe impuseram conhecer um conjunto de medidas que visavam reduzir até eliminar os impostos sobre produtos importados e exportados para que ele pudesse retornar ao seu posto, portanto essas medidas afetaram consideravelmente a produção nacional. Em um estudo da Oxfam International, ele diz: “Aristide atendeu às demandas dos doadores e, quase da noite para o dia, o Haiti se transformou em um dos mercados mais abertos do mundo. O governo reduziu as tarifas sobre o arroz importado de 50% para apenas 3% [...]” (Beaucejour, 2016, p. 17).

Depois, a entrada dos projetos neoliberalistas fez um grande impacto sobre a produção local, onde a maioria dos produtos alimentícios foram importados, contribuindo para a diminuição da economia do país, principalmente a economia dos camponeses.

Um dos golpes mais severos que o campesinato haitiano teve de suportar foi, sem dúvida, o abate, entre 1981 e 1983, de todos os porcos do território, sob o pretexto de impedir o desenvolvimento de uma epidemia de peste suína africana. Preocupado com a possibilidade de contaminação de sua própria suinocultura nacional, o governo dos EUA doou US\$ 23 milhões para atingir esse objetivo. Todos os porcos foram abatidos em menos de dois anos, mesmo aqueles nas regiões reconhecidas como livres de todas as doenças, como, por exemplo, a Ilha da Tortuga, separada do resto do país por um trecho de mar com dez quilômetros de extensão (Dufumier (1988, p. 29).

De acordo com Dufumier (1988), a suinocultura no Haiti, especialmente nas pequenas fazendas, era essencial para a economia rural. Os camponeses criavam porcos de maneira tradicional, aproveitando os recursos locais, como restos de alimentos e produtos agrícolas. Essa prática não só garantiu proteínas para consumo familiar, mas também funcionou como uma forma de "poupança". Quando havia necessidades financeiras, os porcos podiam ser vendidos, gerando renda. Além disso, ajudavam na fertilização dos pomares e jardins próximos às casas, fortalecendo a agricultura local.

Nos anos 80, o abate em massa dos porcos, sob a justificativa de prevenir a peste suína africana, teve um impacto devastador na economia camponesa. A perda dessa fonte de alimento, renda e fertilidade do solo agravou as dificuldades econômicas, levando à maior dependência do Haiti de produtos importados. A falta de alternativas adequadas para substituir essa prática tradicional gerou um êxodo rural, com famílias migrando para as cidades em busca de novas oportunidades, o que pressionou ainda mais os centros urbanos.

Segundo o mesmo autor, em 1984, o Haiti foi novamente declarado livre de

qualquer peste suína, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) concedeu um crédito de 17,4 milhões de dólares para permitir o repovoamento de suínos no modelo de fazendas existentes em países industrializados: importação de suínos de raça selecionada para carne (Large White, Hampshire, Yorkshire, Landrace...) para serem criados em pocilgas e alimentados com alimentos concentrados à base de milho e soja. Apenas alguns burgueses da cidade foram capazes de aproveitar este programa, estabelecendo pocilgas periurbanas e alimentando os porcos principalmente com ração importada. Mas os pequenos agricultores, que não tinham as condições exigidas para tal criação, foram quase todos excluídos (Dufumier, 1988, p. 29-30).

Neste sentido, após a destruição da carne suína no Haiti, foi preciso uma pressão constante de muitos governos haitianos para que o governo acabasse aceitando a importação de porcos resistentes e, em 1987, com a ajuda da cooperação francesa, pudesse finalmente começar um repovoamento de porcos adaptados às condições camponesas (Dufumier, 1988, p. 30).

A destruição dos suínos do país afetou a economia do Haiti. Nesse caso, os pequenos produtores perderam a capacidade de produzir, o que provocou um grande êxodo rural. Com efeito, a desnutrição e a insegurança alimentar aumentaram cada vez mais desde o início da liberalização do comércio, mostrando a dependência alimentar do Haiti e as dificuldades que o país tem para atingir um nível muito alto em termos de acesso aos alimentos de qualidade e em quantidade, notando que as necessidades de alguns indivíduos da população são atendidas graças às importações. A reforma agrária foi colocada ao longo do trabalho como meio para não só acabar com a fome, como também para promover a soberania alimentar.

3.3. GEOGRAFIA DA AGRICULTURA DO HAITI E VOLUME DE IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS

O Haiti estende-se por uma área geográfica de 27.500 quilômetros quadrados, sendo um país atravessado por três grandes cadeias montanhosas Leste-Oeste, ou seja, transversalmente à direção dos ventos alísios. No Haiti, a terra arável representa cerca de 40% da área total do país, ou 1,1 milhões de hectares, dos quais 18% são dedicados a pastagens permanentes (CNSA, PAM, 2011, p. 11).

Figura 1 – Mapa de localização do Haiti e seus departamentos marcados em pontos vermelhos.



Fonte : **Megatimes**. Disponível em : “www.megatimes.com.br/2018/03/Haiti.html”. Acesso em : “11/03/2024”.

O setor agropecuário representa 22% do PIB nacional. Contribui para 68% do emprego total nacional. Devido à sua diversidade agroecológica, 14 tipos de ambientes produtivos são listados em âmbito nacional. Isso torna possível ter colheitas quase o ano todo. O setor tem um enorme potencial de desenvolvimento para a produção vegetal, animal e pesqueira, bem como para o agroturismo (MARNDR, 2016, p. 16).

A agricultura desempenha um papel fundamental na economia do país. De acordo com os dados preliminares do Recenseamento Geral Agropecuário-RGA disponibilizados pelo MARNDR/FAO, a agricultura é praticada por pouco mais de um milhão de agregados familiares agrícolas com uma média inferior a 1,5 ha divididos em várias parcelas (CNSA, PAM, 2011, p. 11). A agricultura e a pesca representam cerca de 20% do PIB e empregam metade da população ativa. Segundo os dados MARNDR

(2016):

De acordo com os resultados do censo agropecuário de 2009, aproximadamente 36% da área total do país é ocupada pela agricultura. Cerca de um milhão de agricultores se envolveriam nesta atividade para um tamanho médio de cerca de um hectare por agricultor. Apenas 0,5% das fazendas pesquisadas têm acesso a mais de 5 hectares por fazenda, totalizando uma área acumulada inferior a 5% do total. O índice de Gini calculado a partir de dados do censo de 2009 dá uma concentração moderadamente alta de 0,46. Há, portanto, uma distribuição de terras moderadamente desigual em nível de país com pequenas fazendas, mas também uma falta de concentração de terras, como é o caso em muitos países da região. Cada ativo seria responsável por 3,5 pessoas. Afirmá-lo diretamente dominaria a posse das parcelas exploradas (77%), a parceria envolveria 10% das parcelas exploradas enquanto 8% das parcelas exploradas são por meio de contratos de arrendamento (MARNDR, 2016, p. 17).

A parceria predomina nas planícies costeiras e interiores, que são conhecidas como as terras mais férteis. No entanto, a copropriedade, a parceria, a irregularidade na duração dos arrendamentos e várias fontes de conflitos latentes ao nível dos países são fatores que constituem desvantagens para o desenvolvimento efetivo das terras agrícolas. Apenas 7% da área cultivada é irrigada, e há potencial para irrigação em uma proporção semelhante. Um total de 140.000 fazendas (cerca de 15% do total) utiliza irrigação em graus variados, sendo a irrigação por gravidade clássica a mais praticada. Assim, a agricultura depende principalmente da chuva (MARNDR, 2016, p. 17).

Apesar de seu potencial agrícola, o Haiti importa quase metade de seus alimentos e 83% do arroz consumido no país. Em 1985, um ano antes da aplicação das reformas estruturais nos mercados agrícolas, apenas 8% do arroz e 35% de todos os cereais (incluindo trigo e seus derivados) eram importados, enquanto as exportações agrícolas eram substanciais. A taxa de auto-suficiência em arroz é de cerca de 17% e 58% para todos os produtos alimentares (PSNSSANH, 2018, p. 10).

De acordo com MARNDR (2016), isso ocorreu devido à abertura de mercado relatada anteriormente. As exportações agrícolas haitianas são baixas, com aproximadamente US\$ 50 milhões por ano. Os produtos agrícolas exportados incluem óleos essenciais, frutas tropicais, cacau, café e mariscos. Por outro lado, as importações haitianas, compostas principalmente de produtos agrícolas e derivados, somam mais de um bilhão de dólares anualmente. Esse desequilíbrio comercial é parcialmente favorecido pela falta de governança, incluindo a falta de uma política de preços protecionista e estratégica. Por exemplo, as tarifas alfandegárias aplicadas pelo Haiti estão bem abaixo das tarifas médias cobradas (35%) pelos países da CARICOM

(MARNDR, 2016, p. 17). Nesse sentido, o setor agrícola sofre um déficit de financiamento real. A parte do orçamento público destinada à agricultura foi, por muito tempo, inferior a 5%. Nos últimos dois anos fiscais, houve alguma melhora. Para 2015-2016, o orçamento agrícola foi de aproximadamente 11 bilhões de gourdes, ou 9,7% do orçamento nacional (MARNDR, 2016, p. 17).

Alpha et al. (2012) afirmam:

“O país apresenta um déficit comercial crescente desde a década de 1970. Essa situação, inicialmente ligada ao peso da conta do petróleo, agravou-se nas décadas de 1990 e 2000 com o aumento das importações de alimentos. O comércio exterior do Haiti é amplamente dominado pelos Estados Unidos, mas a República Dominicana é agora o segundo maior parceiro comercial do país, à frente da União Europeia. A maioria das exportações formais vai para os Estados Unidos, enquanto muitas exportações informais vão para a República Dominicana [...]” (ALPHA et al., 2012, p. 6).

Segundo Thomas (2015), entre 1990 e 2011, em termos monetários, as exportações haitianas pouco mais do que dobraram, mas, ao mesmo tempo, as importações multiplicaram-se por 4,6 (em valor econômico), piorando o déficit da balança comercial e acentuando a dependência da economia do país em relação ao exterior (THOMAS, 2015, p. 7). Neste sentido, o Haiti importa principalmente artigos manufaturados, combustíveis minerais, produtos alimentícios, e máquinas e equipamentos de transporte. Estas quatro categorias de mercadorias representam 90% em média das importações do país de 2009 a 2011 (ALPHA et al., 2012, p. 7).

Segundo os dados de ALPHA et al. (2012) que explicam as importações dos produtos no Haiti dessa forma:

As importações formais de materiais de construção aumentaram acentuadamente por um fator que varia de 1,5 a 4. Em particular, as importações de cimento aumentaram de 7 bilhões de gourdes de janeiro a setembro de 2009 para 12,9 bilhões de gourdes entre outubro de 2009 e setembro de 2010, e 17 bilhões no mesmo período no ano seguinte, representando 4,3% do total das importações. Da mesma forma, as importações de pranchas de madeira (SH 4407 10 00) foram multiplicadas por 2, e as de barras de ferro ou aço (SH 7214 20 00) por 3 em relação ao ano anterior ao terremoto. Se somarmos os pré-fabricados (1,6 bilhão de gourdes) de outubro de 2010 a setembro de 2011, o total de materiais de (re)construção ultrapassa 25 bilhões de gourdes, o que representa mais de 6% das importações formais do país (ALPHA et al, 2012, p. 7).

Em 2011, as importações de alimentos no Haiti somaram 551 milhões de dólares americanos, com destaque para produtos como arroz, trigo, gorduras e óleos vegetais,

açúcar de cana, cortes e dejetos de frango, e preparações alimentícias. No entanto, o país se tornou mais autossuficiente em relação à produção de alimentos nos últimos anos, com as importações caindo de 54% para 44% entre 2005 e 2010, enquanto a produção nacional passou a fornecer aproximadamente metade dos alimentos consumidos, com 48% em 2010 contra 43% em 2005. Além disso, a ajuda alimentar aumentou de 5% para 8% (ALPHA et al, 2012, p. 7).

Em 2012, em termos de valor de mercado, o Haiti importou mais de cinco vezes o que exportou. Além disso, a natureza dessas trocas mudou, pois até 1980, a agricultura representava o principal item de exportação do país, enquanto, em 2009, ela representava menos de 7% das exportações. Atualmente, o Haiti importa cerca de 50% de suas necessidades alimentares. Segundo o economista Leslie Péan, "os gastos com importação de alimentos dobraram entre 2001 e 2010, chegando a US\$ 624 milhões em 2008 e representando uma média de 22% do total das importações" (THOMAS, 2015, p. 7).

Segundo o PNSAN (2020),

Entre 2014 e 2017, o Haiti importou quase seis milhões de toneladas de alimentos. Os produtos alimentares mais importados foram os cereais, que representaram mais de 63% do total das importações, incluindo arroz, trigo e farinha de trigo. As outras principais importações foram óleo vegetal, açúcar e carne de frango, representando respectivamente 12,52%, 10% e 5,3% das importações totais, seguidos de leguminosas, peixe e leite. A dependência do Haiti dos mercados internacionais é particularmente evidente para os cereais, com destaque para o arroz. A participação das importações na disponibilidade geral de cereais no país aumentou consideravelmente nos últimos anos, passando de 61% em 2014 para 73% em 2017. Da mesma forma, a participação das importações na disponibilidade de arroz no Haiti aumentou de 78% em 2014 para 87% em 2017 (PNSAN, 2020, p. 3).

A dependência do Haiti dos mercados internacionais, principalmente dos Estados Unidos e da República Dominicana, reflete a fragilidade de sua economia e infraestrutura agrícola. Embora o país ainda importe grande parte de seus alimentos, como arroz e cereais, a falta de políticas eficazes para incentivar a produção local dificulta sua soberania alimentar. Além disso, a agricultura haitiana perdeu importância nas exportações, o que aumenta sua vulnerabilidade a mudanças nas condições de mercado e políticas comerciais externas. Esse desequilíbrio entre importações e exportações destaca a dificuldade do Haiti em construir uma base econômica sustentável a longo prazo.

Em 2012, esses dois países responderam por mais de 65% do comércio total com o Haiti (comparado com 4,1% para a União Europeia). A República Dominicana e os Estados Unidos representaram, respectivamente, 36,5% e 25,3% de todas as importações do país, sendo que os últimos monopolizaram 83,6% do total das exportações do Haiti (das quais, em 2013, em valores monetários, quase 95% eram compostas por produtos têxteis). Quanto à República Dominicana, a Plataforma Haitiana de Advocacia para o Desenvolvimento Alternativo (PAPDA) evoca "uma década de conquista silenciosa do mercado haitiano, sem partilha, sem grandes obstáculos, sem negociações. Uma capitulação total do aparelho produtivo nacional". Essas trocas comerciais têm, de fato, características comuns. A balança comercial é muito negativa para o Haiti — embora esses países pesem muito em seu mercado — e essas trocas estão muito concentradas em poucos produtos primários e/ou subcontratados, testemunhando o fato de que a herança colonial ainda pesa muito sobre a economia haitiana (THOMAS, 2015, p. 7).

As importações vêm de vários países, mas os Estados Unidos e a República Dominicana destacam-se como os principais parceiros comerciais do Haiti. Os Estados Unidos desempenham um papel importante nas importações formais de arroz, feijão, fubá, farinha de milho e trigo. A Malásia é o principal parceiro para o óleo vegetal (FEWS NET, 2018, p. 11). Os principais produtos importados da República Dominicana são produtos industriais (ferro, aço, cimento, cerâmica, etc.), produtos de consumo cotidiano de origem agrícola ou agroindustrial (biscoitos, conservas, banana-da-terra, legumes, ovos, arroz, cerveja, bebidas espirituosas, etc.), produtos têxteis provenientes de zonas francas (ALPHA et al., 2012, p. 9).

De fato, entre janeiro e junho de 2018, o Haiti exportou apenas 493 milhões de dólares. Isso representa uma queda de mais de 5% (980.000.000 - 493.000.000 = 487.000.000) (LADOUCEUR, 2018). Dados do comércio exterior no Haiti estão na tabela 2.

Tabela -2. Indicadores de comércio exterior do Haiti de 2016-2020

Indicadores de comércio exterior	2016	2017	2018	2019	2020
Importação de bens (US\$ milhões)	3.466	3.877	4.822	4.513	2.971
Exportações de mercadorias (US\$ milhões)	1.002	999	1.078	1.200	721
Importações de serviços (US\$ milhões)	1.006	991	1.143	1.013	566

Exportações de serviços (US\$ milhões)	608	489	663	488	201
Importações de bens e serviços (crescimento anual em %)	11	9	9	4	-4
Exportações de bens e serviços (crescimento anual em %)	-7	-1	-1	-2	-5
Balança comercial (excluindo serviços) (US\$ milhões)	-2.188	-2.626	-3.406	-2.997	n/a
Comércio exterior (como % do PIB)	42	44	46	47	41
Importações de bens e serviços (% do PIB)	31	33	35	36	32
Exportações de bens e serviços (em % do PIB)	12	11	11	11	8

Fonte: OMC - Organização Mundial do Comércio; Banco Mundial - Últimos dados disponíveis.

As exportações do Haiti são bastante limitadas, sendo predominantemente compostas por produtos industriais. Desde o final da década de 1980, houve uma redução significativa na exportação de produtos primários, em decorrência do crescimento da indústria de montagem e têxtil. Entre 1992 e 2008, as exportações industriais cresceram a uma taxa média anual de 8%. Dentro desse setor, os têxteis, como camisetas, polos, vestuário profissional e outros itens, são majoritariamente destinados aos Estados Unidos, com o país se especializando nos segmentos menos dinâmicos dessa cadeia de valor (ALPHA et al., 2012).

Apesar do rápido crescimento, as exportações de bens e serviços do Haiti apresentam duas fragilidades estruturais: 1) um nível extremamente baixo em comparação com as importações, o PIB e os resultados de outros países do Caribe; e 2) uma concentração muito elevada em termos de produtos, serviços e mercados de exportação. A gama muito limitada de exportações amplifica a vulnerabilidade do país a choques naturais e econômicos. Para reduzir essa vulnerabilidade, a diversificação das exportações é uma prioridade (Francesco e Jean Daniel, 2018, p. 6).

Outra fragilidade estrutural das exportações haitianas é o alto grau de concentração em diferentes formas: o vestuário representa 85% das exportações de bens; nos serviços, a participação do turismo é preponderante, totalizando 80%, e os Estados Unidos são o destino de 90% das exportações de mercadorias [...] (Francesco e Jean Daniel, 2018, p. 29).

De acordo com Francesco e Jean Daniel (2018, p. 29-49), as exportações de bens e serviços do Haiti apresentaram um crescimento notável entre 2006 e 2016, dobrando de valor, embora a base inicial fosse muito baixa. A relação exportações/PIB também aumentou, alcançando 20,6% em 2016. Apesar do crescimento, as exportações mantiveram-se moderadas em relação às importações, com a taxa de cobertura das importações pelas exportações subindo ligeiramente de 32% para 38% ao longo de dez anos. Em 2016, o déficit comercial de bens e serviços foi de US\$ 2,578 bilhões, representando 32,8% do PIB, sendo quase inteiramente coberto por remessas de migrantes. O comércio com a República Dominicana foi caracterizado por um grande desequilíbrio, com as importações dominicanas, no valor de 800 milhões de dólares, superando em 16 vezes as exportações haitianas, que totalizaram cerca de 51 milhões de dólares. Embora não existam dados sobre os serviços, é provável que o déficit também tenha sido elevado, especialmente nas áreas de construção e educação, devido às desigualdades entre os dois países.

Dados de exportações no Haiti estão apresentados na tabela 3.

Tabela -3. Volume de exportações de mercadorias, 2009 – 2017 (em milhões de dólares)

	2009	2010	2011	ANOS 2012	2013 P	2014 P	2015 P	2016 P	2017 P
PRODUTOS PRIMÁRIOS	25,78	22,69	31,80	31,25	25,07	28,07	12,88	53,85	34,47
Café	2,65	1,34	7,00	4,72	3,04	1,03	2,98	3,84	0,98
Cacau	7,42	9,05	6,87	9,24	4,88	10,15	4,18	11,98	5,24
Mangas	11,07	7,61	10,58	10,06	12,45	12,41	0,12	32,99	12,26
Frutos do mar									14,68
Lagostas	3,43	3,60	5,85	5,75	3,60	3,15	3,39	2,79	0,00
Anguias							1,06	0,89	0,00
Outros produtos primários	1,21	1,08	1,51	1,49	1,10	1,34	1,16	1,37	1,31

Produtos industriais	205,73	213,96	289,88	287,96	337,39	349,73	357,33	419,84	398,20
pequena indústria 1/	3,08	3,11	4,18	4,24	4,79	5,03	5,03	5,98	6,71
Itens manufaturados 2/	191,60	195,95	267,81	273,70	314,42	325,02	309,46	363,12	327,75
Óleos essenciais	9,80	13,94	16,38	8,63	15,71	17,11	17,33	29,82	36,53
Outros produtos industriais	1,25	0,96	1,52	1,40	2,48	2,56	1,35	1,65	2,16
Resíduos de metal e plástico							24,160,00	19,270,00	25,050,00
Ajustes para avaliação	19,81	20,25	27,53	27,32	31,02	32,34	29,51	38,83	34,33
Total	251,32	256,90	349,21	346,54	393,48	442,06	399,73	512,45	467,57
Ajustes de Classificação	299,68	306,48	418,88	428,09	491,78	508,37	481,91	523,58	512,62
Total Export FOB	551,00	563,38	768,09	774,63	885,27	950,43	881,64	1036,03	980,19

Fonte : BRH

De acordo com Thomas (2014, p. 5), em 2012, os Estados Unidos e a República Dominicana concentraram mais de 65% do comércio total com o Haiti (comparado com 4,1% da União Europeia). República Dominicana e Estados Unidos representaram 36,5% e 25,3% de todas as importações do país, respectivamente, e este último respondeu por 83,6% do total das exportações do Haiti (das quais, em 2013, em termos monetários, quase 95% é composto por produtos têxteis). No entanto, na última década, houve uma rápida substituição das exportações dos EUA por produtos dominicanos no mercado haitiano.

Em 2004, a vizinha República exportou apenas US\$ 70 milhões para o Haiti, ou 12% do valor dos produtos importados dos Estados Unidos, no valor de US\$ 673 milhões. Oito anos depois, em 2012, os produtos dominicanos no Haiti estão avaliados em US\$ 1.135 milhões, ou 108% das importações dos Estados Unidos estimadas em US\$ 1.050 milhões. Cabe lembrar que, em 2009, as exportações dominicanas para o Haiti seguiram o caminho inverso da tendência do comércio internacional. Enquanto o comércio mundial havia caído 12%, a maior redução desde o fim da Segunda Guerra Mundial, as exportações dos EUA para o Haiti experimentaram a mesma tendência, com uma queda de 16% em relação a 2008, os produtos dominicanos no Haiti, no entanto, aumentaram em 14% (HAROLD, 2013 não paginado).

Neste sentido, a diminuição da disponibilidade de produtos alimentares locais nos mercados nacionais, substituídos por produtos alimentares importados, levou a uma diminuição da qualidade/diversidade da consumação alimentar. Com efeito, muitos produtos alimentares locais utilizados nas receitas tradicionais são substituídos por produtos importados, como arroz ou trigo, reduzindo a qualidade e a diversidade dos alimentos. Estudos têm demonstrado que os produtos alimentares locais são consistentemente mais ricos em micronutrientes do que os produtos importados. O arroz importado tem ocupado um lugar de destaque na dieta tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais e hoje representa mais de 58% dos cereais consumidos (PSNSSANH, 2018, p.11).

Para Duerskysens (2008), as políticas neoliberais minaram a produção nacional de alimentos e forçaram os camponeses a produzir colheitas comerciais para empresas multinacionais e a comprar alimentos de multinacionais no mercado mundial. Os acordos de livre comércio forçaram os países a “liberalizar” seus mercados agrícolas: reduzir tarifas de importação e aceitar importações.

Segundo o estudo do PSNSSANH (2018), a ruptura ocorreu quando duas ondas de reformas estruturais macroeconômicas, uma em 1986 e outra imediatamente após o embargo em 1995-96, redefiniram a relação entre o Estado, os produtores agrícolas e o mercado. Assim, o Haiti aplicou 4 *Facilidades de Ajuste Estrutural* (FAS), cada uma com seu respectivo empréstimo financeiro. Esses acordos foram renovados durante a primeira década de 2000. Esses ajustes foram acompanhados por uma liberalização drástica dos mercados, incluindo mercados agrícolas, eliminando barreiras tarifárias e não tarifárias às importações e exportações, bem como subsídios e apoio à produção de alimentos. As principais reduções tarifárias são as seguintes:

- Arroz: 50 a 3%;
- Milho 50 a 15%;
- Trigo, sorgo, banana e açúcar: de 50 a 0%;
- Carne de porco e frango: de 40 a 5%.

Esta operação teve o duplo objetivo de transformar o Haiti em; a) fornecedor da mão de obra mais barata do Hemisfério Ocidental para a indústria de montagem de reexportação, e b) um dos maiores importadores de alimentos do Caribe. A segurança alimentar teve então de ser alcançada através da importação de produtos alimentares mais baratos nos mercados internacionais. Esses dois primeiros objetivos foram amplamente alcançados: O Haiti não é apenas o país com o menor salário-mínimo da

América Latina e do Caribe, mas também um dos mais baixos do mundo. O Haiti é o segundo maior importador de arroz dos Estados Unidos, depois do México, e representa 15% das vendas americanas.

Essas políticas têm sido aplicadas em detrimento dos interesses nacionais de soberania e segurança alimentar e nutricional. Pouquíssimos países no mundo, com exceção de alguns países produtores de petróleo, têm tarifas agrícolas tão baixas quanto as do Haiti, que também tem as tarifas mais baixas da CARICOM. Essa súbita liberação da economia, aliada à ajuda alimentar em níveis elevados desde o embargo de 1991, resultou em um aumento exponencial dos produtos alimentícios importados vendidos nos mercados nacionais a preços inferiores aos custos de produção dos agricultores haitianos. Isso pode ter sido favorável aos consumidores urbanos, que constituíam apenas 20% da população em 1980, mas essa desregulamentação levou a uma profunda crise na produção agrícola e a um êxodo rural. As políticas fiscais seguiram o lema da desregulamentação e, hoje, apenas 1,1 a 1,6% do orçamento geral da República é investido no setor agrícola. Em relação ao investimento privado, cerca de 40% do crédito formal é concedido aos setores de comércio e serviços para financiar importações, enquanto a agricultura recebe menos de 0,2% (PSNSSANH, 2018, p. 12-13).

Podemos destacar que a crise alimentar no Haiti é ao mesmo tempo cíclica e estrutural. Durante várias décadas, a agricultura deste país foi enfraquecida por diferentes fatores, mas o Estado haitiano não tomou medidas eficazes para resolver esta crise. Os agricultores carecem de recursos e infraestrutura para atender às suas próprias necessidades.

Segundo os dados da FAO (2022):

A maioria dos indicadores macroeconômicos é preocupante; em abril de 2017, a variação anual do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) foi de 14,6%, e a taxa de crescimento do PIB no exercício de 2016 foi de 1,7%. A previsão de crescimento econômico para o ano fiscal de 2017-2018 foi estimada em 1,1%. Recomenda-se que o Estado adote um orçamento retificativo para priorizar os principais desafios enfrentados pelo novo governo. Conseqüentemente, o valor total do orçamento foi revisado para baixo, de 122 para 118 bilhões de gourdes. Além disso, o orçamento do Ministério da Agricultura representa apenas 6,5% do PIB, enquanto o do Ministério do Meio Ambiente é insuficiente para lidar com os desafios existentes nesse setor.

Portanto, no que tange ao investimento privado, cerca de 40% do crédito formal é destinado aos setores de comércio e serviços para financiar importações, enquanto a

agricultura recebe menos de 0,2% do total de crédito disponível. Os agricultores haitianos, dedicados à agricultura de subsistência, encontram-se há três décadas desamparados e vulneráveis à concorrência desleal com mercados internacionais abastecidos por sistemas agrícolas de países industrializados, mais eficientes e fortemente subsidiados (PSNSSANH, 2018, p.13).

Conclui-se que o Estado haitiano implementou uma política desfavorável ao setor agrícola, caracterizada pela falta de investimentos e pela ausência de políticas públicas voltadas para o campesinato. Entretanto, o Haiti possui potencial agrícola para atender às necessidades básicas de sua população. Para isso, é imprescindível implementar políticas estruturais adequadas, como subsídios à produção, fortalecimento das cooperativas e incentivos à produção de alimentos básicos, garantindo segurança alimentar e soberania econômica.

3.4. PRINCIPAIS ÁREAS DE PRODUÇÃO NO HAITI

Os principais alimentos básicos do Haiti são bananas, arroz, farinha de trigo, tubérculos, feijão, ervilhas e sorgo. Entre os tubérculos produzidos destacam-se a batata-doce, a mandioca (yuca) e o inhame. Entre os cereais, o arroz ocupa a primeira posição, seguido pelo milho e sorgo. O país cultiva diversas variedades de feijão e ervilha, com destaque para o feijão preto, feijão vermelho e feijão-andu (guandu). Além disso, o Haiti produz commodities de maior valor, como frutas (manga, mamão, abacaxi, abacate e frutas cítricas), cacau, tabaco, café e cana-de-açúcar (FEWS NET, 2018, p. 8).

Segundo os dados do CNSA e PAM (2011), os principais produtos agrícolas do país são os seguintes:

3.4.1. Milho

O milho é cultivado nos 10 departamentos do país, abrangendo todas as zonas agroecológicas, tanto em regimes de sequeiro quanto irrigado. A maioria dos produtores haitianos cultiva milho, frequentemente associado a leguminosas, especialmente feijão. Os principais departamentos produtores são o Sul (Plaine des Cayes), Artibonite, Norte e o Planalto Central.

Nas áreas montanhosas secas dos departamentos Artibonite, Ouest e Nord-Ouest, o milho é plantado assim que as chuvas são suficientes. Nessas regiões, a

produção de milho foi significativamente maior em comparação ao ano anterior. Também foi superior à de 2010 nas serras úmidas do Nordeste, parte do Norte e Nippes, devido à regularidade das chuvas. Por outro lado, nas planícies agropastoris secas do Nordeste, no alto Planalto Central e em partes das serras úmidas do Norte, Noroeste e Grande Anse, além de áreas específicas dos Nippes, o atraso e a baixa intensidade das chuvas causaram reduções significativas na produção de milho (CNSA e PAM, 2011, p. 18).

3.4.2. Sorgo

No Haiti, há duas espécies de sorgo: o milheto (*Sorghum vulgare*), conhecido como “pitimi chandel”, produzido em regiões específicas, e o sorgo em grão (*Sorghum bicolor*). O sorgo é cultivado principalmente nas planícies e colinas secas e marginais, sendo a principal cultura nos departamentos de Nippes e Artibonite.

Por requerer menos água que o milho, o sorgo cresce com relativa facilidade em áreas com menos de 800 mm de chuva. Geralmente, é cultivado em associação com milho e leguminosas. A expansão geográfica em áreas montanhosas secas poderia reduzir os riscos associados a chuvas erráticas. Vale destacar que o cultivo de sorgo tem aumentado em Artibonite e Nord-Ouest, mas tem diminuído anualmente no Sul e Sudeste. Nos Nippes, o atraso das chuvas nas áreas baixas resultou em uma forte redução nas áreas semeadas, pois muitos produtores hesitaram em plantar a variedade de sorgo de ciclo longo (8-9 meses) devido ao período tardio das chuvas.

3.4.3. Arroz

O arroz é cultivado nas planícies irrigadas, particularmente na Artibonite, na planície de Les Cayes e em alguns pequenos perímetros irrigados nos departamentos do Norte (São Rafael), Nordeste (perímetro de Ferrier) e Nippes. Algumas variedades de arroz e arroz de sequeiro também são cultivadas no fundo dos vales das montanhas úmidas do Norte e Nordeste. Cerca de 60% da produção nacional de arroz é obtida no Vale Artibonite, sendo cultivada principalmente durante a temporada de verão.

3.4.4. Leguminosas

As leguminosas cultivadas no Haiti incluem principalmente feijões (*Phaseolus vulgaris* L.), ervilhas e amendoins. As leguminosas (feijões e ervilhas) são frequentemente cultivadas em associação com o milho. O feijão é a principal leguminosa cultivada e inclui dois tipos no Haiti: o feijão preto, preferido por um grupo

de consumidores devido à sua reputação de alto teor de ferro, e o feijão vermelho, consumido por todos os consumidores. O feijão é cultivado em quase todo o país: em planícies úmidas e secas, montanhas e colinas. Muitas vezes, as condições climáticas são desfavoráveis (temperaturas às vezes muito altas, chuvas abundantes durante o amadurecimento do grão, secas prolongadas, ventos muito fortes e ataques de pragas).

O feijão-andu (*quandú*) é uma planta arbustiva tropical e rústica que resiste muito bem não só à seca, graças ao seu poderoso e profundo sistema radicular, mas também a doenças. O feijão-andu é cultivado principalmente nas zonas fronteiriças com a República Dominicana, nos departamentos de Sudeste, Centro e Nordeste. A produção de amendoim está presente em todos os departamentos, mas concentra-se nas zonas mais secas, como no Centro, Nordeste, Noroeste e Sul.

3.4.5. Banana-da-terra

A banana-da-terra é cultivada em monocultura, principalmente nos perímetros de Arcahaie, Jean-Rabel, Petit-Goâve e Grand-Rivière du Nord, bem como na planície costeira do Norte. No entanto, nas montanhas e colinas úmidas, a banana-da-terra é cultivada em sistemas agroflorestais escalonados, comumente chamados de "hortas crioulas", em associação com tubérculos, café e frutas (abacate, chadèque, cacau, coco, etc.). Na península meridional e no Noroeste, também ocorre esse tipo de cultivo.

3.4.6. Tubérculos

Os tubérculos cultivados no Haiti incluem principalmente mandioca, inhame e batata-doce. A batata-doce é cultivada em monocultura ou em associação em zonas de montanha úmida e morros mais secos, enquanto a mandioca prefere áreas mais secas (principalmente no Nordeste). O taro (*malanga* e *mazombel*) é cultivado principalmente nos sistemas agroflorestais do Grande Anse, Norte e parte do Noroeste. A batata é cultivada nas alturas de Porto Príncipe.

Apesar do Haiti ter potencial produtivo para se tornar um país autossuficiente em alimentos, mesmo em situações de crise política, socioeconômica e de saúde, o Estado não adotou políticas públicas alternativas para melhorar a situação dos camponeses, como a reforma agrária, o acesso a crédito e equipamentos modernizados. Nesse sentido, para combater a insegurança alimentar, os movimentos camponeses utilizam práticas de agroecologia como alternativa.

3.5. CONTEXTO DA CRISE ALIMENTAR NO HAITI

Durante muitos anos, a economia do Haiti tem diminuído por causa de diferentes fatores, como os desafios sociopolíticos, de segurança e econômicos. Segundo o ISHS (2021, p. 4), vários fatores estão na origem desse baixo desempenho da economia. Particularmente sobrecarregada pelo clima de instabilidade, marcado pelo aumento desenfreado da insegurança, a economia haitiana ficou quase refém.

O Haiti é o país mais pobre do Hemisfério Ocidental e é classificado como um país de baixa renda e déficit alimentar (CNSA, PAM, 2011, p. 7). Em referência à classificação do índice de desenvolvimento humano ajustado à desigualdade (IDH), o Haiti ocupava a 170ª posição entre 189 países e territórios em 2019 (PNUD, 2020, p. 3).

Segundo o CNSA e PAM (2011, p. 7), vários fatores afetam a economia do país e provocam a crise alimentar:

O país está no caminho dos ciclones tropicais e faz parte de um pequeno grupo de países condenados a enfrentar, quase todos os anos, inundações e, por vezes, furacões muito fortes, geralmente acompanhados de outros fenômenos adversos relacionados, como deslizamentos de terra, maremotos e outros desastres naturais. Durante os últimos cinco anos, o Haiti passou por uma série de desastres naturais sem precedentes, que afetaram mais de 3,6 milhões de pessoas. O devastador terremoto de 12 de janeiro de 2010 ainda traz pesadas consequências, pois cerca de 600.000 pessoas continuam vivendo em barracas, em condições muito difíceis.

De acordo com dados da CNSA, aproximadamente metade da população haitiana vive em extrema pobreza, sobrevivendo com menos de um dólar por dia. Em 2012, estima-se que metade dos haitianos não tinha acesso à ração mínima estabelecida pela FAO, equivalente a 225 kg de cereais por ano por habitante. Além disso, cerca de 80% das famílias relatavam não conseguir atender adequadamente suas necessidades alimentares (CNSA, 2010, p. 7).

A pesquisa de pobreza realizada em 2012 revelou que 59% da população haitiana continuava vivendo em situação de pobreza, enquanto quase um quarto (24%) estava em extrema pobreza. Isso significa que cerca de 6,3 milhões de haitianos não conseguiam suprir suas necessidades básicas, e 2,5 milhões não tinham o suficiente para comer. Essas condições eram ainda mais graves nas áreas rurais, onde mais de 80% da população em situação de pobreza residia. Nessas áreas, 38% das pessoas enfrentavam

insegurança alimentar severa, em comparação com 12% nas áreas urbanas e 5% nas zonas periféricas de Porto Príncipe (PSNSSANH, 2018, p. 10).

O Haiti apresenta os piores indicadores de saúde da região da América Latina e Caribe devido ao fato de a maioria da população não ter acesso a serviços de saúde. A Pesquisa de Nutrição de 2008-2009 traz os seguintes dados:

(i) As taxas de desnutrição crônica e aguda são de 24% e 5%, respectivamente; (ii) Deficiências em micronutrientes agravam a situação: 61% das crianças com menos de 5 anos e 58% das mulheres com idades entre 15 e 49 anos são anêmicas; (iii) A prevalência de deficiência de vitamina A é de 32% em crianças de 6 a 59 meses, índice significativamente superior ao limite aceitável de 15%; (iv) Apenas 10% das famílias consomem sal iodado, e 59% das crianças entre 6 e 12 anos apresentam deficiência de iodo, um valor também superior ao limite permitido de 50%; (v) A mortalidade também é elevada: a taxa de mortalidade infantil é de 57 por 1.000 nascidos vivos, enquanto a taxa de mortalidade de menores de 5 anos é de 76 por 1.000 nascidos vivos. Além disso, a taxa de mortalidade materna alcança 630 por 100.000 nascidos vivos (CNSA, 2010, p. 15).

Neste sentido, podemos destacar que a crise da insegurança alimentar aumenta cada vez mais. “Entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, quase 4 milhões de pessoas, ou seja, 42% da população, estavam em situação de insegurança alimentar aguda” (IPC, 2020). A deterioração do PIB em 2021 insere-se em um contexto de crise sociopolítica aguda, que atingiu o seu ápice com o assassinato do Presidente da República em julho de 2021, sem mencionar a crise sanitária mundial que continua impactando determinados setores de atividade. Em 2021, devido à epidemia de Covid-19, os três principais setores da economia do país foram afetados:

O setor primário, com aproximadamente 106,1 bilhões de gourdes em valor constante, caiu -4,1%, contra -2,4% em 2020. Com valores de 142,7 e 332,6 bilhões de gourdes constantes, os valores adicionados dos setores secundário e terciário diminuíram, respectivamente, -2,4% e -2,0% em relação ao ano anterior (IHSI, 2021, p. 5).

Dentre os principais elementos que influenciaram a inflação em 2021, podemos citar:

O setor primário, com aproximadamente 106,1 bilhões de gourdes em valor constante, caiu -4,1%. i) A diminuição da oferta de gêneros alimentícios em escala global, decorrente da escassez de mão de obra causada pela Covid-19, impactou os preços dos produtos importados. ii) A subida dos preços dos produtos alimentares no mercado internacional, resultante do aumento dos preços mundiais do petróleo a partir de 2020, afetou os preços dos produtos importados no mercado local. iii) A escassez artificial de combustíveis e a crescente insegurança, que provocaram uma

certa limitação no transporte de mercadorias inter e intra-regionais, foram, entre outros, fatores internos que influenciaram a evolução dos preços em 2021. iv) Por outro lado, a desaceleração da depreciação do gourde em relação à queda do ano anterior contribuiu para manter a inflação em um patamar inferior ao do exercício de 2020 (IHSI, 2021, p. 6).

De acordo com o Banco Mundial, o Haiti permanece como o país mais pobre da América Latina e do Caribe e está entre os mais pobres do mundo. Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, em 2020, o Haiti ocupava a 170ª posição entre 189 países. Nos últimos anos, o progresso na redução da pobreza foi limitado devido a uma série de crises, como a pandemia de Covid-19, o assassinato do presidente Jovenel Moïse e o terremoto de agosto de 2021. Estima-se que, em 2020, a taxa de pobreza tenha alcançado cerca de 60%, um aumento em relação aos 58,5% registrados em 2012 (BM, 2021).

Um relatório da Coordenação Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) e do Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR) indicou que, no período entre março e junho de 2022, aproximadamente 14% da população estaria em situação de emergência alimentar e 33% enfrentaria uma crise alimentar, totalizando 46% da população necessitando de medidas urgentes para atender às suas necessidades básicas (CNSA, MARNDR, 2022, p. 6).

Montas (2005, p. 1) identificou dois fatores principais para a persistência da pobreza no Haiti: a instabilidade política, resultante de crises contínuas, e mudanças econômicas significativas, especialmente aquelas ocorridas a partir de 1986. Essas mudanças incluíram a abertura econômica ao comércio internacional e a liberalização do mercado financeiro, aprofundadas em 1996/1997.

Desde a implementação de políticas neoliberais no final da década de 1980, a produção local foi severamente impactada, levando à destruição da agricultura familiar e à dependência de produtos importados. Esse processo gerou um grande êxodo rural e o agravamento da fome. Além disso, políticas de mercado livre contribuíram para a elevação acentuada dos preços de alimentos. Conforme observado por Chossudovsky (2008), o preço dos alimentos no Haiti aumentou, em média, mais de 40% em menos de um ano, afetando principalmente itens básicos como o arroz.

4. CRISE ALIMENTAR NO CONTEXTO ATUAL DA SOCIEDADE HAITIANA: RESISTÊNCIAS DO CAMPESINATO AOS PROJETOS NEOLIBERAIS

Este capítulo aborda as resistências do campesinato haitiano frente aos projetos neoliberais, destacando movimentos sociais, práticas agrícolas e formas de luta contra a precarização. A pesquisa utilizou metodologias qualitativa e quantitativa, combinando estudo documental, entrevistas com movimentos sociais e análise de fontes governamentais e não governamentais. Relatei minha conexão pessoal com a agricultura no Haiti e o impacto de minha formação acadêmica no Brasil. A coleta de dados enfrentou desafios como a pandemia de Covid-19 e a instabilidade política no Haiti para realizar um estudo de campo, mas utilizei redes sociais para entrevistas com cinco movimentos camponeses, incluindo “*Tèt Kole Ti Peyizan*”, “*Mouvement Paysan Papaye*” (MPP), “*Plateforme de Développement et de la Défense Agricole de l'Artibonite*” (PLADDAA), “*Mouvement Paysan Acul du Nord*” (MPA) e “*Mouvman Agrikilti-Rebwazman Lelvay*” (ARL). Esses grupos promovem a soberania alimentar e lutam por melhores condições para os camponeses.

4.1. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para desenvolver este trabalho, foram utilizadas as metodologias qualitativa e quantitativa. De acordo com Gil (2002, p. 17): “A pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostas. Também desenvolve-se ao longo de um processo que implica inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados”.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 14). A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (Fonseca, 2002, p. 20).

Para levantamento bibliográfico e documental, foram utilizadas teses, dissertações, artigos científicos e documentos de organizações governamentais e não governamentais. Também foram consultados diferentes sites de bibliotecas online para

aprofundar o estudo sobre o Haiti. Consultamos bancos de dados disponibilizados por diferentes fontes, como o Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR), a Rede de Bibliotecas da Universidade Chicoutimi Québec (UQAC), a Rede Mémoire Online Économie et Finance, e a Rede de Bibliotecas Virtuais de Ciências Sociais na América Latina e no Caribe (CLACSO). Em uma segunda etapa, conversamos com alguns movimentos sociais no Haiti para coletar as informações necessárias.

4.1.1. Coleta de dados

A dissertação de mestrado é uma produção textual que reúne diversos recursos acadêmicos descritos com base na minha trajetória intelectual e minha experiência vivida. Nasci no departamento de Artibonite, em uma família camponesa e comerciante (Pierre Aimable, pai; Olette Dacius, mãe). Essa foi uma das regiões mais importantes do país por ter sido um dos centros da Revolução Haitiana e também das lutas dos camponeses pelo acesso à terra e às boas políticas públicas.

Fiz meu ensino médio na instituição *La Ronde des Gonaïves* e no colégio *Pratique du Nord au Cap-Haïtien*. Depois, iniciei uma formação em Enfermagem na *Université Lumière*, mas, infelizmente, não a concluí. Deixei o país para vir ao Brasil em 2013. Desde o Haiti, desenvolvi um grande amor pela leitura e pelo aprendizado com os outros. Sempre tive uma boa conexão com a agricultura; na minha juventude, visitei vários campos com meu pai e meu avô. Foi uma ótima experiência!

Em 2015, consegui ingressar no curso de graduação em *Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar* na *Universidade Federal da Integração Latino-Americana* (UNILA), por meio do Pró-HAITI, um programa que oferece vagas para estudantes haitianos.

Desde então, aprendi sobre a importância do desenvolvimento do mundo rural para melhorar a qualidade de vida das populações rurais em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Meu desejo não parou por aí! Em 2019, fui muito feliz ao ser aprovada no *Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável* da *Universidade Federal da Fronteira Sul* (UFFS). Com isso, tive o privilégio não só de reforçar minha opinião sobre o mundo camponês, mas também de aprofundar meus conhecimentos acadêmicos. Realizei vários estudos de campo juntamente com professores e colegas. Minha experiência com os camponeses

brasileiros e indígenas no Brasil me ajudou a entender a realidade haitiana.

Tenho como objetivo trazer minhas contribuições na busca por soluções sustentáveis para resolver o problema da fome no mundo, em particular no Haiti. Por isso, considero que a agricultura sustentável, relacionada à soberania alimentar e à agroecologia, está entre as melhores alternativas para superar esses desafios. Escolhi o Haiti por vários motivos:

- a) por ser um dos países mais pobres da América;
- b) pela busca de entender, ao longo do estudo, a questão agrária como uma das causas da fome no país;
- c) e pela ausência dos governos do Estado em institucionalizar políticas públicas para fortalecer a produção agrícola.

Pensei em realizar um estudo de campo no Haiti, especialmente no Artibonite, com os movimentos sociais dos camponeses na região. No entanto, enfrentei duas dificuldades significativas: a) a pandemia de covid-19, cujas medidas foram estritamente aplicadas em vários países do mundo para evitar a propagação do vírus, impossibilitando minha viagem ao Haiti; b) com o assassinato do presidente haitiano Jovenel Moïse, em 7 de julho de 2021, a crise sociopolítica piorou ainda mais. Grupos armados (como o “G9” de Jimmy Chérizier, o “GPEP” de Ti Gabriel e o “400 Mawozo”) passaram a controlar zonas da capital do país (Porto Príncipe).

Dessa forma, desisti da ideia de ir ao Haiti. Decidi entrar em contato com os movimentos sociais camponeses por meio das redes sociais. Em primeiro lugar, obtive o contato do movimento “*Tèt Kole Tipeyizan*” por intermédio de um colega do Movimento Sem Terra (MST) que colabora com ele. Encontrei outros contatos nos sites desses movimentos, e todos concordaram em conversar sobre o assunto.

Foram aplicados três procedimentos:

1. Utilizei as redes sociais (Skype, Zoom, WhatsApp e Google Meet) como meio de contato inicial e para coleta de dados. As conversas duraram de 30 a 35 minutos;
2. Gravei os áudios das entrevistas, protegendo as informações recolhidas para posterior transcrição e análise;
3. O questionário continha 13 questões escritas em crioulo haitiano (Apêndice 1) e traduzidas para o português (Apêndice 2).

Selecionei cinco movimentos sociais no Haiti, relacionados aos trabalhos pertinentes realizados no país: “*Tèt Kole Ti Peyizan*”, “*Mouvement Paysan Papaye*” (MPP), “*Plateforme de Développement et de la Défense Agricole de l'Artibonite*” (PLADDAA), “*Mouvement Paysan Acul du Nord*” (MPA) e “*Mouvman Agrikilti-Rebwazman Lelvay*” (ARL). Todos, de alguma forma, lutam pelos direitos dos camponeses e defendem a soberania alimentar como alternativa para resolver alguns problemas. Durante o processo, foi difícil traduzir alguns conceitos típicos do crioulo haitiano. No entanto, para facilitar a compreensão dos leitores estrangeiros, adicionei notas de rodapé explicativas em cada um deles, como “Madanm Sara”¹⁴ e “Kombit”¹⁵, entre outros.

4.2. LEVANTAMENTO E DESCRIÇÃO DOS MOVIMENTOS CAMPONESES DE ESTUDO

4.2.1. Movimento Camponês Papaye (MPP)

Fundado em 1973 na 3ª seção comunal de Hinche, no Departamento Centro do Haiti, o Movimento Camponês Papaye (MPP) foi criado por Jean-Baptiste Chavannes, um agrônomo e trabalhador católico. Este movimento visa unir camponeses e jovens trabalhadores rurais, com foco em sua promoção cultural e econômica. Os agrupamentos locais atendidos pelo MPP incluem: a) Agrupamento Jean Baptiste Chavannes b) Agrupamento Kè Kontan.

Com cerca de 60.000 membros, incluindo 20.000 mulheres e 10.000 jovens, o MPP organiza grupos de trabalho nas áreas agrícolas, educacionais e artesanais. A organização tem uma base de 30% de mulheres entre seus membros e é composta por

¹⁴ Madanm Sara é uma figura feminina central no comércio informal do Haiti, responsável por comprar produtos agrícolas diretamente dos produtores e revendê-los nas cidades ou feiras. Desempenham um papel crucial na cadeia de abastecimento alimentar do país, garantindo o acesso a alimentos nas áreas rurais e urbanas. Elas são vistas como símbolos de resiliência e autonomia econômica, enfrentando desafios como a inflação e a insegurança.

¹⁵ Kombit é uma prática tradicional haitiana de trabalho coletivo, onde membros da comunidade se unem voluntariamente para realizar tarefas em benefício comum, como o cultivo ou a construção. Enraizado nas tradições africanas, simboliza solidariedade, cooperação e resistência ao neoliberalismo, refletindo valores de reciprocidade e autonomia. Hoje, o Kombit continua sendo uma importante forma de organização comunitária e de fortalecimento da identidade cultural no Haiti.

grupos femininos, juvenis e masculinos. Além disso, o MPP oferece formação sobre solidariedade e gestão de atividades econômicas.

O MPP é um membro ativo da Via Campesina, da Coordenação Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC) e outros movimentos camponeses na América Latina. Também faz parte do Mouvmman Peyizan Nasyonal Kongrè Papay (MPNKP), o Congresso Nacional Camponês.

4.2.2. Plataforma das Organizações de Desenvolvimento e da Defesa Agrícola Haitiana (PLADAA)

Criada em 2017, a PLADAA é uma plataforma composta por 50 organizações, com sede em Liancourt, no Departamento de Artibonite. A plataforma possui filiais em diversas cidades do Haiti, incluindo: Saint-Marc, Gonaïves, La Chapelle, Lester, Marchand Dessalines, Grande Saline, Desdunes, Mont-trui e Verrettes. A PLADAA se dedica à defesa dos direitos agrícolas e ao desenvolvimento rural sustentável no Haiti.

4.2.3. Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen (Chefes Juntos, Pequenos Produtores do Haiti)

Fundado em 1970 durante a ditadura Duvalier, o Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen é o movimento camponês mais antigo do Haiti. Este movimento tem uma história marcada pela resistência e violência contra grandes latifundiários, incluindo dois massacres contra membros do movimento: a) 23 de julho de 1987, em Jean-Rabel, onde mais de 119 camponeses foram mortos; b) em 1990, em Piatte, onde ataques também destruíram casas e plantações e resultaram em mortes.

Com mais de 55.000 membros em todo o país, o *Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen* é um dos dois movimentos nacionais de camponeses e tem enfrentado diversas adversidades para garantir a sobrevivência e os direitos dos pequenos produtores no Haiti.

4.2.4. Mouvement Paysan Acul du Nord (MPA)

Esse movimento foi fundado em 1984, sob a ditadura de Duvalier, sendo que os camponeses escolheram o “29 de julho” em memória à invasão dos Estados Unidos. Seu objetivo é reunir o mundo do campesinato da comunidade para resistir às violências ditatoriais e promover, ao mesmo tempo, a agricultura familiar.

O MPA é uma organização que reúne mulheres, jovens e camponeses, sendo que

cada grupo tem uma coordenação que se tornou um comitê central com delegações da seção comunal enviadas pelo movimento camponês. O MPA é composto pela estrutura da assembleia geral do grupo de base e pela organização seccional, assembleia de coordenação comunal, assembleia de coordenação central e executiva. Esse movimento se define com uma posição ideológica de esquerda socialista, mas como um movimento autônomo, que desenvolve atividades de agroecologia, agricultura sustentável, agricultura familiar e suas produções, como arroz, feijão, leguminosas, etc., produzidos sem agrotóxicos.

“Na nossa comunidade, é uma área rizícola. Fazer arroz sem fertilizante é um bom solo. Depois de colher o arroz, plantamos batata e depois plantamos arroz novamente, sem fertilizante. Para nós, a agricultura familiar é a produção local ou o poder de consumo local nos mercados locais ou nacionais.” (Entrevista de Pestile, FDP).

4.2.5. Movimento Agricultura-Reflorestamento e Criação de Animais (ARL)

O ARL é um movimento social que nasceu em 2019, no município do Arrondissement de Aquin, no departamento Sul do Haiti. É um movimento de cidadãos haitianos sob a liderança de Martine Phebe, com o pseudônimo de Thòya. Tem como objetivo denunciar diferentes problemas socioeconômicos, culturais e políticos na sociedade e propor uma alternativa para melhorar a situação do país. Entre as diferentes atividades realizadas pelo movimento estão: promover a cultura (Vodu) e o reflorestamento em diferentes locais do país.

Tabela 1. Entrevistados com função e nome dos Movimentos Sociais

Códigos dos entrevistados	Função	Nome Movimento social
AIM	Representante juvenil	Tèt Kale ti Peyizan
BRJ	Director Ejecutivo Nacional	Tèt Kole Tipeyizan
FDP	Director Ejecutivo	Mouvman Peyizan Acul du Nord (MPA)
MML	Coordenador	Mouvman Peyizan Papaye (MPP).
VNE	Coordenador	Plateforme de Développement et de la Défense Agricole de l'Artibonite (PLADDAA)
FYY	Secretário	Mouvement Agriculture-Reboisement et Elevage (ARL)

Fonte: elaborada pela autora

4.3. RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS MOVIMENTOS CAMPONESES NO HAITI

Segundo entrevistas realizadas com membros do movimento camponês, buscou-se compreender as formas de luta e resistência frente ao projeto neoliberal, que destruiu a produção agrícola do país. O projeto neoliberal foi identificado como o principal responsável pela redução da agricultura no Haiti. Durante uma entrevista realizada com MML, membro e coordenador do Movimento Camponês de Papaye (MPP), ele argumentou:

Em comparação com os anos 70, a agricultura hoje está muito fraca por várias razões: 1) Não há crédito para os agricultores, pois o banco de crédito agrícola, vinculado ao Ministério da Agricultura, não funciona há 15 anos. 2) As pessoas não têm acesso à água, pois dependemos das estações chuvosas. Entretanto, devido aos problemas das mudanças climáticas, a agricultura enfrenta sérias dificuldades. Por exemplo, em 2021 não tivemos mais do que três meses de chuva. 3) A força de trabalho desapareceu, principalmente devido à migração para países como República Dominicana, Chile e Brasil. Um dos problemas enfrentados pela agricultura hoje é que os agricultores não têm

mão de obra. 4) O governo haitiano, especialmente o Ministério da Agricultura, não possui uma política pública agrícola. Nos anos 70, exportávamos alimentos e conseguíamos satisfazer a população local. Hoje, não produzimos mais do que 40% do que consumimos no país, dependendo de 60% de produtos importados. Há, inclusive, dados que indicam que importamos 70% de nossos alimentos, o que significa que apenas 30% são produzidos localmente para atender às nossas necessidades alimentares (MML, MAIO, 2022).

De acordo com a reflexão de MML (2022), o projeto neoliberal é considerado um dos principais problemas que o país enfrenta, resultando em uma fronteira descontrolada e no fenômeno do dumping. Por exemplo, é mais acessível adquirir uma xícara de arroz de Miami (EUA) do que uma de Artibonite, uma área produtora de arroz local. Embora o arroz de Artibonite seja mais saudável, ele se torna inacessível devido ao alto preço. A política de mercado livre tem causado um grande impacto na concorrência entre os produtos locais e os importados da República Dominicana. Os agricultores locais abandonaram a agricultura, alegando que, mesmo produzindo, não há mercado para seus produtos, enquanto os produtos da República Dominicana dominam o mercado interno. Além disso, os produtos dos Estados Unidos, como alimentos e roupas, têm um grande impacto negativo no mercado local.

Na opinião de Voltaire, um membro do movimento Plateforme de Développement et de la Défense Agricole de l'Artibonite (PLADDAA),

O projeto político neoliberal está destruindo a agricultura do Haiti, criando uma barreira livre, pois os produtos estrangeiros estão sujeitos a um subsídio conhecido como dumping, enquanto os produtos haitianos não têm proteção alguma. Além disso, existem programas de alimentação para os pobres, como Food for the Poor, USAID, PAM e outros, que visam desmotivar os camponeses a trabalhar a terra, afetando negativamente os agricultores e diminuindo o interesse pela agricultura no país. Também forçaram o Estado a se desvincular da alimentação, permitindo o colapso da agricultura. Isso significa que a política neoliberal destruiu nossa produção, especialmente em Artibonite, e nossa dieta. Para nós, o Estado não tem políticas públicas para fortalecer a agricultura. O resultado é que perdemos produtos alimentícios como arroz, cana-de-açúcar, coco e sorgo. Tudo isso contribui para a insegurança alimentar, que podemos considerar um flagelo devastador para o Haiti. Isso significa que, hoje, o Estado deve promover a soberania alimentar (VNE, junho de 2022).

Islanda Micherline Aduel, membro e representante dos jovens do movimento *Tet Kole TiPeyizan*, diz que:

Para a questão da agricultura no país, posso dizer que não existe uma política pública que leve em conta os aspectos do campesinato. Para ter uma agricultura saudável e sustentável, ela deve ser baseada em um projeto de bem-estar coletivo com os camponeses, para que eles saibam efetivamente o que precisam em termos de um método de cultivo mais adaptado à nossa realidade. Para mim, a agricultura está em declínio por irresponsabilidade do Estado (AIM, abril de 2022).

Para Doudou, um membro do *Mouvman Peyizan Acul du Nord* (MPA), na década de 1980, com a chegada dos projetos neoliberais, houve impacto na produção de arroz em Artibonite e no Planalto des Cayes, na produção de porco crioulo. O porco crioulo era a base da economia camponesa, sendo que a produção da região representava 80% da produção do país nos anos 80. Neste contexto, o ano de 1986 é considerado um marco político e econômico para o país, tanto pela queda da ditadura de Duvalier quanto pelo início da era neoliberal, imposta à força pelas potências dominantes e pelas IFIs (instituições financeiras internacionais) (Perchellet, 2010, p. 1).

De acordo com um estudo realizado pelo programa de soberania alimentar do CCFD-Terre Solidarité (2008), a produção agrícola do Haiti começou a diminuir depois da aplicação da política do programa de Ajuste Estrutural (SAP), em 1986, e em 1996 com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Segundo o mesmo estudo, quatro componentes principais compunham o programa de 1986: 1) a reforma do sistema tributário, 2) um programa de privatização, 3) uma política monetária restritiva e 4) uma política de liberalização comercial. Apenas este último componente foi totalmente implementado. A liberalização do comércio e a privatização das empresas públicas tiveram o objetivo de abrir a economia haitiana para as corporações transnacionais, em detrimento do Estado e do interesse geral.

Em 1996, foi criado o Conselho para a Modernização das Empresas Públicas (CMEP) na sequência do programa assinado com o FMI em 1995. Nove empresas públicas foram declaradas ineficientes e culpadas por má gestão. Elas foram alvo de um processo de privatização: a empresa de eletricidade (EDH), a empresa de telecomunicações (Teleco), o Banco Nacional de Crédito (BNC), o Banco do Povo Haitiano (BPH), a Minoterie (Moulins Haiti, farinha e pão), a Autoridade Portuária Nacional (APN), o lagar ENAOL, Ciment d'Haiti e os aeroportos (Perchellet, 2010, p. 6). Isso mostra que o sistema neoliberal é um projeto que causa uma grande crise na agricultura do país, onde a produção agrícola diminuiu, tornando-se o Haiti um grande importador de produtos internacionais, em concorrência com os produtos nacionais.

A entrada do projeto neoliberalismo no país engendra uma pobreza extrema. Yenny Ferdinand, Secretário Geral do *Movimento Agricultura-Reflorestamento e Criação de Animais* (ARL), argumentou que: “O projeto neoliberal não entra no país com sua própria força, mas tem a permissão de governos que não possuem um projeto comum para a população; por isso, devemos formar as pessoas nacionalistas para impedir que isso aconteça.” Neste sentido, devemos lutar por um Estado soberano para defender os bens públicos em favor de seu povo. FDP, membro do Movimento Peyizan Acul du Nord (MPA), afirma que:

O plano neoliberal aplica dumping sobre o Haiti, colocando subsídios em produtos, onde fornecem seus produtos a um preço baixo para quebrar a produção de arroz, milho e milho. Como Acul-du-Nord é uma área rizícola, os camponeses pararam de plantar arroz. Eu testemunhei, entre 1986 e 1989, como os camponeses deixaram de plantar arroz. Isso destruiu a produção de arroz em Artibonite, que é a maior área de cultivo de arroz nas planícies, e onde quer que o arroz seja cultivado, as pessoas são desencorajadas a plantar. Essa é uma das consequências do projeto neoliberal. O primeiro grupo de pessoas vítimas desse projeto são os camponeses, que deixaram o campo para a cidade e abandonaram a terra. A consequência disso é que nos tornamos dependentes da produção da República Dominicana. Tudo isso é o impacto do projeto neoliberal.

De acordo com Perchellet (2010), a produção nacional foi protegida até a década de 1980, por barreiras alfandegárias particularmente altas para certos produtos estratégicos. Em 1986-1987, como parte de um plano de ajuste estrutural, as autoridades haitianas reduziram as barreiras alfandegárias, de modo que o mercado nacional foi rapidamente invadido por produtos estrangeiros altamente subsidiados, principalmente provenientes dos Estados Unidos. Seguindo um programa assinado com o FMI em 1995, as taxas alfandegárias sobre o arroz caíram de 35% para 3% para o arroz de Miami. A queda das taxas alfandegárias levou à descapitalização dos pequenos agricultores e transformou o país, que era autossuficiente até a década de 1980, em um importador de arroz. Em 2008, o Haiti importou 82% de seu consumo de arroz (Perchellet, 2010, p. 3). Segundo Beausejour (2001, p. 17), o arroz importado era vendido a 1,25 gourdes por libra no início da abertura do mercado haitiano. Este mesmo arroz estava sendo vendido, em setembro de 2021, o pote de seis libras, a 300 gourdes. Durante o mês de outubro, registrou-se um ligeiro aumento, subindo para 306 gourdes (2%), um nível inferior, no entanto, ao preço médio observado a nível nacional durante o mesmo período de 337 gourdes (FEWS NET, 2021, p. 8).

Neste sentido, a produção agrícola começa a perder sua capacidade de alimentar

as populações haitianas, o que leva a uma grande importação de alimentos no país. Segundo dados da FAO, a produção agrícola per capita caiu entre 1980 e 1994, para se estabilizar a partir de então. O déficit foi compensado pelas importações de produtos alimentícios, que aumentaram 8,5% de 1981 a 1984, com um pico de 32% em 1996 (MARNDR, 2011, p. 12). Para Lamaute-Brisson (2013), as importações passaram a representar, a preços constantes, mais de 50% da oferta total em 2000 e cerca de 60% em 2011 (Lamaute-Brisson, 2013, p. 9). Neste contexto, a política do programa neoliberalista para a liberação do comércio não atingiu um resultado positivo no Haiti, mas contribuiu para a destruição do setor agrícola, principalmente da produção de arroz pelos Estados Unidos.

Em 2010, o ex-presidente Bill Clinton pediu desculpas publicamente por forçar o Haiti a reduzir as tarifas sobre o arroz subsidiado importado dos EUA durante seu governo. A medida acabou com o cultivo de arroz e prejudicou seriamente a capacidade do Haiti de ser autossuficiente. Em 2010, Bill Clinton disse:

Desde 1981, os Estados Unidos mantêm essa política, e só no ano passado começamos a repensar se países ricos como o nosso, que produzem muitos alimentos, deveriam vender esses alimentos aos países pobres e aliviá-los do fardo de produzir seus próprios, com a intenção de que eles possam pular direto para a era industrial. Não funcionou. Pode ter sido bom para alguns de meus fazendeiros no Arkansas, mas não deu certo. Foi um erro. Foi um erro do qual eu fiz parte. Eu tenho que viver todos os dias com as consequências da perda de capacidade do Haiti de produzir uma safra de arroz suficiente para alimentar sua própria população, por causa do que eu fiz. Nada mais (Nova York, Democracy Now, 11 de outubro de 2016).

Por isso, de acordo com o Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR, 2011, p. 12), “o aumento crescente da importação de produtos alimentares tem contribuído para a deterioração da balança comercial, para o aumento da inflação, para a depreciação do gourde – reforçada pelos déficits orçamentários acumulados – e, conseqüentemente, para o aumento do preço dos produtos importados”. Apesar de tudo, o setor agrícola do Haiti continua a se deteriorar cada vez mais.

Segundo dados do IHSI (2021), o valor agregado do ramo Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pesca, estimado em cerca de 99,5 bilhões de gourdes a preços constantes, voltou a diminuir (-4,1%) em relação ao ano anterior, quando atingiu 103,8 bilhões de gourdes. Como exemplo, a produção de arroz cresceu 6,1%, enquanto outros

cereais, como milho e sorgo, diminuíram em média -12,9%, contra -8,5% em 2020. Também houve queda nos tubérculos, -5,6% contra -1,4% em 2020, com exceção do inhame, que teve um bom desempenho com um crescimento positivo de 21,0%. Isso demonstra um investimento insuficiente no setor:

1) Redução das terras aráveis devido à proliferação de construções anárquicas; 2) Falta e inadequação do crédito concedido ao setor; 3) Uma redução na ajuda para grupos de agricultores por meio da concessão de ferramentas e sementes agrícolas no âmbito de programas destinados ao fortalecimento da produção agrícola, como o Programa de Intensificação Agrícola (PIA), bem como outros projetos incluídos no Programa denominado Plano Nacional de Investimento Agrícola 2016-2021 (PNIA 2016-2021) (IHSI, 2021, p. 9-10).

Segundo VNE, membro do movimento PLADDAA, a agricultura é a única forma de os camponeses ganharem dinheiro, mas é um setor que se deteriora dia a dia, porque temos problemas com água, sementes de qualidade, comercialização, fertilizantes e ferramentas agrícolas. Um agricultor membro do movimento Tèt Kole Ti Peyizan argumentou que o Estado não intervém para nos ajudar; temos problemas de equipamento, não temos crédito, temos dificuldades de mão de obra. Segundo estudo realizado na seção de Liancourt, um dos problemas mencionados pelos agricultores é a irrigação e a falta de promoção do uso de tecnologias apropriadas para a produção agrícola local. Um agricultor argumentou da seguinte forma:

O problema mais marcante é a falta de água para irrigação. Para aliviar essa situação, o Estado construiu uma bomba de irrigação para nós, mas ela falhou por algum tempo e ainda não a consertamos. Os materiais que temos são facão, enxada e faca 'digo' (coteau-digo). Para melhorar esta agricultura rudimentar, precisamos de ferramentas mais modernizadas (AIMABLE, 2018, p. 39-40).

Isso mostra que, até hoje, a condição dos camponeses não melhorou. Não há uma política pública eficaz para isso, e a maioria dos agricultores do país enfrenta os mesmos problemas para produzir alimentos. De acordo com Dufumier (1988), o Estado haitiano nunca aceitou o desenvolvimento de uma economia camponesa baseada na existência de pequenas fazendas familiares comerciais (Dufumier, 1988, p. 28). Após o terremoto de 2010 que devastou o país, o MARNDR elaborou um documento de política de desenvolvimento agrícola 2010-2025 com o objetivo de melhorar o desenvolvimento agrícola do país. O projeto teve o apoio financeiro da União Europeia por meio do projeto, e o documento resultante da política setorial 2010-2025 destaca todos os problemas estruturais do setor (MARND, 2011). Segundo MML, Coordenador do MPP:

O Estado deve investir em programas de políticas públicas e equipamentos adaptados à nossa própria realidade, e não com grandes máquinas, porque o Haiti é 75% montanhoso e 25% plano. Além disso, temos 75% das montanhas e capacidade para produzir alimentos para nossos 12 milhões de habitantes. Embora tenhamos um território de 27 mil quilômetros quadrados, temos capacidade de produzir para alimentar o país. De acordo com um estudo da FAO realizado nas Planícies des Cayes nos anos 90-92, apenas as Planícies des Cayes podem produzir alimentos suficientes para alimentar 12 milhões de habitantes e vendê-los no exterior, sem falar da planície de Artibonite. A Planície des Cayes tem uma produção variada, como milho, arroz, sorgo e feijão, o que significa que, se o governo investir neste espaço, isso permitirá ao país se alimentar e vender para o exterior (MML, MAIO, 2022).

Ao nível dos bancos, o crédito ao setor agrícola quase nunca ultrapassou 2% do volume total dos empréstimos bancários, e limita-se geralmente ao financiamento da colheita ou comercialização, e não à produção (MARNDR, 2016, p. 18). Infelizmente, até agora, o setor agrícola tornou-se cada vez mais precário, e a população não tem segurança alimentar suficiente para ter uma vida melhor e saudável.

Na entrevista, um membro do movimento MPP argumenta que a prática da agroecologia e da soberania alimentar é uma das formas de resistência dos camponeses frente aos projetos neoliberalistas. Para ele, a agroecologia é o respeito pelos recursos, pela biodiversidade e pela vida. Praticamos agroecologia na produção para a saúde e proteção da natureza, porque todos os dados mostram que, devido às mudanças climáticas, a agroecologia é considerada uma alternativa. Por isso,

a estratégia deste movimento é educar o povo para praticar a agricultura familiar e agroecológica, que respeite todos os seus recursos e faça uma gestão racional desses recursos, sem explorá-los. Praticar a agroecologia é respeitar a vida, a saúde e a proteção da natureza, pois todos os dados mostram que a alternativa às mudanças climáticas é a prática da agroecologia. Até os especialistas da ONU reconhecem que a alternativa é praticar a agroecologia (MML, MAIO, 2022).

Para FY (ARL), a prática da agroecologia é importante porque é boa para a saúde. A saúde é um direito em todos os países, por isso, devemos praticar agroecologia para ter um solo saudável. Isso é nossa força.

Na visão de VNE, uma das formas de resistência é estabelecer alianças com organizações que compartilham a mesma luta. Através de oficinas, buscamos refletir sobre essas questões, destacando a parceria com a escola política Charlemagne Peralte no Planalto Central e a organização 4 JE, que inclui o MPP, Tèt kole TiPeyizan, PAPDA e PLAODAA, entre outros aliados com os quais tentamos refletir de forma conjunta. Argumenta seguinte:

Às vezes, realizamos protestos bloqueando ruas, frequentemente fazemos discussões com a imprensa, mas continuamos a oferecer treinamento. Para resistir desde 2017, é preciso disposição e treinamento, para que as pessoas tomem consciência de que fizemos alianças com outras organizações. Quando há atividades, participamos de seus treinamentos, fazemos taxas anuais quando realizamos atividades. Este ano, por exemplo, vamos organizar um festival de suco de manga, com pessoas de organizações que doam 1000 gourdes. Por enquanto, temos poucas instituições que têm acordos financeiros conosco para ajudar e doar, mas estamos sempre contribuindo com nossos próprios recursos, a não ser quando participamos de um sorteio de canal na ODVA, que é de 3000 gourdes, ou da Fundação Haiti PHP, que nos deu 60 kits higiênicos durante a pandemia de Covid-19. O PAPDA também apoia a escola política Charlemagne Peralte, que forma pessoas para nós (VNE, Junho, 2022).

FDP, membro do movimento MPA, defende a agroecologia como uma solução essencial para proteger o solo, promover alimentos saudáveis, preservar o meio ambiente e resistir às mudanças climáticas. Para ele, ela garante a sustentabilidade da agricultura familiar, enfrentando desafios como a invasão de alimentos estrangeiros e a migração rural, além de ser uma alternativa às grandes propriedades de terra, beneficiando camponeses com recursos limitados. Há quatro motivos principais para praticar a agroecologia:

1) Proteger o solo, evitando o uso de produtos químicos, a fim de prevenir a contaminação. O solo é saudável e não há necessidade de utilizar compostos. 2) Por questões sanitárias, uma vez que os alimentos colhidos são saudáveis. 3) Para proteger o meio ambiente e ajudar a resfriar o planeta. A agroecologia é considerada, na perspectiva da Via Campesina, a única forma de agricultura familiar que pode salvar o planeta. 4) A agroecologia promove a agricultura familiar diversificada, permitindo que os camponeses tenham acesso a produtos o ano todo. Por isso, não praticam latifúndio, que não é adequado para pessoas pobres que não possuem muita terra. Assim, praticam agroecologia. O campesinato deve resistir ao projeto neoliberal, promovendo a agricultura familiar como forma de enfrentar as mudanças climáticas. Quando os camponeses plantam, o sol pode destruir a produção. Além disso, é necessário resistir à invasão de alimentos estrangeiros que competem com a produção local, especialmente os provenientes da República Dominicana. A resistência aos fenômenos migratórios também é essencial, pois muitos jovens e adultos, de 15 a 45-50 anos, não veem mais a terra como uma forma de trabalho, migrando para a República Dominicana ou outros países da América Latina, como Chile, Brasil, Equador, Argentina e México, com o objetivo de chegar aos Estados Unidos, entre outros destinos. Esses fatores contribuíram para a destruição da produção no país. O movimento está promovendo a agricultura para que os camponeses possam trabalhar e buscar uma reforma agrária, especialmente para os sem-terra. Até o momento, a maioria dos camponeses possui pequenas parcelas de terra, insuficientes para sustentar suas famílias (FDP, Maio, 2022).

Os entrevistados destacam a soberania alimentar como uma estratégia essencial de resistência para reduzir a fome no país. Para Doudou, membro do MPA, a soberania

alimentar está intrinsecamente ligada à agroecologia, à agricultura familiar sustentável e ao fortalecimento do consumo de alimentos locais, como forma de garantir a independência alimentar e melhorar a saúde da população. Ele afirma:

A soberania alimentar é autônoma, ou seja, baseia-se em práticas alimentares agroecológicas, na agricultura familiar, sustentável e em todos os processos necessários para garantir a soberania alimentar. Não se pode falar de soberania alimentar sem praticar agroecologia. Por exemplo, se fizermos um congresso ou uma reunião do MPA e as cozinheiras utilizarem produtos do exterior, como frango, peru, arroz, etc., os camponeses não comerão, pois consumimos 100% de comida local e incentivamos isso em nossas casas, para que possamos sempre consumir produtos locais nos seminários que realizamos para eles. Mesmo em nossa cosmovisão, é anormal que um alimento venha da Ásia, quando temos terras agrícolas no país. A menos que o Estado não acredite na produção local, é essencial que os camponeses promovam a soberania alimentar para alcançar a independência, o que terá consequências positivas para nossa saúde, pois sabemos como e onde os alimentos são produzidos. O poder soberano é a autodeterminação do povo e é uma das políticas do MPA (FDP, Maio, 2022).

Para VNE, membro de PLADAA, a soberania alimentar está ligada à Via Campesina, em uma conferência realizada pela Via Campesina em 1993 na Bélgica. Este conceito vai contra o projeto neoliberal, o Banco Mundial e o FMI. Estima-se que, em vez de levar comida para as pessoas ou ajudá-las, é melhor desenvolver a capacidade delas de produzir seus próprios alimentos. A soberania alimentar é a única forma de desenvolver cada país e garantir que as pessoas tenham comida suficiente em casa. Acredito que pode ser uma fórmula para "esfriar o planeta", utilizando métodos agroecológicos que permitem que as pessoas não utilizem produtos químicos que prejudicam o solo. Esses métodos biológicos, como o controle de insetos e plantas adaptadas à realidade de cada país, são benéficos.

O Estado deve se envolver nessa luta, facilitando a integração de todos na agricultura e promovendo a educação para que as pessoas possam produzir seus próprios alimentos nas escolas. Em nosso programa de educação agrícola, ainda estamos recrutando escolas para treinamento de crianças e produzindo hortaliças dentro das escolas, para que, quando precisarem de comida, não precisem ir às compras. A soberania alimentar exige que o estado defina políticas agrícolas nacionais, que protejam o solo, a água, o ar e o planeta, promovendo as melhores práticas agrícolas (VNE, Julho, 2022).

BRJ, membro de Tèt Kole TiPeyizan, defende a agroecologia como chave para a soberania alimentar e sanitária, promovendo saúde, valorização da agricultura

camponesa e redução do consumo de alimentos químicos.

Promover a soberania alimentar através da prática da agroecologia nos permitirá plantar com qualidade e garantir uma vida familiar saudável. Atualmente, há apenas 1 médico para 15 a 20 mil pessoas no país, e em algumas regiões, esse número chega a 20 a 40 mil. Não conseguimos encontrar médicos suficientes para atender a população. Se continuarmos a consumir alimentos baseados em produtos químicos, vamos adoecer, o que torna a soberania sanitária também essencial para nós. Estamos lutando para que a agricultura camponesa tenha valor no fortalecimento do sistema pecuário e agrícola (BRJ, Junho, 2022).

A prática do uso de insumos químicos não é muito forte no Haiti. Os camponeses não têm recursos para investir no setor agrícola, pois os governos não têm um projeto de desenvolvimento rural por meio de políticas públicas para fortalecer a agricultura. Segundo o CNSA e o WFP (2011),

Desde dezembro de 2008, o Estado haitiano subsidia fertilizantes para torná-los mais acessíveis aos pequenos produtores e promover seu uso para aumentar a produtividade agrícola e tornar o setor de arroz mais competitivo. O nível de subsídio estabelecido pelo Estado é alto, da ordem de 80%. Com os subsídios, o consumo de fertilizantes aumentou de 15.000 toneladas em 2008 para 45.000 toneladas em 2010. Cerca de 50% do fertilizante é usado no cultivo de arroz, 25% em hortaliças, 5% em feijão e 15% em outras culturas. Por tipo de fertilizante, a ureia sozinha representa quase metade do estoque (45%), seguida por fertilizantes compostos 20-20-10 (32%) e 12-12-20 (21%). Nacionalmente, Artibonite usa o maior estoque de fertilizantes (56%), enquanto o Departamento Ocidental usa 1/4, principalmente para hortaliças e batatas (CNSA, WFP, 2011, p. 12).

Na opinião de Voltaire (PLADAA), o Haiti não produz fertilizantes, mas tem agricultores que utilizam produtos químicos, embora com baixa taxa, o que causa muitos efeitos negativos no solo. Deveria haver outra política pública que obrigasse o Estado a aplicar outras substâncias no solo para decompor matéria orgânica e resíduos plásticos, principalmente produtos da vida selvagem, permitindo o uso orgânico dos mesmos produtos encontrados no solo, já que os produtos químicos destroem o solo.

MML descreve a abrangência e as práticas sustentáveis promovidas por sua organização regional, que possui milhares de membros engajados no Departamento Central. Ele enfatiza o compromisso com a agricultura orgânica, destacando o uso de técnicas naturais para substituir produtos químicos.

Somos uma organização regional. Hoje, estamos presentes em 35 seções do Departamento Central e em 13 municípios. Em todas essas áreas, temos 61 mil membros, enquanto o Departamento Central possui de 400 a 500 mil pessoas. Não posso dizer que

todos os camponeses praticam agricultura orgânica atualmente, mas todos os membros do MPP e das organizações aliadas a nós não utilizam produtos químicos na agricultura. Por isso, estamos aprendendo a utilizar inseticidas e pesticidas naturais e promovendo treinamentos sobre a produção de composto natural. Preparamos nosso fertilizante junto com os camponeses, utilizando os recursos disponíveis em suas parcelas (MML, Maio, 2022).

AIM, representante dos jovens no movimento Tet Kole TiPeyizan, argumentou: “Somos presentes em todos os departamentos do país (10 departamentos), e nenhum agricultor que faz parte deste movimento utiliza produtos químicos, assim como nos outros movimentos aos quais nos afiliamos”. Para reforçar os argumentos dos entrevistados, dados do CNSA e do WFP mostram que:

Os produtores não usam fertilizantes em jardins crioulos (campos). O sistema radicular profundo das raízes das plantas dos andares superiores mantém a fertilidade dos solos, devolvendo à superfície a matéria orgânica, bem como os elementos minerais extraídos do solo. Na mesma zona agroecológica, ao redor das roças crioulas e nas encostas desmatadas, muitas vezes em encostas íngremes, cultivava-se milho ou milheto em associação com feijão. A área irrigada representa apenas cerca de 5 por cento da área agrícola, ou cerca de 80.000 hectares, dos quais mais de 40 por cento estão concentrados no Vale Artibonite (CNSA, WFP, 201, p. 12).

Por isso, em 4 de junho de 2010, cerca de 10.000 agricultores haitianos marcharam de Papaya a Hinche, no Planalto Central. Eles queimaram vários sacos de sementes de milho híbrido que faziam parte do programa de reconstrução pós-terremoto da Monsanto. Durante a manifestação, os agricultores gritaram slogans como: “Viva o milho local!” e “Os OGMs e as sementes híbridas da Monsanto estão violando a agricultura camponesa!” (ALTERPRESS, 2010). Isso mostra que a maioria dos camponeses não usa os produtos químicos, principalmente os vinculados ao movimento MPP, que busca promover uma agricultura familiar baseada na agroecologia. Hoje, o país enfrenta uma crise alimentar grave, porque

as políticas neoliberais destruíram nossa produção e nossa dieta. Para nós, achamos que o Estado não tem responsabilidade em fortalecer a agricultura. Agora, o resultado é que perdemos produtos como arroz, cana-de-açúcar, coco e sorgo. Tudo isso faz parte da segurança alimentar. Podemos considerar isso um flagelo que está devastando o Haiti porque há fome. Na política de segurança alimentar, você pode ir comprar comida para vender no Haiti sem ter que produzir” (VNE, junho, 2022).

De acordo com o Mouvman Peyizan Papaye, a promoção da soberania alimentar é fundamental para resistir às políticas neoliberais. Essa abordagem baseia-se no autoconsumo, na capacidade de produzir os próprios alimentos e no conhecimento sobre

o que é consumido. Diferentemente da segurança alimentar, que não garante a sustentabilidade da origem dos alimentos, a soberania alimentar busca integrar práticas agroecológicas em pequenas fazendas, como a criação de cabras, abelhas, aves e o desenvolvimento da piscicultura. Além disso, o movimento mantém suas reflexões abertas ao público e a organizações que compartilham a mesma filosofia, contando com apoio internacional para superar a falta de suporte estatal (MULAIRE, maio, 2022; MML, maio, 2022).

Já o representante da PLADAA enfatiza que a soberania alimentar é essencial para o desenvolvimento dos países e para garantir a autossuficiência alimentar. Entre as práticas adotadas, destaca-se a transformação e conservação de sucos de frutas sem o uso de produtos químicos, além do fortalecimento da formação de indivíduos em agroecologia, em parceria com instituições como a Universidade Charlemagne Peralte (VNE, junho, 2022).

Por sua vez, o Movimento Tet Kole TiPeyizan também promove a agroecologia e a agricultura familiar, com atividades como a criação de animais, o cultivo de cana-de-açúcar e a prática do kombit, uma estratégia coletiva que visa aumentar a produtividade agrícola. O movimento reconhece o papel fundamental das mulheres na agricultura e na economia haitiana, especialmente através das redes “*Madan Sara*”, responsáveis pela comercialização de produtos agrícolas locais. Essas comerciantes desempenham atividades de coleta, agrupamento e distribuição, transportando cargas regularmente para mercados urbanos e rurais, muitas vezes utilizando transporte público ou veículos alugados (FEWS NET, 2018, p. 10).

As organizações camponesas entrevistadas no Haiti têm desempenhado um papel crucial na promoção da soberania alimentar como forma de resistência ao neoliberalismo. Através de práticas agroecológicas, como a criação de animais e a agricultura familiar, e da participação ativa das mulheres nas redes de comercialização, essas organizações buscam não apenas garantir a autossuficiência alimentar, mas também reforçar a economia local. No entanto, para superar os desafios estruturais, como a concentração de terras e a pobreza, é essencial que o governo implemente reformas agrárias que promovam a justiça social e o acesso à terra para todos, especialmente para as mulheres e os camponeses. A recuperação e redistribuição das terras subutilizadas seriam passos importantes para garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável do país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, discutimos os diferentes regimes alimentares ao longo da história, destacando como o primeiro e o segundo regimes foram controlados pelos países hegemônicos, enquanto o terceiro, caracterizado pelo regime agroalimentar corporativo, foi impulsionado pelas grandes empresas multinacionais. Este último trouxe impactos negativos significativos para a América Latina, especialmente nas dinâmicas produtivas e de consumo, afetando os camponeses mundialmente.

Problemas globais como fome, degradação ambiental e doenças crônicas estão intimamente relacionados à dominação do sistema capitalista, exacerbada pela Revolução Verde. Como ressaltam Paulus et al. (2001, p. 45), "o desenvolvimento tecnológico da agricultura, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, incorporou um conjunto de tecnologias 'avançadas' ou 'modernas', que aumentaram a produção, mas também provocaram mudanças sociais no campo". Moreira (2000, p. 46-47) complementa ao afirmar que essas tecnologias resultaram em custos crescentes devido ao uso intensivo de recursos e à degradação ambiental.

As entrevistas realizadas revelam que a reforma agrária é um problema estrutural que os camponeses enfrentam desde 1806, com lutas constantes, mas sem soluções eficazes por parte dos governos. O projeto neoliberal no Haiti, especialmente a redução das tarifas alfandegárias, destruiu a produção local, como a de arroz no Artibonite, gerando uma situação de insegurança alimentar generalizada.

Os movimentos camponeses denunciam a falta de apoio estatal e a ausência de políticas públicas adequadas para melhorar as condições de vida e de trabalho no campo. A agricultura, que deveria ser uma fonte de sustento, está sendo cada vez mais prejudicada pela falta de infraestrutura, acesso a crédito e apoio governamental. A entrada de produtos estrangeiros a preços baixos agrava ainda mais essa situação, prejudicando os camponeses.

Além disso, a falta de políticas públicas eficazes no Haiti, em áreas como saúde, economia e agricultura, contribui para a destruição da produção local, principalmente pelo uso de produtos químicos como os da Monsanto. Diante disso, os movimentos

camponeses promovem a agroecologia como uma alternativa sustentável, buscando resistir ao controle das multinacionais e promover a soberania alimentar.

A agroecologia, nesse contexto, é vista como uma ferramenta de resistência contra o poder das grandes corporações e a concentração de terras. Além disso, ela busca preservar as tradições agrícolas e culturais, fundamentais para a sobrevivência dos camponeses. Como afirmado por La Via Campesina, as propostas de soberania alimentar e agroecologia são estratégias contra hegemônicas essenciais para enfrentar a fome e os problemas estruturais do Haiti.

Para resolver esses desafios, é fundamental que o governo do Haiti implemente políticas públicas voltadas para a reforma agrária, o acesso a créditos agrícolas, a criação de centros de sementes e cooperativas, e a implementação de sistemas de irrigação. A promoção de uma política de soberania alimentar baseada em agroecologia pode garantir a produção e consumo local, além de fortalecer a economia rural e melhorar as condições de vida no país.

O fortalecimento da agricultura haitiana é um grande desafio que envolve não apenas questões sociais e ambientais, mas também políticas. O futuro do Haiti depende da criação de um sistema agrícola que valorize as condições locais, incentive a participação ativa dos camponeses e preserve os recursos naturais. Para isso, é urgente que os governos adotem políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento rural sustentável, promovendo uma verdadeira soberania alimentar no país.

REFERÊNCIAS

Abramovay, Ricardo (1990). **De CAMPONES A AGRICULTORES: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**, Campinas. Disponível em:

“http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280654/1/Abramovay_Ricardo_D.pdf”. Acesso em: “03/08/2020”.

Aimable, Idege. (2018) **(IN) Segurança alimentar no Haiti: um estudo de caso sobre Liancourt**, Artibonite, Haiti (TCC), 69p.

Alpha, Arlène e al (2012). **Etude d’impact de l’Accord de Partenariat Economique**. Cariforum-UE pour la République d’Haïti. MCI.

Ardouin, N. C. C (1865). **Essais sur l’histoire d’Haïti**, Port-au-Prince.

Altieri M. A. (1999). **AGROECOLOGIA Bases científicas para uma agricultura sustentável**.

Altieri, M (2004). **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. - 4 ed - Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Altieri, M. (2009). **Vertientes del pensamiento agroecológico: Fundamentos y aplicaciones**. Medellín: Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA); 2009. Disponível

em: “<http://media.utp.edu.co/centro-gestion-ambiental/archivos/documentos-relacionados-con-agroecologia-seguridad-y-soberania-alimentaria/vertientes-del-pensamiento-agroecologico-fundamentos-y-aplicaciones.pdf>”.

Altineus, Francky (2015). **Espaces agraires en Haïti : structure foncière et production du riz dans le département Artibonite** / Francky Altineus. – Campinas, SP : [s.n.].

Anderson, Perry (2000). **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 5a ed. São Paulo: Paz e Terra, p.9-23.

Bartra, Armando (2015). **Coletânea no 21 - Economia Política do Campesinato**.

Banque de la République d’Haïti. **Rapport annuel 2006**, 127 p.

BM. Haïti: **Développement, recherche, données, 2021**. Disponível em: <https://www.banquemondiale.org/fr/country/haiti/overview#1>

Beausejour, Pierre Jameson (2016). **L’agriculture en Haïti**. Haïti, Port-au-Prince, Édition numérique réalisée le 27 novembre 2016 à Chicoutimi, Ville de Saguenay, Québec.

Belik. W (2010). **Desenvolvimento Territorial e Soberania Alimentar**, 2010.

Belik, W. **Desenvolvimento territorial e soberania alimentar**. In. ALMEIDA FILHO, N. RAMOS, P.(orgs). **Segurança alimentar: produção agrícola e Desenvolvimento territorial**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

Bernstein, H. (2011). **A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização**. Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 52–81.

Bernstein, H. (2016). **Agrarian political economy and modern world capitalism: the contributions of food regime analysis**. The Journal of Peasant Studies, 43(3), 611–647. doi:10.1080/03066150.2015.1101456.

Bernadin, Ernst A. (1994). *L'Espace rural haïtien*. Collection les Classiques de L'Université, vol.2, Avril 1994.

Beverly, Bell, In Haiti, Land Reform as a Pillar of Reconstruction. Mar 3, 2011, Updated May 25, 2011. Disponível em: "https://www.huffpost.com/entry/in-haiti-land-reform-as-pillar-reconstruction_b_830878". Acesso em: "14/07/2022".

Beausejour, Pierre Jameson (2016). **L'agriculture en Haïti**. Une collection développée en collaboration avec la Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec à Chicoutimi;

BLANCPAIN, François (2003). **La condition des paysans haïtiens: du code noir aux codes ruraux**, paris, Karthala, introduction. DESHOMMES, Fritz, op. cit., p. 157.

BTRADE, Haïti : **Profil commercial**. Mai 2022. Disponível em: "<https://www.btrade.ma/fr/observer-les-pays/haiti/echanger-3>", Acesso em: "19/07/2022"

BRISSON, Gerald (1968). **Les relations agraires dans l'Haïti contemporaine**. Port-au-Prince.

Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. (2002) **Análise Multidimensional da Sustentabilidade. Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Agroecología e Desenvolvimento Rural Sustentable**, v. 3, no 3, 2002, pp. 70-85

Caporal, F. R.; Costabeber, J. A (2004). **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 1. 24p

Caporal, F. R (2013). **Aprendendo, fazendo, conhecendo**. Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia, v.10, n.3. Rio de Janeiro.

Casado, G.; Molina, M.G.; Guzmán, E.S (2000). **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa.

Castor, Suzy (2019). **Les origines de la structure agraire en Haïti**. Édition numérique réalisée le 7 août à Chicoutimi, Québec.

Castor, Suzy . **L'occupation américaine d'Haïti**. Port-au-Prince, Haïti : une publication du CRESFED (Centre de recherche et de formation économique et sociale pour le développement), 3e édition française, 1988, 320 pp. Édition numérique réalisée le 31 août 2019 à Chicoutimi, Québec.

Casimir, Jean. **La culture opprimée**, Delmas, Le presses de l'Imprimerie Lakay, 2001.

CFDT-TERRE SOLIDAIRE, C.-T. S. (2008). **Données sur l'agriculture et la crise alimentaire**.

Disponível

em: <https://ccfd-terresolidaire.org/haiti-donnees-sur-lagriculture-et-la-crise-alimentaire/>.

CIR, (Carde intégré renforcé). **Opportunités dans le secteur agricole et objectifs prioritaires**. Disponível em: "<https://cir.ht/agriculture.php>". Acesso em: "20/07/2022".

CNSA/MARNDR. **Panier alimentaire et conditions de sécurité alimentaire**. Bulletin # 1; Février 2022. Disponível

em:

“https://www.cnsahaiti.org/Web/Food_Basket/2022/Foodbasket%20final%20f%C3%A9vrier%2021022022.pdf”. Acesso em: “20/07/2022”.

CNSA. **Situation actuelle de la sécurité alimentaire**. Disponível em: <https://www.cnsahaiti.org/alerte-sur-la-situation-de-la-securite-alimentaire-proposition-de-positions-daction-mars-juin-2022/>. Acesso em: “20/07/2022”.

Conti, Irio Luiz (2009). **Segurança alimentar e nutricional: noções básicas** / Irio Luiz Conti. – Passo Fundo: IFIBE, 62 p.; 25 cm. – (GenteSAN ; 1). Disponível em: “<https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/documentos/arquivos/conceitosbasicos%20SAN.pdf>”. Acesso em: “20/07/2022”.

Coca, Estevan L.F. (2016). **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil : o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá** / Estevan Leopoldo de Freitas Coca. - Presidente Prudente : [s.n.], 357 f. : il.

Cohen, Marc J. et Tonny Joseph (dir.) (2014). **Agriculture et reconstruction : Défis, enjeux et perspectives de l’agriculture haïtienne**, 2014. Port-au-Prince: Editions de l’Université de l’Etat d’Haïti

Cohen, Marc J. (2014). **Adaptation aux changements climatiques : Le cas d’Haïti**, UNIVERSITÉ DE MONTRÉAL/ OXFAM AMERICA, RAPPORTS DE RECHERCHE OXFAM.

Colbert, Ronald (2010). **Reconstruction : Des semences hybrides qui risquent de renforcer la dépendance d’Haïti**. 11 juin 2010. Disponível em: “<https://www.alterpresse.org/spip.php?article9594>”. Acesso em: “18/07/2022”.

Commission européenne (2014). **European Union, Trade in goods with Haiti**. Disponível em: “https://webgate.ec.europa.eu/isdb_results/factsheets/country/details_haiti_en.pdf”. Acesso em: “10/07/2022”.

Corten, André (2001). **Misère et politique en Haïti**. Karthala, Collection Hommes et Femmes.

Declaración III **Conferencia especial para la soberanía alimentaria por los derechos y por la vida**, Buenos Aires, 2012. Disponível em: “https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Declaracion_III_Conf_mov_sociales_x_s_ob_alimentaria.pdf”. Acesso em: “20/07/2022”.

Davis, Harold (1938). **Black Democracy. The Story of Haiti** New York, Mc Veah-The Dial Press.

Delgado, G (2014). **Questão agrária hoje**. Revista da ABRA, ano 35, v. 1, n. 2, p. 27-40.

Deshommes, Fritz (1995). **Néolibéralisme, crise économique et alternative de développement**. 2ème édition, Presses de l’Imprimeur II.

Déjoie, Joseph (2003). **Haïti et le Développement**. Imprimerie Henri Deschamps, Port-au-Prince, Mai 2003.

Desmarais, A (2007). **La Via Campesina: Globalization and the Power of peasants**. Halifax: Fernwood Publishing, 256p.

Dufumier, Marc (1987). **Quelles options pour l'agriculture en Haïti**, in. « Conjonction », P-au-P, 1987, no 172. P.31.

Dufumier, Marc (1988). **Pénurie alimentaire, agriculture paysanne et politique agricole en Haïti**. In: **Économie rurale**. N°188, 1988. pp. 26-31.; Disponivel em: https://www.persee.fr/docAsPDF/ecoru_0013-0559_1988_num_188_1_3938.pdf

Dorvilier, F. (2007). **Apprentissage organisationnel et dynamique de développement local en Haïti : proposition d'une intelligibilité en termes de production d'un nouvel ordre territorial**. Thèse, Faculté des sciences économiques, sociales et politiques, Université Catholique de Louvain.

Ellis. F; Biggs. S (2005). **La Evolución de los Temas Relacionados al Desarrollo Rural: desde la década de los años 1950 al 2000**. v. 7, n. 1, p. 60-69.

FAO, **FAO à Haiti**, 2022. Disponivel em: <https://www.fao.org/haiti/fao-en-haiti/le-pays-en-un-coup-doeil/zh/>". Acesso em: "20/07/2022".

FEWS NET (Famine Early Warning Systems Network). **HAÏTI Perspectives de l'offre et du marché de céréales**. 30 décembre 2021. Disponivel em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/HT-SMO-202112.pdf>

FEWS NET. **Haïti les fondamentaux du marché des denrées de mars 2018**. Disponivel em: http://cir.ht/documents/CNUCED_Rapport_Projet_d_etude_politique_commerciale_final_2_4_oct_2018.pdf". Acesso em: "20/07/2022".

Levy, Michael (2001). **Conflits terriens et réforme agraire dans la plaine de l'Artibonite (Haïti)**.

Ladouceur, Rosny (2018). **USA, première et plus grande destination des produits exportés d'Haïti**. August 18, 2018. Disponivel em: <https://haiti.loopnews.com/content/usapremiere-et-plus-grande-destination-des-produits-haitiens-exportes>". Acesso em: "20/07/2022".

Lòrez, Carolina (2016). **Haití: las políticas comerciales de Bill Clinton destruyeron el cultivo de arroz y hoy Haití enfrenta la hambruna tras el paso del huracán**, traducido por Carolina Flórez y editado por Democracy Now! en Español.

Francisque, Edouard (1986). **La structure économique et sociale. Haïti**. Imprimerie Henri Deschamps.

Fonseca, J. J. S (2002). **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, Apostila. Disponivel em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>". Acesso em: "10/05/2020".

Friedmann, H. (n.d.) (2005). **From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes**. Research in Rural Sociology and Development, p. 227–264.

- Friedmann, H. (2009). **Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays.** *Agriculture and Human Values*, 26(4), 335–344.
- Friedmann, H (1993). **The political economy of food: a global crises.** *New Left Review*, London, n.197, p. 29-57, jan./feb., 1993.
- Friedmann, H., & McMICHAEL, P. (1989). **AGRICULTURE AND THE STATE.**
- Frenat, Faniel; Wesz Junior, Valdemar João (2024). Liberalização do mercado no Haiti e seus efeitos sobre a produção de arroz. Artigo original • Rev. NERA 27 (03). Disponível em: “<https://doi.org/10.47946/rnera.v27i3.10409>”. Acesso em: “04/01/2025.
- SYSTEM: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, 29(2), 93–117. doi:10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360
- Gliessman, S. R. (2002). **Agroecologia: procesos ecológicos em agricultura sostenible.** Costa Rica: CATIE.
- Gil, Antonio Carlos (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa -4.ed.-**São Paulo: Atlas, 2002, Guilherme Costa Delgado, A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003.
- Gomes, João Carlos Costa (2011). **As bases epistemológicas.** In: **Princípios e perspectivas da agroecologia**, Francisco Roberto Caporal Edisio Oliveira de Azevedo (Orgs.), 2011.
- Harvey, David (2004). **O neoliberalismo história e implicações.** Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola.
- Harvey, D. (2001). **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume.
- Harold, Joseph Pierre (2013). **Budget 2013-2014 et produits dominicains en Haïti**, AlterPresse, vendredi 16 août. Disponível em: “<https://www.alterpresse.org/spip.php?article15006>”. Acesso em: “20/07/2022”.
- Hecht, Susanna. B. (1999). **La evolución del pensamiento agroecológico**, revista: *Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable*, volumen 4, p 15-30, Editorial Nordan-Comunidad.
- Kageyama, Angela (2004). **Desenvolvimento rural: conceito e medida.** *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. Disponível em: “<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/109096/1/DESENVOLVIMENTO-RURAL.pdf>”. Acesso em: “20/07/2022”.
- IHSI, **(Institut haïtien de statistique et d’informatique)**, 2021. Disponível em: “<https://ihsi.ayiti.digital/indicator-population>”. Acesso em: “20/07/2022”.
- IHSI, **(Institut haïtien de statistique et d’informatique).** **Les comptes économiques en 2021.** Direction des statistiques économiques (DSE). Décembre 2021.
- IFAD, **Haiti.** Disponível em: “ <https://www.ifad.org/fr/web/operations/w/pays/haiti>”. Acesso em: “20/07/2022”.
- IPC. **Haiti: Acute Food Insecurity Situation August 2020 - February 2021 and Projection for March - June 2021.** Disponível em: “<https://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/details-map/en/c/1152816/>”. Acesso em: “20/07/2022”.

Jean Baptiste Bonny (2007). **Libéralisation commerciale et production agricole: le cas du riz en Haïti**. Disponível em: “<http://www.papda.org/Liberalisation-commerciale-et>”.

Jocelyn, Yves Hervé (1994). **Cadastre et réforme agraire**. Université d'Etat d'Haïti, Facultés de Droit et des Sciences économique, Port-au-Prince, Haïti.

Kageyama, A (2006). **Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

Marx, Karl (1973). **O Capital**. Tome I, 1973. In: **Teorias do Desenvolvimento capitalista na Agricultura**, Coletânea de textos da ENFF.

Karl, Kautsky (1968). **A questão Agrária**. In: **Teorias do Desenvolvimento capitalista na Agricultura**. Coletânea de textos da ENFF n o 03. Outubro.

La Loi HOPE Note préparée par le Département du Commerce et du Tourisme de l'OEAA le 14 mai 2018. Disponível em: “http://ctrc.sice.oas.org/TRC/Articles/Haiti/HOPE-DTT_2008.pdf”. Acesso em: “20/07/2022”.

Latortue, François (1998). **L'Économie rurale et les problèmes de développement en Haïti**. L'Imprimeur II, Port-au-Prince, Haïti.

Lamaute-Brisson, Nathalie (2013). **Systèmes de protection sociale en Amérique latine et dans les Caraïbes: Haïti**. Nations Unies. Imprimé aux Nations Unies, Santiago du Chili.

Labelle, Micheline (1988). **Les revendications «noires» dans le mouvement 1946**. In: **Pouvoir noir en Haïti: L'explosion de 1946**. Sous la dir. de Frantz Voltaire, Montréal, CIDIHCA, p. 133-154.

Leff, Enrique (2002). **Agroecologia e saber ambiental, Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent**. Porto Alegre, v.3 n.1.jan/mar.

Lévy, Michael (2001). **Conflits terriens et réforme agraire dans la plaine de l'Artibonite (Haïti)**. In: **Cahiers des Amériques Latines**. Disponível em: “<https://doi.org/10.4000/cal.6591>”. Acesso em: “14/07/2022”.

Maluf, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. (1996). **Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil**. Revista Cadernos de Debate, Vol. IV. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, Campinas, p. 66-88.

Marques, P.E.M (2010). **Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes**. Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010.

Disponível em: “<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634795/2714>”. Acesso em: “11/05/2020”.

MARNDR. **Ministério da Agricultura, Recursos, Desenvolvimento Natural e Rural, Recensement général de l'agriculture**, Damien, Haïti Avril 2012 , 211p.

MARNDR, **Ministério da Agricultura, Recursos desenvolvimento Natural e Rural** Mars 2013 Programme Triennal de Relance Agricole 2013-2016. Disponível em:

“https://agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/ProgrammeTriennalRelanceAgricole_LIVRET_0718.pdf”. Acesso em: “14/05/2020”.

MARNDR, **Haiti : Plan National D'investissement Agricole (PNIA 2016-2021)**. Novembre 2016.

Manigat Leslie F. (2001). **Éventail d'histoire vivante d'Haïti. Des préludes à la révolution de Saint-Domingue jusqu'à nos jours (1789-1999). Une contribution à la « Nouvelle-Histoire » Haïtienne**. Traité d'Histoire d'Haïti. Études de quelques 65 conjonctures-problèmes dans l'évolution du peuple haïtien en quatre (4) tomes, Collection du CHUDAC, Port-au-Prince, Haïti.

MCI (2010). **Haïti revue diagnostique évolutive et intégrée du commerce et de l'investissement**. Projet CIR-Haïti Version finale.

Meirelles, L (2004). **Soberania alimentar, agroecologia e mercados**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia: AS-PTA- Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, v.1, n.0, p.11-14.

Menezes, F. (2001). **Segurança alimentar: um conceito em disputa e construção**. Rio de Janeiro, IBASE. 2001.

Mervil, Ronel (2014). **Diagnóstico de la tenencia de la tierra rural en Haití. Universidad de Chile, facultad de ciencias físicas y matemáticas departamento de ingeniería industrial**. Santiago de Chile.

McMichael, P. (2013). **Food regimes and agrarian questions**. Halifax, NS: Fernwood.

McMichael, P. (2015). **Regímenes alimentarios y cuestiones agrarias=Food Regimes and Agrarian Questions**.1a ed. [Zacatecas,Zac]: Universidad Autonoma de Zacatecas.Red Internacional de Migración y Desarrollo; México, D.F: Miguel Ángel Porrúa, 258p.

McMichael, P. (2016). **Commentary: Food regime for thought**. The Journal of Peasant Studies, Hague, v. 43, n. 3, p. 648–670.

Minayo, M. C. de S. (2001) (Org.). et al. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Moreira, R. J. (2000). **Críticas ambientalistas à Revolução Verde**. Estudos, Rio de Janeiro. “https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/292380/mod_resource/content/0/176-432-1-PB.pdf”. Acesso em: “11/05/2020”.

Montas, Raymond (2003). **HAÏTI: Les causes de l'augmentation de la pauvreté entre 1981 et 2003**. Cadre Coopération Intérimaire (CCI).

Monique, Terrier e al (2017). **CIAT,Comité Interministériel d'Aménagement du Territoire**, Atlas des menaces naturelles en Haïti.

Moral P. (1978). **Le paysan haïtien. Étude sur la vie rurale en Haïti**, Port-au-Prince, Les Editions Fardin, 1978.

Nyéléni, Selingue (2007). Declaração de Nyéléni fórum mundial pela soberania alimentar. Mali, Quarta-feira 28 de fevereiro.

Navarro, Z. Desenvolvimento rural brasileiro: os limites do passado e os caminhos

do futuro. Revista Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001. Disponível em: “<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>”. Acesso em: “17/ 11/2019”.

Navarro, Z. (2002). O Brasil precisa da reforma agrária? Jornal Muito Mais, São Paulo, p. 5, 15 de jan. 2002.

OCHA, **Aperçu des besoins humanitaires en Haïti**. 2021.

OFPRA (2014). **La réforme agraire dans la région de l’Artibonite Conflits fonciers dans la commune de Marchands-Dessalines en 2013**. 15 Septembre, 2014. Disponível em: “https://ofpra.gouv.fr/libraries/pdf.js/web/viewer.html?file=/sites/default/files/ofpra_flora/1409_hti_conflit_foncier.pdf”. Acesso em: “04/01/2025”.

Oliveira, A.U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Disponível em:

“http://gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>”. Acesso em: “20/ 11/2019”.

OPNES, **Observatoire National de la Pauvreté et de l’Exclusion Sociale, Haïti, Investir dans l’humain pour combattre la pauvreté**. 2014. Disponível em: “<https://haiti.un.org/sites/default/files/201811/FR%20BANQUE%20MUNDIEL%20INVESTIR%20HAITI.pdf>”. Acesso em: “11/05/2020”.

PAPDA, **Crise alimentaire et les défis de la relance agricole en Haïti: Quelles réponses aujourd’hui?**, page 9, septembre 2010.

Perchellet, Sophie (2010). **Construire ou reconstruire Haïti?** 12 septembre.

Pedro dos Reis Filho, Antônio (2017). **Organismos Geneticamente Modificados**. UNIOESTE.

Pierre-Charles, Gérard (1993). **L’économie haïtienne et sa voie de développement**. Edition Henri Deschamps, 1993, 258 pages.

PNSAN (2020). **Plan National de Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle (2010–2025), Agriculture intelligente pour la nutrition en Haïti**. Disponível em: “<https://documents1.worldbank.org/curated/en/798501597204647137/pdf/Nutrition-Smart-Agriculture-in-Haiti.pdf>”. Acesso em: “11/05/2020”.

PSNSSANH (2018). **Politique et Strategie nationales et souveraineté alimentaires et de nutrition en Haïti**. Volume I, Port-au-prince, 17 juin 2018

PNUD (2020). **La prochaine frontière : le développement humain et l’Anthropocène.Rapport sur le développement humain**. Disponível em: “<https://www.haitilibre.com/docs/DH-2020-HTI-FR.pdf>”. Acesso em: “11/05/2020”.

PRIMATURE (2018). **Politique et Stratégie Nationales de Souveraineté et Sécurité Alimentaires et de Nutrition en Haïti (PSNSSANH)**. Document de politique, Volume 1. Port-au-Prince. Disponível em: “<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/hai209018.pdf>”. Acesso em: “17/07/2022”.

Rose-mie, Léonard (2003). **L'indépendance d'Haïti perceptions aux Etats Unidos, 1804-1864**. In: Outres-mers, tome 90, no 340-341, 2e semestre. Haïti première republique noir. pp.207-225.

Rosset, Peter (2003). **Soberanía Alimentaria: Reclamo Mundial del Movimiento Campesino**. Traducido por Adriana Latrónico y María Elena Martínez de: Rosset, Peter. 2003. "Food Sovereignty: Global Rallying Cry of Farmer Movements." Institute for Food and Development Policy Backgrounder vol. 9, no. 4, Fall 2003, 4 pp.

Sevilla-Guzmán, E. (2001). **As Bases sociológicas**. In: **Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, 1., 2001, Botucatu. Anais...CD.

Schachet, Carol (2010). **Miami Rice The Business of Disaster in Haiti**. Dezembro,9. Disponível

em:

<https://grassrootsonline.org/pt/in-the-news/newsarticlesmiami-rice-business-disaster-haiti/>". Acesso em: "20/ 11/2019".

Schmidt M. H. (1956). **1915-1934 : Garde d'Haïti: Twenty Years of Organization and Training by the United States Marines Corps**, Maryland Annapolis, The United States Naval Institute.

Schneider, S. (2010). Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, v. 30, p. 511-531.

Sainsine, Yves (2007). **Mondialisation, développement et paysans en Haïti: proposition d'une approche en termes de résistance**. Université Catholique de Louvain Faculté des Sciences Economiques Sociales et Politiques Département des Sciences de la Population et du Développement Institut d'Etudes du Développement.

Seguy, Franck (2014). **A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti**. Campinas, SP:[s.n.].

Sen, Amartya (2000). **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Siliprandi, E. (2001). **É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje? Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n.4, p.16-19. Disponível em: ["http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n4/revista_agroecologia_ano2_num4_parte05_opiniao.pdf"](http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n4/revista_agroecologia_ano2_num4_parte05_opiniao.pdf). Acesso em: "11/05/2020".

Antonio, Thomaz J. (2007). **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil**, REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES.Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Disponível em: ["http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24546.htm"](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24546.htm). Acesso em: "20/ 07/2022".

Thomas, Frédéric (2014). **Haïti: un modèle de développement anti-paysan**, 15 Décembre, Cetri.

Thomas, Frédéric (2015). **Haïti Un modèle de développement anti-paysan**. Bruselas : Entraide et Fraternité.

Voltaire, Frantz (1964). **Mourir pour Haïti. La résistance à la dictature en 1964.** Bibliothèque nationale du Québec, Bibliothèque nationale du Canada. LES ÉDITIONS DU CIDIHCA 430, rue Sainte-Hélène, bureau 401 Montréal QC H2Y 2K7 Canada.

Vil, Anderson (2017). **Et si Matthew n'était pas le seul responsable de l'insécurité alimentaire en Haïti.** Chicoutimi : Les Classiques des sciences sociales, 8 pp. Texte inédit. Édition numérique réalisée le 3 septembre 2017 à Chicoutimi, Ville de Saguenay, Québec.

Wallerstein, Immanuel (2010). **Análise de sistema-mundo. Una introducción.** Tradução, Carlos Daniel Shroeder. Edição Espanhol.

Wolf E. (1974). **Les guerres paysannes du vingtième siècle.** Traduit de l'anglais par M.C. Giraud, Paris, François Maspero, WOLF.

Windfuhr, Michael ; Jonsén, Jennie (2005). **Soberanía Alimentaria. Hacia la democracia en sistemas alimentarios locales.** Traducción de Polly Castañeda. Edición ITDG.

Ziegler, Jean (2012). **Destruição massiva: geopolítica da fome.** Tradução de José. Paulo Netto, Cortez Editora, São Paulo, 2012. Disponível em: "<https://florestasdefuturo.files.wordpress.com/2013/06/geopolitica-da-fome.pdf>>". Acesso em: 20/06/2022.

Apêndice 1 – Questionário semi-estruturado em Crioulo**Apêndice 2 – Questionário semi-estruturado traduzido para português****Entrevistador : Idege Aimable – Estudante de mestrado no PPGADR/UFFS****1. Identificação (Departamento / Cidade; Data da entrevista; Nome da Organização; Nome do respondente; Idade e Onde você vive).****2- Questão**

1. Você pode nos contar sobre a história da organização e os desafios que enfrentamos para alcançar objetivo?
2. Como é a agricultura no país atualmente ?
3. Qual o impacto do projeto neoliberal tem na agricultura do país e sob os camponeses?
4. Qual é o papel da sua organização na luta e resistência frente aos projetos que o governo está constantemente assinando com estrangeiros ?
5. Como entendem a soberania alimentar?
6. Qual é a estratégia da organização para alcançar a soberania alimentar?
7. O que você entende sobre agroecologia?
8. Quais são as vantagens de praticar a agroecologia?

- a) () saúde para os camponeses e toda a população; b) () produtos que tem qualidade?; c) () proteger a natureza? d) () É para ganhar mais dinheiro?
9. A agroecologia não é uma alternativa para combater projetos neoliberais e capitalistas na agricultura do país e como a organização compreende isso?
10. A organização afiliada com outra organização ?
11. A organização recebe assistência do Estado como (crédito, assistência técnica, veículos, equipamentos, jurídico, etc.)
12. O que você acha que precisa ser feito para melhorar as condições dos camponeses?
13. Que atividades fazem para manter a organização viva?
14. Você pode contar sua posição na organização e comentar sobre a situação no país, como fome, insegurança e outras questões que achar relevante?

Moun kap fè entèvyou ak òganizasyon an : Idege Aimable – Elèv Metriz nan PPGADRS/UFFS

1. Idantifikasyon

Depatman/vil: Dat:

Òganizasyon:

Non moun kap reponn kesyon an :

Laj:

Kote ou rete :

2. Kesyon

1. Eske ou ka pale nou de istwa òganizasyon an, e difikilte nou rankontre pou nou rive jwenn objektif nou genyen an?
2. Kijan nou wè agrikilti a ye nan peyi a?
3. Projè newoliberal antre nan peyi a li kraze pwodisyon lokal, ki enpak sa fè sou Agrikilti peyi a e sou peyizan yo?
4. Ki wòl òganizasyon an nan lite e fè rezistans fas ak seri projè sa yo ke gouvènman nou yo toujou ap siyen ak etranje pou detwi agrikilti peyi a?
5. Kijan nou konprann soberènte alimantè?
6. Pou nou genyen soberènte alimantè ki estrateji òganizasyon an genyen pou sa fèt?
7. Ki sa ou konprann sou Agroekoloji?

8. Ki avantaj ki genyen nan pratike agroekoloji?
 - a. sante pou peyizan yo ak tout popilasyon an b) pwodwi ki
 - c. gen kalite? d) pwoteje lanati? e) èske se pou fè plis lajan?
9. Eske agroekoloji pa yon altènativ pou nou lite kont projè newoliberal ou byen kont kapitalis nan agrikilti nan peyi a e kijan òganizasyon an wè sa?
10. Ak ki lòt òganizasyon nou gen relasyon ?
11. Eske òganizasyon an jwenn asistans leta tankou (kredi, asistans teknik, machin, ekipman, legal, elatriye)?
12. Kisa w panse ki dwe fèt pou amelyore kondisyon peyizan yo?
13. Ki aktivite nou fè konsa pou rann òganizasyon an toujou rete vivan?
14. Èske ou ka di nou ki pozisyon ou nan òganizasyon an e fè yon ti komante sou sitiyasyon peyi a tankou problèm grangou, ensekirite ak lòt ankò.